

Coleção Sociologias

# Dimensões do TRABALHO NA contemporaneidade

Andréa Vettorassi  
Flávio Munhoz Sofiati  
(organizadores)

Cegraf UFG



**Universidade Federal de Goiás**

Reitor

*Edward Madureira Brasil*

Vice-Reitora

*Sandramara Matias Chaves*

Diretora do Cegraf UFG

*Maria Lucia Kons*

---

### **Conselho Editorial da Coleção SocioLogias**

Profa. Dra. Alessandra Rufino (Universidade Federal de Roraima)

Prof. Dr. Dijaci Oliveira (Universidade Federal de Goiás)

Profa. Dra. Dulce Pimentel (Universidade Nova de Lisboa)

Prof. Dr. Karl Martin Monsma (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Profa. Dra. Leonor Arfuch (Universidad de Buenos Aires)

Prof. Dr. Marcelo Camurça (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Prof. Dr. Paulo Alves - ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa.

# Dimensões do TRABALHO NA contemporaneidade

Andréa Vettorassi  
Flávio Munhoz Sofiati  
(organizadores)

1ª edição

2020

**Cegraf UFG**

© Cegraf UFG, 2020

© Andréa Vettorassi; Flávio Munhoz Sofiati, 2020

Revisão ortográfica

*Isabella dos Santos Lima*

Projeto gráfico, editoração eletrônica e capa

*Géssica Marques de Paulo*

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**GPT/BC/UFG**

---

D582 Dimensões do trabalho na contemporaneidade [Ebook] / Organizadores, Andréa Vettorassi e Flávio Sofiati ; projeto gráfico, editoração e capa, Géssica Marques de Paula ; revisão ortográfica, Isabella dos Santos Lima. – Goiânia: Cegraf UFG, 2020.

242 p. ; il. – (Coleção Sociologias)

Inclui referências.

ISBN: 978-65-89504-19-1

1. Trabalho. 2. Mercado de trabalho - Mulheres. 3. Trabalho – Aspectos sociais.  
I. Vettorassi, Andréa. II. Sofiati, Flávio. III. Paula, Géssica Marques de. IV. Lima, Isabella dos Santos.

CDU: 331.5

---

*Bibliotecária responsável: Amanda Cavalcante Perillo / CRB1: 2870*

## Sumário

.....

- 7** Apresentação  
Andréa Vettorassi  
Flávio Munhoz Sofiati
- 14** Gênero, geração e sindicalismo em indústria calçadista portuguesa – um estudo de caso  
Maria Lúcia Vannuchi
- 36** O trabalho em higiene e beleza: da informalidade ao profissionalismo  
Jordão Horta Nunes  
Ligia Carvalho de Sillos Bufaiçal
- 63** “Mulheres de fibra”: a difícil articulação entre trabalho profissional e trabalho doméstico de mulheres em cargos de gestão  
Danielle Fernanda Morais Pavan  
Lucinéia Scremin Martins
- 94** Além das máquinas: trabalho, controle e emoções no teleatendimento  
Suellen Mara de Lima Couto  
Tania Ludmila Dias Tosta

**121**  
.....

Confrontos organizados, policiamento e masculinidade no futebol: o caso de Goiânia-GO

Fernando Segura M.T

John Williams

Vitor Gomes

Flávia Alchuffi M.

Luiz Fernando Lemes R.

Ricardo Junqueira

**151**  
.....

Nuevas institucionalidades laborales y condiciones de trabajo: el caso de los trabajadores de plataformas de reparto a domicilio en la ciudad de Santa Fe, Argentina

Andrea Delfino

Paulina Claussen

**176**  
.....

Governo dos justos e pastoral das almas: trabalho religioso e não-religioso do/no governo-endireitar bolsonarista

Emerson Sena

**215**  
.....

Itinerários, trabalho e ilusões: a mobilidade espacial de imigrantes haitianos para o Brasil

Andréa Vettorassi

João Pedro Inácio Peleja

Telma Ferreira Nascimento Durães



# Apresentação

.....  
Andréa Vettorassi  
Flávio Munhoz Sofiati

Esse livro faz parte da *Coleção SocioLogias*, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS), da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, em parceria com o Centro Editorial e Gráfico da mesma instituição, e apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Com outro livro que tem nas diferenças, desigualdades e violências seu eixo central, organizado por Luiz Mello e Eliane Gonçalves, constitui as primeiras compilações da *Coleção SocioLogias*, voltadas para a publicação de resultados de pesquisas desenvolvidas no programa e de parcerias estabelecidas com pesquisadores de outras instituições do país e do mundo.

Os capítulos deste volume estão articulados em torno da categoria trabalho, sendo que a noção de gênero também é administrada pela maioria dos textos para analisar, fundamentalmente, a precariedade do trabalho feminino no mercado formal e informal,

além dos impactos do trabalho doméstico. Os primeiros quatro capítulos tratam de diferentes setores do mercado de trabalho e seus contextos de exploração de trabalhadoras. Os quatro últimos, tratam de diferentes contextos sociais por meio da apropriação ampla da questão do trabalho no mundo contemporâneo.

Numa perspectiva bourdieusiana, há um poder simbólico em toda relação social que se cria, se acumula e se perpetua em virtude da comunicação e da troca simbólica. A comunicação converte relações de força bruta em relações duráveis de poder simbólico. O capital econômico passa a ser simbólico e a dominação econômica passa a ser dependência pessoal. Bourdieu menciona, a partir dessas fundamentações, uma dupla verdade presente no trabalho, que é o investimento no trabalho propiciado pelo desconhecimento de sua verdade objetiva que o denomina como exploração, que leva a encontrar no trabalho um ganho intrínseco, irredutível ao mero rendimento em dinheiro. A perda do trabalho ou mesmo suas drásticas transformações e conflitos acarretam uma mutilação simbólica que se pode atribuir à perda das razões de serem associadas ao mundo do trabalho e às construções identitárias. Portanto, a verdade subjetiva está tanto mais afastada da verdade objetiva quanto maior é o domínio do trabalhador sobre o seu trabalho.<sup>1</sup>

Sob a perspectiva de uma dupla verdade do trabalho, como analisar o trabalho acadêmico e, no caso mais específico do livro ora apresentado, o trabalho de sociólogos refletindo sobre o trabalho? Assim como na figura mitológica Ouroboros, de uma serpente engolindo a própria cauda, utilizar a Sociologia e suas

---

1 Maiores reflexões estão presentes em: BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel. 1989.

ferramentas para a reflexão dos desafios, explorações e simbologias do mundo do trabalho implica também refletir sobre as limitações, dores e perdas do ofício do sociólogo e dos demais representantes das Ciências Humanas, sobretudo no contexto da pandemia que acometeu todo o planeta no ano de 2020.

Ao contrário do que muitos representantes do Estado insistem em frisar com desmerecimentos e ataques diretos, a pandemia traz à tona uma série de conceitos e discussões muito caros à Sociologia, demonstrando a urgência de uma reflexão cuidadosa e sistemática de suas manifestações e fenômenos, passível de ser realizada apenas pelos representantes da Filosofia e Ciências Humanas de forma geral. Alguns desses fenômenos nos remetem, inclusive, à incipiência da Sociologia, compreendendo o ser humano como um ser fortemente constituído pelas suas relações sociais, que compartilha tudo e é corresponsável por um todo, inclusive por um vírus invisível, que escancara uma globalização perversa. A epidemia muito rapidamente se alastrou por todo o planeta, e em todos os países demonstrou-se muito mais letal entre as classes economicamente mais baixas. No Brasil, segundo dados de médicos e epidemiologistas, chega a matar sete vezes mais nos bairros com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos.<sup>2</sup> Ainda assim, a empatia e a relação cidadã são ínfimas, demonstrando a falta de compreensão da corresponsabilidade social com o mundo: o isolamento, privilégio de pequenos grupos, é desrespeitado

.....  
2 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/covid-19-mais-letal-em-regioes-de-periferia-no-brasil-1-24407520>. Acesso em: 11 de novembro de 2020.

sem escrúpulos. Pressionados por um mercado que a duras penas reconhece no trabalhador e no consumidor a manutenção da máquina econômica, representantes políticos sentenciam precipitadas estratégias de reabertura do comércio e filas quilométricas são formadas em *shoppings* e lojas, prato cheio para uma ampla discussão possível pela Sociologia do consumo e do trabalho. Além disso, uma reflexão sobre o que se convencionou chamar de “necropolítica”, termo cunhado por autores como Achille Mbembe, esclarece que, na sociedade do trabalho incessante e consumo maciço, algumas vidas importam muito pouco.

São, então, dezenas de conceitos e análises sociológicas possíveis até aqui, por exemplo: relações sociais, relações políticas, globalização, desigualdade, diferenças, liberdade, trabalho/trabalhador, consumo, necropolítica. As sociedades contemporâneas, sob muitos aspectos que ultrapassam a pandemia, estão doentes. Mas são sociedades doentes que medem poucos esforços para uma reflexão de seus próprios sintomas. Esse livro compila muitos empenhos no levantamento de diagnósticos e tratamentos concernentes ao mundo do trabalho e às explorações, deficiências e desigualdades que o compõem. A compilação aqui apresentada atesta o compromisso de que, a despeito da dupla verdade do trabalho também presente no exercício acadêmico, seja ainda possível, com resiliência a perseverança, publicar resultados do ofício da Sociologia e demonstrar a sua importância e urgência.

Nesse sentido, o primeiro capítulo, de Maria Lúcia Vannuchi, analisa a divisão sexual do trabalho no setor de produção de calçados. Os dados do campo identificam a existência de diferenças de consciência de classe entre as gerações mais antigas em de-

trimento das mais jovens. A autora reflete o contexto em vistas do paradoxal avanço das lutas feministas e ao mesmo tempo de práticas neoliberais na contemporaneidade.

O segundo capítulo, de Jordão Horta Nunes e Ligia Carvalho de Sillos Bufaiçal, trata das ocupações no setor de higiene e beleza, principalmente cabeleireiras, barbeiros, manicures, maquiadores e pedicures, majoritariamente desempenhados por trabalhadoras do gênero feminino, apesar do avanço masculino no segmento. O texto procura entender os principais obstáculos à profissionalização do setor, considerando que o estímulo de políticas públicas ao empreendedorismo pode colaborar com o crescimento destes grupos ocupacionais.

O terceiro capítulo, de Danielle Morais Pavan e Lucinéia Scremin Martins, estuda os impactos da articulação entre trabalho profissional e doméstico de mulheres que ocupam cargos de gestão. As autoras, fundamentadas na categoria da “divisão sexual do trabalho”, constataam que, mesmo com ensino universitário, as mulheres estudadas ainda enfrentam questões decorrentes do predomínio de práticas patriarcais na sociedade brasileira.

O capítulo quarto, de Suellen Mara de Lima Couto e Tania Ludmila Dias Tosta, apresenta os resultados de pesquisa acerca do segmento de teleatendimento, caracterizado pelo trabalho intensificado, fundamentado na repetição e que tem sido um laboratório dos discursos patronais sobre meritocracia e empreendedorismo em vistas do aumento da extração de mais valor. Trata-se de um setor feminizado, cujas formas de exploração do trabalho têm causado adoecimento, falta de identificação e desgaste acentuado.

O quinto capítulo, de Fernando Segura Millán Trejo, John Williams, Vitor Gomes, Flávia Martins Alchuffi, Luiz Fernando Rodrigues Lemes e Ricardo Junqueira, corresponde ao estudo do trabalho profissional da Política Militar em estádios de futebol e suas interações com os torcedores e atores ligados aos clubes. Os autores procuram contextualizar este ambiente caracterizado pela hiper-masculinidade e ratificado pelos atores envolvidos, inclusive no que diz respeito à prática da violência.

O sexto capítulo, de Andrea Delfino e Paulina Claussen, trata do tema do empreendedorismo e dos incentivos públicos para que a classe trabalhadora procure sobreviver por conta própria, explorando sua própria força de trabalho. As autoras demonstram, no entanto, que, como com as novas tecnologias da informação, o surgimento de plataformas de prestação de serviços tem se apropriado desse segmento “autônomo” para exploração do trabalho.

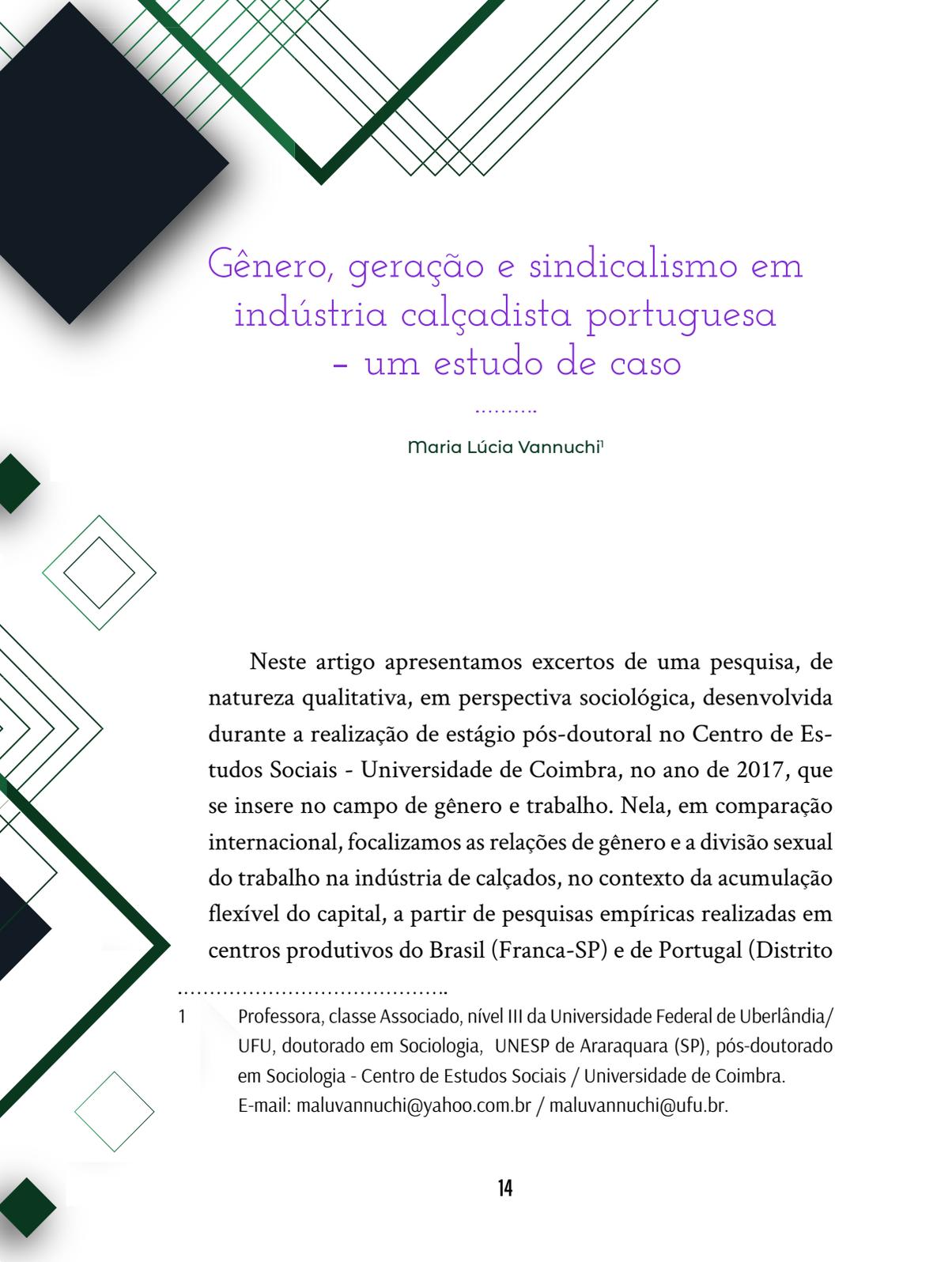
O sétimo capítulo, de Emerson Sena, aborda o trabalho religioso. O autor acessa essa categoria para entender as bases de sustentação do atual governo brasileiro, visto que forças religiosas, principalmente de cunho cristão pentecostal e carismático, tem sido uma base de sustentação fundamental de uma política de extrema-direita que dialoga com o fascismo, é conservadora no que diz respeito às pautas morais e é ultraliberal com relação aos temas econômicos.

Por último, o capítulo de Andréa Vettorassi, João Pedro Inácio Peleja e Telma Ferreira Nascimento Durães apresenta um estudo da migração de haitianos para o centro-oeste brasileiro. Os autores constatarem que o perfil predominante de migrantes é composto por

homens de considerável nível de escolaridade que ocupam espaços de baixa exigência educacional no mercado formal do país.

Desejamos aos leitores o despertar para amplas e proficuas reflexões, capazes de novas possibilidades, deferências e propagação do ofício acadêmico. Afinal, embora o Ouroboros seja uma metáfora às tarefas impossíveis e destrutivas, é também um eterno retorno e, essencialmente, uma alusão ao movimento de superação.

Boa leitura!



# Gênero, geração e sindicalismo em indústria calçadista portuguesa - um estudo de caso

.....  
Maria Lúcia Vannuchi<sup>1</sup>

Neste artigo apresentamos excertos de uma pesquisa, de natureza qualitativa, em perspectiva sociológica, desenvolvida durante a realização de estágio pós-doutoral no Centro de Estudos Sociais - Universidade de Coimbra, no ano de 2017, que se insere no campo de gênero e trabalho. Nela, em comparação internacional, focalizamos as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho na indústria de calçados, no contexto da acumulação flexível do capital, a partir de pesquisas empíricas realizadas em centros produtivos do Brasil (Franca-SP) e de Portugal (Distrito

.....  
1 Professora, classe Associado, nível III da Universidade Federal de Uberlândia/UFU, doutorado em Sociologia, UNESP de Araraquara (SP), pós-doutorado em Sociologia - Centro de Estudos Sociais / Universidade de Coimbra.  
E-mail: maluvannuchi@yahoo.com.br / maluvannuchi@ufu.br.

de Aveiro). Buscávamos, então detectar as semelhanças e particularidades das condições materiais e relações de trabalho, e da dimensão simbólica das identidades subjetivas e representações sociais construídas nesses espaços laborais (Vannuchi, 2018).

Entretanto, no presente texto – que foi originalmente apresentado sob o título “A interseccionalidade de classe, gênero e geração nas práticas sindicais em campo português”, no VI Simpósio Gênero e Políticas Públicas - UEL, evento *on-line*, realizado de 28 de setembro 2020 a 01 de outubro 2020, em Londrina-PR, e ora reformulado – atemo-nos exclusivamente às dimensões de classe, gênero e geração nas práticas sindicais no espaço empírico português analisado.

#### Considerações introdutórias acerca da divisão social, sexual e internacional do trabalho

Como ponto de partida, explicitamos o pressuposto da centralidade social do trabalho. A despeito das profundas transformações das relações de trabalho na sociedade contemporânea, do crescimento de suas formas precárias e atípicas, das elevadas taxas de desemprego e informalidade, consideramos que o trabalho continua a ser estruturante na sociedade e na vida de cada pessoa.

Helena Hirata critica os(as) defensores(as) da tese de perda da centralidade social do trabalho, afirmando:

Parece-nos que a tripla crítica que se pode endereçar a eles é que tal posição é, em primeiro lugar, fruto de uma confusão entre diminuição de emprego e diminuição de trabalho; em segundo, consequência de uma concepção extremamente restritiva de trabalho

entendido, este, como de caráter produtivo e industrial, excluindo, por exemplo, toda a produção doméstica, assim como o setor de serviços pessoais, hoje em forte desenvolvimento; em terceiro lugar, ela parte de um ponto de vista eurocentrista, que não leva em conta a divisão internacional do trabalho, a qual concentra cada vez mais, nos países ditos 'em vias de desenvolvimento', as atividades justamente mais 'intensivas em trabalho'. Se há regressão do emprego assalariado, não se pode fazer a mesma afirmação quanto à atividade real de trabalho, que continua a ocupar uma posição determinante nas sociedades contemporâneas [...] (Hirata, 1998, p. 22).

Desta forma, Hirata considera que para se entender o atual mundo do trabalho é necessário atentar para a divisão social, internacional e sexual deste, posto que o sistema de acumulação flexível vale-se da heterogeneidade dos(as) trabalhadores(as) para intensificar a exploração e o controle exercido sobre a totalidade da classe trabalhadora.

Na mesma direção de Hirata, também temos como pressuposto que qualquer referência ao trabalho, requer que não se fale de um trabalhador universal, posto que o trabalho têm sexo, e não apenas dois sexos, haja vista a diversidade sexual do conjunto de trabalhadores. Há ainda, outras marcas interseccionais no espaço laboral, mas, neste texto, privilegiamos as da identidade sexual e de gênero, no intuito de ressaltar o caráter sexuado do trabalho.

Não há uma classe trabalhadora abstrata e homogênea. Há trabalhadores(as) reais, heterogêneos(as) e suas diferenças têm sido, ao longo do tempo, pretexto e justificativa para construir desigualdades, intensificar a exploração do trabalho, e ampliar o controle sobre os(as) trabalhadores(as). É fato que a desigualdade nas relações estabelecidas entre os sexos antecede a organização

capitalista da sociedade, mas também é inegável que o capital bem sabe utilizar-se das diferenças sexuais e de gênero, transformando-as em cunhas que permitem, de imediato, a mais intensa exploração de segmentos específicos, tais como as mulheres e todas as pessoas que transgridem a cis-heteronormatividade, mas mediamente, como efeito bumerangue, asseguraram rígido controle e mais intensa exploração do conjunto de trabalhadores(as). A ameaça de ser substituído por trabalhadoras – pior remuneradas – é uma pressão constante sobre os homens trabalhadores, tornando-os, não raro, mais cordatos e menos combativos, no intuito de manter seus empregos.

Desvelar uma realidade que é vivida de forma diferenciada e desigual por trabalhadores(as), que não são homogêneos(as), contribui para dar visibilidade aos mecanismos de fragmentação e divisão de classe que são ideologicamente escamoteados sob um viés universalizante e uniforme.

Hirata ao referir-se a um sujeito sexuado, inserido em uma rede de relações intersubjetivas, não apenas materiais e econômicas pondera que:

É essa passagem do primado do econômico e das relações de exploração para a afirmativa de uma ligação indissociável entre opressão sexual (e de classe) e exploração econômica (e de sexo) que permite [...] reconceitualizar o trabalho, dinamizá-lo, a partir da introdução de uma subjetividade efetiva, ao mesmo tempo “sexuada” e de “classe”, de acordo com a expressão de Kergoat. [...] Trabalhar com a divisão sexual do trabalho é também uma escolha que permite levar em conta o caráter multidimensional do trabalho [...] (Hirata, 2002: 277).

Caráter não só multidimensional, mas transversal, presente em todos os espaços sociais – domésticos e extradomésticos. Kergoat enfatiza que articular produção/reprodução significa “trabalhar simultaneamente sobre dois grupos de relações sociais, relações entre os sexos e relações de classes; relações [de] opressão e exploração” (Kergoat, 1987: 83).

No processo de revisão da literatura sobre a temática em tela, privilegamos duas pesquisadoras que além do debate teórico acerca das relações sociais de sexo, realizaram e realizam pesquisas empíricas que muito contribuíram para o presente estudo sobre as relações sociais de sexo e gênero no setor produtivo do calçado. São elas, a já referida brasileira, Helena Hirata (1998; 2002), e a portuguesa Virgínia Ferreira (2002; 2003).

Ferreira segue a vertente teórica francesa das relações sociais de sexo, que tem justamente Danièle Kergoat e Helena Hirata como expoentes, por considerar que expressa “um conceito mais sociológico que faz assentar a construção social da desigualdade entre os sexos nos jogos de poder em torno da divisão sexual do trabalho” (Ferreira, 2003: 5-6).

Hirata (1998) critica vertentes da Sociologia do Trabalho que, regidas por um paradigma masculino de trabalhador, negligenciam as questões de gênero e ignoram a especificidade da situação das mulheres trabalhadoras. Ela chama a atenção para a lacuna das teses macroeconômicas sobre a globalização, sobre a reestruturação produtiva, às quais se refere como trabalhos *gender-blinded* que, salvo exceções, dão pouca importância à diferenciação entre trabalhadoras e trabalhadores, minimizando a dimensão sexuada

do trabalho, e fechando os olhos para uma realidade heterogênea e marcada por desigualdades.

Reiteramos a concordância com Hirata acerca da imprescindibilidade da perspectiva de gênero para compreender o universo laboral, pois as situações e condições de trabalho e de emprego variam consideravelmente segundo o sexo da mão de obra. Inegavelmente os sujeitos que constituem a classe trabalhadora vivenciam contradições específicas; inclusive, consideramos que continuam sob a névoa da cegueira de gênero, estudos sociológicos que mesmo contemplando o caráter sexuado do trabalho, fazem-no nos limites do binarismo, deixando de focalizar a diversidade sexual e de gênero da classe trabalhadora.

Dessa forma, para se entender os novos paradigmas produtivo e societário no cenário globalizado do sistema de acumulação flexível é necessário atentar não só para as divisões social e sexual do trabalho, mas também, enfatizamos, para a divisão internacional, o que reforça a importância, no campo teórico, de estudos comparativos internacionais que possibilitem apreender as consequências da globalização para as relações de gênero, posto que:

As consequências da globalização para as relações de gênero podem ser mais bem apreendidas a partir de uma análise comparativa. O conjunto dos processos atuais denominados 'globalização' é multiforme: transformações profundas da organização do trabalho e da produção; crescimento das firmas multinacionais. Transformações dos Estados-Nação e de seu papel, em termos de políticas públicas e de políticas sociais; desenvolvimento de grandes metrópoles mundiais – todos esses processos não possuem a mesma significação e nem as mesmas consequências para as mulheres e

para os homens, para os países do Hemisfério Sul e para os do Hemisfério Norte (Hirata *et al.* 2009: 145).

Ou seja: o universo laboral só é compreensível se analisado a partir dessa interseccionalidade, que molda a utilização de métodos e técnicas de gestão do trabalho, adaptando-os às características socioculturais e históricas de cada país, de cada região, e delineando um novo modo de funcionamento sistêmico do capitalismo. De forma não excludente, mas complementar, tais métodos e técnicas ajustam-se para diminuir as porosidades da jornada de trabalho e acelerar o ritmo e o volume da produção, intensificando, assim, a produtividade e a exploração do trabalho.

Em estudos comparativos das realidades laborais brasileira, francesa e japonesa, que vem realizando há décadas, Helena Hirata observa que a despeito das incessantes mudanças no mundo do trabalho, permanece constante o seu caráter sexuado. Kergoat (2009) reforça que mesmo sendo a divisão sexual do trabalho um construto histórico, com particularidades em cada sociedade, invariavelmente ela assenta-se nos pilares da separação (funções consideradas “masculinas” ou “femininas”), e da hierarquização (funções de maior/menor prestígio social e melhor/pior remuneradas). Nesta hierarquia, os homens estão melhor posicionados.

Ainda hoje há áreas ocupacionais no mercado de trabalho mundial com predomínio de mulheres, que tendem a ser menos valorizadas e pior remuneradas (Hirata, 1998; 2002 e Ferreira, 2002; 2003). A despeito das mulheres estarem crescentemente adentrando áreas tradicionalmente consideradas masculinas, ou predominantemente masculinas, o pilar da separação é reconfigu-

rado a partir de novas separações internas, no bojo de cada área, na forma do estabelecimento de funções e tarefas consideradas “femininas”, mais adequadas a mulheres e, não raro, subalternizadas na escala hierárquica. Raramente ocorre o contrário: os homens adentrarem áreas feminizadas, comumente menos valorizadas socialmente e pior remuneradas.

Gênero e classes sociais pressupõem tanto categorias analíticas quanto processos relacionais marcados por desigualdades, hierarquia, poder (no caso específico de gênero com primazia masculina) que abrangem tanto a materialidade das condições de vida quanto as dimensões simbólicas da existência. Dessa forma,

o gênero torna-se antes, uma maneira de indicar construções culturais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (Scott, 1995: 75).

O recorte de gênero, reiteremos, é transversal; possibilita-nos a leitura das relações estabelecidas em concretos espaços domésticos e extradomésticos, e dos mecanismos de construção de formas específicas de subjetividade e representação. A realidade social resulta do imbricamento dessas várias instâncias objetivas e subjetivas.

### O caráter sexuado e geracional do campo sindical

A partir do referencial teórico explicitado, trazemos alguns aspectos da interseccionalidade de classe, gênero, e também de geração nas práticas sindicais de trabalhadores(as) de uma das maiores e mais importantes fábricas de calçados do núcleo pro-

duativo do distrito de Aveiro, em Portugal, de caráter multinacional. Para tal, valemo-nos do método do estudo de caso ampliado, de Michael Burawoy (2009), originalmente desenvolvido pela antropologia cultural, hoje amplamente utilizado nas pesquisas sociológicas. A partir de uma observação de cunho etnográfico, procura-se extrair o geral de casos particulares – indissociáveis de seus contextos – movendo-se do micro para o macro; possibilita extrair o universal do particular, desvelando como as macrodimensões refletem-se nas microrrealidades, e formatam a sua configuração, o seu funcionamento, permitindo perceber as conexões nacionais e globais, as marcas do globalizado sistema de acumulação flexível na unidade fabril observada.

Hoje assistimos à intensificação do caráter transnacional da produção, que se encontra presente no DNA do capitalismo. Desde 1848, Marx e Engels, já chamavam a atenção para esse intercâmbio universal, para essa interdependência das nações: “pela exploração do mercado mundial a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países [...] ela retirou à indústria sua base nacional.” (Marx e Engels, s.d., p. 24).

A fábrica que estudamos é um claro exemplo; ela é uma unidade produtiva de um grupo empresarial nórdico que detém toda a cadeia do processo produtivo calçadista e, utilizando tecnologia de ponta, fragmenta e dispersa globalmente a produção por diferentes sítios: cada unidade fabril responde pela fabricação de alguma parte do sapato ou parcela da coleção, e caracteriza-se pela mobilidade espacial, deslocando-se territorialmente segundo as suas prioridades estratégicas. A fábrica portuguesa não foge à regra, tendo sido a primeira unidade produtiva do grupo empre-

sarial construída fora da Escandinávia; foi instalada em 1984, no núcleo produtivo de Aveiro, onde havia matéria prima abundante e mão de obra de menor custo comparativamente ao nível salarial praticado na matriz. A montagem do sapato dá-se por meio da junção de peças provenientes de diversas unidades, produzidas onde exista alguma vantagem comparativa.

São práticas comuns os deslocamentos das unidades fabris para lugares considerados mais promissores, bem como o remanejamento de trabalhadores(as) para tais localidades. Isso possibilitava-nos perceber com maior acuidade a referida interconexão das divisões social, internacional e sexual do trabalho e o processo de adequação de unidades fabris às características socioculturais e históricas de cada país, de cada região (Hirata *et al.* 2009).

A disponibilidade para eventuais transferências e mudanças para outros países nos quais a empresa atua são quesitos por ela muito valorizados no processo de promoção dos(as) trabalhadores(as), e aí já reside um fator de desigualdade na divisão sexual do trabalho na unidade fabril, pois na medida em que as mulheres são muito mais requisitadas e responsabilizadas pela estrutura doméstico-familiar do que os homens, elas têm menos disponibilidade para tais deslocamentos. “Em outros termos, as relações de classe estão presentes na reprodução, assim como as relações de gênero penetram na produção”. (Saffioti, 1992, p. 206). Também, não raro, encontram-se menos disponíveis para a militância sindical.

Vale ponderar que o atual cenário produtivo não mais condiz com as práticas dos primeiros tempos do tradicional sindicalismo europeu oitocentista. Ele requer novas estratégias de articulação de trabalhadores(as) levando sempre em conta o caráter globali-

zado da produção capitalista. Nunca foi tão atual o emblemático “Proletários de todos os países, uni-vos” (Marx E Engels, s.d., p. 47). Atinente à nova configuração de trabalhadores(as) que se tornaram mais dispersos, isolados em trabalhos intermitentes e sazonais, face à atual flexibilização do trabalho, está colocado um novo desafio ao sindicalismo para promover a união e a mobilização de uma classe social hoje muito plural e fragmentada.

No decorrer das atividades de pesquisa, realizamos entrevistas semiestruturadas, dentre elas com uma dirigente<sup>2</sup> do Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria e Comércio do Calçado, Malas e Afins, entidade portuguesa que representa a categoria de trabalhadores(as) calçadistas. Ao referir-se à questão da partilha das tarefas domésticas dos(as) operários(as) do setor, a sindicalista apontou um aspecto, referente à interseccionalidade de gênero, classe social e geração que merece registro:

Então temos essas duas situações: temos aqueles mais antigos que não partilham absolutamente nada, que saem do trabalho e vão beber uma cerveja ou um café, e depois voltam [...] e que depois chegam a casa à hora do jantar e tem que estar tudo na mesa. E temos os jovens [...] que já partilham tudo.

Mas, ao mesmo tempo em que percebe na nova geração, uma maior igualdade de sexo/gênero, ou no mínimo relações menos desiguais, afirma que essa nova geração apresenta um menor nível de consciência de classe e de combatividade do que a geração anterior.

.....  
2 Por ética de pesquisa, no intuito de preservar o anonimato da dirigente sindical, ela será, doravante, nomeada “sindicalista”.

Eu acho que os jovens têm a parte positiva, que já partilham mais as tarefas, mas também tem a parte negativa, porque quando chegam ao mundo do trabalho, acham que não foram outras pessoas que conquistaram essas regras, acham que foram dadas ou pela empresa, ou pelo governo, situações que aconteceram normalmente. Mas, não [...] e, portanto, eles não têm esta percepção, que todas as regras que temos no mundo do trabalho, os salários que temos, os benefícios de férias, Natal, os subsídios que temos, foram coisas que custaram muito a outras pessoas. E, portanto, eles acham que os sindicatos, que até não têm papel muito importante, porque o que existe é porque alguém quer dar. E eu acho que é isso que nós precisamos, é de que os jovens tenham a noção de que o que temos agora foram outras pessoas que tiveram que fazer muita coisa para conseguirmos (sindicalista).

Talvez o maior compartilhamento de tarefas domésticas exercitado pelas novas gerações – ainda que desigual – seja um dos frutos das lutas feministas que colocaram em cheque antigos padrões e valores sexistas, inclusive a questão da partilha do trabalho no espaço familiar.

Abrindo parênteses, podemos também pensar em outros fatores de natureza geracional. Em um artigo sobre a participação sindical de trabalhadoras domésticas, Castro aponta para a geração como um fator seletivo na sindicalização; o sindicato seria representado pelos(as) jovens, a partir de suas referências, como um espaço de atuação de pessoas mais velhas (2019).

A complexidade da geração como categoria social também se relaciona com o problema de identificação do sujeito com um ciclo de idade. Os sujeitos se movem entre ciclos de vida, mudando, portanto, referências, símbolos de relações (Castro, 2019, p. 220).

Parênteses fechados, se de um lado levantamos a hipótese de uma perspectiva menos desigual de gênero, por conta de avanços feministas, por outro, o arrefecimento das lutas e da consciência de classe, e menor participação sindical poderia ser, em parte, creditado à narrativa neoliberal, hoje hegemônica, que contribui para desmobilizar os(as) trabalhadores(as). São hipóteses a serem confirmadas por meio de pesquisa específica e análise mais aprofundada.

Foi possível observar na unidade fabril portuguesa as envolventes práticas neoliberais e os cooptadores discursos utilizados para garantir o comprometimento dos(as) trabalhadores(as), assim como o caráter paternalista da empresa, materializado na concessão de benefícios, para além dos determinados pela legislação trabalhista vigente.

Porém, concernente à interseccionalidade de gênero e atuação sindical, importa observar que a despeito das limitações das trabalhadoras – que via de regra respondem por dupla ou múltiplas jornadas de trabalho – na unidade fabril estudada, o percentual de mulheres sindicalizadas era superior ao de homens sindicalizados: dos 53,21% de trabalhadores(as) sindicalizados(as), 37,68% eram mulheres e 15,53%, homens. Ou seja: nessa fábrica, os dados vão de encontro à tendência histórica da preponderância de sindicalizados masculinos, registrada por Rogerat e Zylberberg-Hocquard (2009). As autoras consideram que o processo de sindicalização das mulheres está atrasado frente à sua integração no mundo do trabalho remunerado, permanecendo suas taxas de sindicalização inferiores às dos homens.

Não conseguimos informações precisas acerca do percentual feminino nacional de sindicalização no setor produtivo português, mas a sindicalista afirmou, durante uma das entrevistas, que no passado havia mais homens sindicalizados, e hoje há mais mulheres no total de sindicalizados(as), ainda que, enfatizou, militem menos do que eles. Vale ressaltar que mesmo sendo dirigido por uma mulher, e sendo mais elevado o número de mulheres sindicalizadas, o Sindicato da categoria sequer apresenta uma agenda de gênero e tampouco dispõe de algum departamento, de alguma secretaria, para tratar especificamente das relações sociais de sexo/gênero no trabalho.

Não temos por uma razão: porque o tempo cada vez é menos [...] as mulheres hoje têm menos tempo [...] ou por falta de tempo ou por falta de interesse, ou porque acham que isso não é importante, a participação delas [...] então não justifica termos isso [...] E não participar [...] (sindicalista).

A falta de tempo pode ser, de fato, um motivo real, posto que as mulheres tendem a ser mais sobrecarregadas com os encargos domésticos, mas é questionável a alegação dessa suposta falta de interesse, haja vista o já referido elevado percentual de mulheres no total de sindicalizados(as) da fábrica pesquisada. E uma das funções dos sindicatos não seria justamente a educação política de sua categoria para estimular o interesse e a participação da base dos(as) trabalhadores(as), de modo geral, independentemente de serem estes(as) mulheres ou homens?

Até mesmo as centrais sindicais portuguesas CGTP-IN<sup>3</sup> e UGT carecem de dados desagregados por sexo/gênero:

A CGTP – IN, a maior delas, não informa qual é a percentagem de mulheres entre os seus filiados em nenhum dos dois anos [1993 e 1998] e a UGT informou que esta percentagem era de 41% em 1993, mas em 1998 já não fornece esta informação [...] No Congresso da UGT em 2000, foi anunciado que, nos 16 sindicatos que haviam respondido a um questionário lançado, e que representavam cerca de 30% das organizações sindicais filiadas na central, as mulheres representavam em média 39,3% (Ferreira, 2002: 123).

Diante dessas lacunas, Virgínia Ferreira alerta para a necessidade do registro, pelas entidades sindicais, de dados desagregados por sexo/gênero, que propiciem um quadro revelador do contingente de mulheres sindicalizadas, bem como das suas condições de vida e trabalho.

Um panfleto da CGTP-IN, com a síntese do seu Projeto de Programa de Ação, distribuído durante o XIII Congresso da entidade, realizado em Almada, de 26 a 27 de fevereiro de 2016, possibilita observar a ênfase na luta de classes conduzida por um trabalhador universal, a despeito de nele constar, dentre os Princípios e Objetivos Programáticos, referências ao racismo e à xenofobia como formas específicas de desigualdades sociais.

.....  
3 CGTP-IN - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional; UGT - União Geral dos Trabalhadores. O Sindicato Nacional dos Profissionais da Indústria e Comércio do Calçado, Malas e Afins, que representa a categoria de trabalhadores(as) calçadistas é filiado à CGTP-IN.

A CGTP-IN assume-se como uma organização sindical de classe porque reconhece o papel determinante da luta de classes na evolução histórica da humanidade; porque visa defender os legítimos direitos, interesses e aspirações colectivas e individuais das trabalhadoras e dos trabalhadores portugueses, nas suas múltiplas dimensões de cidadãos e criadores de riqueza material e espiritual; porque visa promover a sua emancipação cívica, económica, social e cultural, combatendo as injustiças, as desigualdades, as discriminações, as exclusões, o egoísmo, o racismo, a xenofobia, a alienação cultural e a exploração económica do sistema capitalista, na perspectiva histórica da edificação de uma sociedade sem classes (CGTP-IN, 2016).

A não ser a flexão gramatical dos termos trabalhadores e trabalhadoras, nenhuma palavra acerca da assimétrica divisão sexual do trabalho no setor produtivo!

Para Ferreira (2002) os sindicatos têm um histórico de práticas excludentes e segregadoras das mulheres, que remonta ao início da Revolução Industrial, estendendo-se do impedimento de sua filiação, até à convivência com desigualdades de género institucionalizadas. A autora observa que as entidades sindicais chegaram a atuar como cúmplices e promotoras de tais desigualdades, e que quando levantavam a bandeira da igualdade, faziam-no na verdade, em defesa do emprego do homem, considerado segundo a ideologia patriarcal, o provedor da família. Ou seja: defendiam a igualdade salarial entre mulheres e homens tão somente para que a mão de obra masculina não corresse o risco de ser substituída por uma concorrente mal remunerada.

Nesta mesma direção, Rogerat e Zylberberg-Hocquard (2009), referindo-se ao contexto oitocentista francês, ressaltam

que desde a sua origem, em 1884, os sindicatos foram constituídos com base no modelo dominante do trabalhador masculino, e até 1920 as mulheres necessitavam de autorização do marido para sindicalizar-se. Além do mais, era-lhes difícil retirar parte dos salários para o pagamento de cotas destinadas à manutenção das organizações sindicais originalmente constituídas como sociedades de fundos mútuos:

As mulheres mal remuneradas e não podendo, portanto, arcar com a sua cotização, por menor que fosse, ficavam praticamente excluídas, ainda mais porque aparentemente suas doenças e partos esvaziavam o fundo comum (Rogerat e Zylberberg-Hocquard, 2009: 236).

Caberia indagar acerca das razões desse mencionado maior nível de adoecimento das mulheres nas primeiras décadas do século XX. Ainda hoje, no princípio do século XXI, o caráter sexuado do trabalho também pode ser constatado no diferencial de doenças profissionais que acometem as trabalhadoras e os trabalhadores; na fábrica pesquisada, a tendinite, moléstia relacionada à realização de tarefas manuais e repetitivas acometia, sobretudo, as mulheres. Sua incidência entre os trabalhadores masculinos era menor, pelo fato de desenvolverem atividades mais mecanizadas e menos repetitivas. Hirata, inclusive, alerta para a importância de se observar também as “conseqüências da tecnologia sobre o emprego e sobre o trabalho de acordo com os sexos” (Hirata, 2002: 198), situação que requer uma abordagem sexuada da própria tecnologia.

E mais, no excerto de Rogerat e Zylberberg-Hocquard, acima transcrito, há também referência ao parto, que figura como uma questão exclusiva e individual das mulheres, esvaziado de sua

dimensão social. O parto e a maternidade respondem pela sobrevivência da humanidade. Daune-Richard e Devreux assinalam o caráter social da procriação, da produção de filhos. “*La reproduction n’est pas une simple duplication (production du même) mais bien, un processus, continu et complexe, de production des conditions d’existence d’un système*” (Daune-Richard, Devreux, 1992, p. 19).<sup>4</sup>

Restaram dessas referidas exclusões e prática sindical discriminatória, sequelas, tanto na incapacidade de superar a crise de representatividade quanto na menor importância atribuída à problemática da divisão sexual do trabalho e das relações de gênero no seio da classe trabalhadora, e na concepção de um trabalhador universal, personificado no homem trabalhador, que desconsidera os(as) trabalhadores(as) reais, com suas diferentes vivências de gênero, raça/etnia, idade e demais marcadores sociais.

O universo sindical é um campo, “enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial” (Bourdieu, 1983, p. 122) E um campo androcêntrico; nele, a palavra autorizada foi e continua sendo masculina.

Existem situações específicas que são negligenciadas e impactam de forma diferenciada as condições de trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores, bem como as suas atuações na entidade representativa de suas categorias profissionais. Souza-Lobo analisando depoimentos de operárias fabris brasileiras deparou-se com

.....  
4 A reprodução não é mera duplicação (produção do mesmo), mas um processo contínuo e complexo de produção das condições de existência de um sistema. (Tradução livre da autora).

“quatro obstáculos principais para a participação de mulheres no movimento sindical” (Souza-Lobo, 2011, p. 136):

1. A dupla jornada;
  2. A desvalorização social das funções exercidas pelas mulheres dentro da fábrica;
  3. A opinião de que os homens e não as mulheres são os principais atores sociopolíticos;
  4. A exigência de que as mulheres procriem e criem filhos.
- (Souza-Lobo, 2011, p. 136).

Atentar para tais particularidades não implica em uma perspectiva divisionista. Há pautas comuns, reivindicações que unificam, mas há também diferenças que não podem ser desconsideradas ou utilizadas como pretexto e justificativa para a construção de assimetrias no trabalho e nas entidades sindicais.

### Considerações finais

Mais do que finalizações, trazemos neste texto indagações, nada conclusivas, e hipóteses, formuladas a partir de afirmações coletadas em entrevistas semiestruturadas, que requerem pesquisa mais aprofundada: de que a referida perspectiva menos desigual de gênero poderia decorrer dos avanços de movimentos de mulheres e de lutas feministas, e de creditar em larga medida o arrefecimento das lutas e da consciência de classe, e menor participação sindical, sobretudo dos(as) jovens, à ideologia e envolventes narrativas neoliberais, hoje hegemônicas, que contribuem para alienar e desmobilizar os(as) trabalhadores(as).

Tais ponderações levam-nos a refletir sobre a premência de projetos de efetiva inclusão de mulheres e de jovens na prática

sindical, para avivar a disposição e estimular a participação dessas categorias sociais. Assim, além das pautas de interesse geral dos(as) trabalhadores(as), requer-se dos Sindicatos também a apresentação de pautas específicas que contemplem as identidades sexuais, de gênero, e etárias de trabalhadores(as), e contribuam para a percepção da importância de sua inserção nos movimentos e lutas sindicais, o que requer, consoante a Ferreira (2002), profundas mudanças tanto na cultura sindical, muito marcada pela masculinização e pretensa homogeneidade da classe trabalhadora, quanto na organização dos sindicatos, e no funcionamento das estruturas sindicais. No que tange especificamente às relações de gênero, ampliar o percentual das mulheres nas direções sindicais, contribuir para criar condições que possibilitem a sua efetiva participação, e não apenas circunscrever os debates de gênero a departamentos e secretarias específicas, mas entendê-los como estruturantes das relações de trabalho, das relações sociais.

## Referências

BURAWOY, Michael. *The Extended Case Method*. Califórnia: University of California, Press, 2009.

BOURDIEU, Pierre, O campo científico. ORTIZ, Renato Ortiz (org.). *Pierre Bourdieu (Coleção grandes cientistas sociais)*. São Paulo: Ed. Ática, 1983, p. 122-155.

CASTRO, Mary Garcia. Mulheres sindicalizadas: classe, gênero, raça e geração na produção de novos sujeitos políticos, um estudo de caso. IN: *Pensamento feminista brasileiro – formação e contexto*. HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 213-232.

CGTP-IN. Síntese do Projecto de Programa de Ação. XIII Congresso da CGTP-IN. Almada, 26 e 27 de fevereiro de 2016.

DAUNE-RICHARD, Anne-Marie; DEVREUX, Anne-Marie. Rapports sociaux de sexe et conceptualisation sociologique. *Recherches féministes*, v. 5, n. 2, 1992: p. 7-30.

FERREIRA, Virgínia. O efeito Salieri: o sindicalismo perante as desigualdades entre mulheres e homens no emprego, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 62, 121-148. DOI: 10.4000/ rccs. 1328, 2002.

FERREIRA, Virgínia. *Relações sociais de sexo e segregação do emprego: uma análise da feminização dos escritórios em Portugal*. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Portugal, 2003.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. *Revista Latinoamericana de estudios del trabajo: Gênero, Tecnologia e Trabalho* ano 4, n. 7, p. 5-27, 1998.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. IN: HIRATA, Helena *et al.* (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009, 67-75.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. *Karl Marx e Friedrich Engels – textos 3*. São Paulo: edições Sociais, s, d.

ROGERAT, Chantal, ZYLBERBERG-HOCQUARD, Marie-Helène. Sindicatos. IN: HIRATA, Helena *et al.* (org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009, 236-241.

SAFFIOTI, Heleith. Rearticulando gênero e classe social. IN: COSTA, Albertina, BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183 – 215.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica, *Educação e Realidade*, 20 (2), jul./dez, 1995, 71-99.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2011.

VANNUCHI, Maria Lúcia. Relações sociais de sexo/gênero na indústria de calçados: um estudo comparativo de núcleos produtivos brasileiro e português. *OFICINA DO CES*, v. 444, 2018, p. 1-37.

# O trabalho em higiene e beleza: da informalidade ao profissionalismo<sup>1</sup>

.....

Jordão Horta Nunes<sup>2</sup>

Ligia Carvalho de Sillos Bufaiçal<sup>3</sup>

O mercado de trabalho em higiene e beleza (doravante HB) cresceu exponencialmente no Brasil, em paralelo com a demanda impulsionada pela valorização crescente da apresentação do *self*. Segundo Dweck (1999), a população ocupada no setor de HB praticamente dobrou em uma década, passando de 361 mil trabalhadores em 1985 para 679 mil em 1995 (incluindo empregadores). Com

- .....
- 1 Uma primeira versão deste capítulo foi apresentada como comunicação no GT “Ocupações e Profissões”, durante o 19º Congresso Brasileiro de Sociologia. As valiosas observações de colegas então presentes foram relevantes na atualização e aprimoramento do texto para esta publicação.
  - 2 Professor, classe Associado, nível II da Universidade Federal de Goiás/UFG, doutorado em Sociologia, UNICAMP (SP), pós-doutorado em Sociologia - Centro de Estudos Sociais/Universidade de Coimbra. E-mail: jordao\_fcs@ufg.br.
  - 3 É mestre em sociologia pela UFG e integrante do NEST – Núcleo de Estudos Sobre Trabalho, da Faculdade de Ciências Sociais – FCS/UFG.

base na PNAD pode-se também atestar que em 2003 o número de ocupados no setor chegava a um milhão e, em 2019 a estimativa foi de 2.333.472. A porcentagem de homens no período de 2003 a 2019 ficou em torno de 14%, chegando a, no máximo, 21%. Embora pela PNAD, neste período, a taxa de trabalhadores(as) com carteira assinada varie de 20 a, no máximo, 30%, um levantamento pela RAIS, uma base administrativa, ilustra um crescimento estável de 2003 (39.553 vínculos) a 2014 (66.627 vínculos) seguido de retração, a partir da crise econômica (36.256 vínculos formais em 2018). É interessante notar que, nesse último período, houve um crescimento específico, no setor formal, na ocupação de barbeiros, na contramão do declínio em todas as outras ocupações do setor, ilustrando a emergência de um segmento distintivo no mercado.

No entanto, houve também diversificação e transformação dos serviços, originando tensões no grupo profissional. Hoje a família ocupacional de HB agrupa as seguintes principais ocupações: barbeiro, cabeleireiro, manicure, maquiador e pedicure. Algumas ocupações que já fizeram parte do grupo foram deslocadas, como no caso de técnicos esportivos (até 1995), massagistas (até 2007) e esteticistas (até 2011). Segundo levantamento realizado com base na PNAD Contínua no final de 2019, o setor registrava uma estimativa de 2.333.472 trabalhadores(as), sendo 52% cabeleireiras (os) e barbeiros/as e 48% das outras ocupações.<sup>4</sup>

---

4 A partir de 2012, com o início da PNAD Contínua, foi criado um agrupamento exclusivo para cabeleireiros (código 5141) e especialistas em tratamentos de beleza a afins (5142), permitindo uma avaliação mais acurada do grupo que aqui nos interessa, pois antes, pela PNAD, cabeleireiros e manicures estavam incluídos no código 5161, mais agregado, que incluía massagistas, esteticistas e podólogos.

Com suporte na teoria dos grupos profissionais (Abbott, 1988; Demazière *et al.*, 2009) procura-se identificar e caracterizar as tensões subjacentes a esses deslocamentos e as possíveis jurisdições derivadas, que esvaziaram o grupo de atividades na fronteira com técnicas terapêuticas ou educação física. Por outro lado, a diversificação dos serviços pessoais no mundo contemporâneo em que crescem a valorização da individualidade, do consumismo e da divulgação de perfis nas redes sociais, origina mudanças nos salões de beleza. A proliferação de estabelecimentos unissex com diversos serviços incorporados, a partir dos anos 1990, contrasta com o surgimento de estabelecimentos focados em serviços específicos, como design de sobrancelhas e barbearias voltadas para uma clientela gay.

**Tabela 1** – Sexo por posição na ocupação – Higiene e beleza – Brasil, 2019

Posição na ocupação					
sexo	empregado	empregador	conta própria	trabalhador familiar não remunerado	Total
masculino	82555	40332	369026	832	492744
% pos. ocup.	16,8	8,2	74,9	0,2	100,0
% sexo	21,6	40,3	20,0	9,5	21,1
feminino	300057	59792	1472978	7900	1840728
% pos. ocup.	16,3	3,2	80,0	0,4	100
% sexo	78,5	59,7	80,0	90,5	78,9
<b>Total</b>	382144	100124	1842004	8732	2333472
%	16,4	4,3	78,9	0,4	100
	100	100	100	100	100

Fonte: microdados da PNADC, STE, 2019-4, construída pelas (os) autores.

A Tabela 1, construída com base na PNADC 2019, ilustra as características desse grupo ocupacional: feminização (78,9% mulheres) e trabalho autônomo (78,9% conta-própria). A informalidade também é típica no setor, pois apenas 23,19% têm carteira assinada. O *gap* de gênero, favorável aos homens, também se verifica, pois o rendimento médio dos homens é 26,25% maior que o das mulheres, a despeito da feminização do setor. As mulheres, entretanto, têm nível de escolaridade superior ao dos homens no setor, ainda que a faixa predominante seja até ensino médio completo e apenas 7,85% dos(as) ocupados(as) (5,86% homens e 8,37% mulheres) tenham completado o ensino superior. Trata-se de um setor em que as mulheres são preponderantes também como empregadoras, proprietárias de salões (59,72% de empregadores(as) são mulheres).

O trabalho no setor também se caracteriza, no entanto, pela informalidade e a atividade em ambientes domiciliares improvisados. As ocupações no setor de higiene e beleza são frequentemente desempenhadas em estabelecimentos domiciliares e na informalidade. No entanto, o profissionalismo pode crescer nesses grupos ocupacionais, impulsionado por políticas de incentivo ao empreendedorismo e programas sociais de formação técnica e assistência a microempresas. O objetivo aqui é identificar e caracterizar o discurso profissional no grupo de ocupações de higiene e embelezamento: cabeleireiras, barbeiros, manicures, maquiadores e pedicures. A metodologia envolve uma abordagem qualiquantitativa, com análise de bases governamentais (RAIS, PNADC e Censo) e entrevistas semiestruturadas com trabalhadores(as) no grupo na região metropolitana de Goiânia. Foram realizadas de-

zenove entrevistas com trabalhadores e trabalhadoras do ramo de embelezamento nos municípios de Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo.<sup>5</sup>

Foi realizada uma amostragem intencional do tipo “bola de neve”, a partir de uma semente que indicou demais pessoas para participar da pesquisa. O Quadro 1 traz uma caracterização sumária dos(as) interlocutores(as). A abordagem qualitativa incluiu também análise documental de material obtido em sítios de sindicatos e associações do grupo considerado. O referencial teórico provém da sociologia do trabalho e das profissões.

O pujante crescimento no mercado de trabalho em HB nas últimas três décadas no Brasil não constitui, isoladamente, uma esperança de profissionalização no setor. Como se sabe, a partir de diversos autores (p. ex. Freidson, 2007; Evetts, 2011), o profissionalismo implica uma autonomia considerável em relação a demandas do mercado. A informalidade que ainda caracteriza o setor, a despeito da formalização e da expertise que vigoram em salões de elite, aliada a uma pulverização de cursos técnicos de curta duração, que acompanham tendências da moda, desmontam a viabilidade do reconhecimento intersubjetivo de uma formação básica no grupo profissional, ainda se chegue próximo a isso na ocupação específica de cabeleireiro(a).

As ocupações no setor de HB são frequentemente desempenhadas em estabelecimentos domiciliares e na informalidade.

.....  
5 As entrevistas foram realizadas para subsidiar a pesquisa empírica desenvolvida para a dissertação de mestrado de Ligia Carvalho de Sillos Bufaiçal, coautora nesta comunicação e aqui empregadas em função dos objetivos específicos aqui considerados.

No entanto, o profissionalismo pode crescer nesses grupos ocupacionais, impulsionado por políticas de incentivo ao empreendedorismo e programas sociais de formação técnica e assistência a microempresas. Uma trajetória bastante típica no setor é a de iniciar na ocupação imitando o trabalho realizado por familiares ou empregados em âmbito de um estabelecimento domiciliar. O aprendizado precoce, nessas condições, é consolidado por cursos em instituições públicas assistenciais, serviços do Sistema S ou cursos específicos em instituições privadas. A cabelereira Iris, 59 anos, divorciada, três filhos, começou a trabalhar com 14 anos:

Eu tinha uma vizinha que ela me ajudou muito, ela era cabeleireira na época, me ensinou muito. Ela me ensinou tudo o que eu sei, assim, antes do curso, né. Aí eu já comecei a cobrar, por incentivo dela, ela mesmo me pagava, eu ia lá e arrumava o cabelo dela, fazia a unha dela, ela me ensinando. Daí eu comecei a cobrar dos vizinhos, os vizinhos foram gostando do trabalho, já cobrava pouquinho, pouquinho, só pra incentivo mesmo.

Iris realizou em 1987 seu primeiro curso, no SESI, em Campinas, bairro de Goiânia, abrindo a partir daí, seu salão cabeleireiro no bairro Finsocial, onde morava. Entretanto, acabou se distinguindo mais como profissional de ensino da ocupação, no CECOM,<sup>6</sup> na SEMAS<sup>7</sup> e outras instituições. A trajetória de Iris é,

- .....
- 6 O Centro de Educação Comunitária de Meninas e Meninos (CECOM) é um centro de formação socioeducativa e cultural destinado à promoção da cidadania e desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de vulnerabilidade social do Estado de Goiás, atuando em Goiânia e cidades circunvizinhas (Goianira, Inhumas e Trindade).
  - 7 Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Goiânia.

contudo, peculiar, pois sua vizinha, que lhe ensinara a ocupação, era fundadora do CECOM, centro de formação onde inclusive seus irmãos vieram a trabalhar. O trabalho em outra ocupação, como neste caso de ser cabeleireira no salão e professora numa instituição de assistência social, também não é comum no setor. Segundo a PNAD 2019-4, apenas 3,09% das pessoas ocupadas em higiene e beleza exercem mais de um trabalho remunerado.

**Quadro 1** – Trabalhadores/as entrevistadas – RM de Goiânia, 2018

Nome*	Idade	Sexo	Ocupação	Escolaridade	Estado Civil	Filhos/enteados	Tipo de vínculo	Tempo na ocupação
Amarílis	54	F	Manicure/ depiladora/ design de sobrancelha	Médio Completo	Casada	3	Contrato de Trabalho com o salão	13
Antúrio	44	M	Auxiliar de cabeleireiro	Superior Incompleto/ TI	União estável	3	Possui CNPJ, mas fez o cadastro antes da criação do MEI	5
Azaleia	41	F	Cabeleireira/ maquiadora/ depiladora/ design de sobrancelha	Médio Completo	Solteira	3	MEI/ proprietária do salão	15
Begônia	28	F	Manicure	Médio Completo	União estável		Informal	15
Calêndula	34	F	Manicure	Superior Incompleto/ Ciências Contábeis	Casada	2	MEI/ atende os clientes em sua casa	4 meses
Camélia	31	F	Cabeleireira	Médio Incompleto	União estável	3	MEI/ possui um sócio/ proprietária do salão	15
Cravo	36	M	Cabeleireiro e Maquiador	Superior Completo em Gestão em Beleza	Solteiro	0	MEI/ faz atendimento no domicílio dos clientes	5
Gardênia	47	F	Cabeleireira	Superior Completo em Gestão de Beleza, estética e cosmética	Solteira	-	MEI/Proprietária do salão/ o salão é no mesmo lote em que mora/	20
Hortênsia	48	F	Cabeleireira/ manicure/ design de sobrancelha/ depiladora	Médio completo	Divorciada	2	MEI/ proprietária do salão/ construiu o salão em uma parte do lote onde mora	32
Íris	59	F	Cabeleireira/ Manicure/ Professora	Superior Incompleto em Biologia	Divorciada	3	Contrato de trabalho/Enel	45
Jasmim	28	F	Cabeleireira/ manicure	Médio Incompleto	Solteira	1	Informal	dois meses

Nome*	Idade	Sexo	Ocupação	Escolaridade	Estado Civil	Filhos/enteados	Tipo de vínculo	Tempo na ocupação
Lavanda	43	F	Cabeleireira/ Vendedora/ Depiladora/Design de sobrancelha	Médio Completo	Casada	2	MEI/Proprietária do salão	9
Lírio	31	M	Cabeleireiro/ maquiador	Médio Completo	Solteiro	-	Micro Empresário/ dono do salão/ possui um sócio	15
Lisianto	25	M	Cabeleireiro/ Maquiador	Médio Completo	União estável	-	MEI/Proprietário do salão/ o salão fica dentro da própria casa	8
Magnólia	37	F	Cabeleireira/ Design de sobrancelha/ Professora	Médio Completo	Solteira	1	Prestadora de serviços/ vai fazer o MEI	13
Margarida	68	F	Cabeleireira/ manicure	Médio Completo	Viúva	3	MEI/ proprietária do salão/ possui uma sócia/ construiu o salão em uma parte do lote onde mora.	30
Orquídea	36	F	Cabeleireira/ manicure	Médio Completo	Casada	2	Informal	20
Rosa	63	F	Manicure/ depiladora	Médio Incompleto	Solteira	3	MEI/ proprietária do salão/ possui uma sócia	43
Tulipa	22	F	Manicure	Superior Incompleto/ Estética	Solteira	-	MEI	4

Fonte: construído pelos/as autores/as, com base na pesquisa realizada.

A trajetória de Iris é inusual também no aspecto da formação, pois somente 4,64% alcançam o nível superior incompleto, numa distribuição em que a faixa modal cursou até o ensino médio completo (48,37%). Dos poucos profissionais que alcançaram o ensino superior, a maioria o fez em outras áreas, demonstrando que a ascensão educacional no setor não está ligada substancialmente ao profissionalismo, mas à formação pessoal e inclusive à perspectiva de iniciar outra trajetória profissional. Como evidência deste tipo de dispersão na formação superior no estrato de higiene e beleza, recorreremos aos resultados do Censo de 2010 para o estado de Goiás, no setor de higiene e beleza. A formação em nível superior abarcava 4,2% dos ocupados no setor, menor que os 8,6% registrados no Brasil em 2019-4, segundo a PNADC. Dessa pequena parcela, apenas 3,9% se formaram na área de serviços de beleza, enquanto a maioria se graduou em administração e gerência (16,2%), educação (13,8%) e enfermagem e atenção primária (8,8%).

A cabeleireira Gardênia, 47 anos, negra, solteira, faz parte do seletor grupo de trabalhadores(as) que se graduaram na respectiva área profissional, no caso em “Gestão de beleza, estética e cosmética”. Identifica-se completamente com a ocupação de cabeleireira e é proprietária de um salão, especializado em corte afro, no mesmo bairro de Goiânia onde reside, Jardim Criméia Leste. Vivenciou uma trajetória precoce no trabalho em serviços, típica em famílias pobres no Brasil, iniciando aos dez anos como cuidadora de crianças, doméstica e costureira faccionista. No entanto, enfatiza que “sempre quis trabalhar com beleza, nunca quis trabalhar com outra coisa. Trabalhava com outra coisa porque precisava ganhar dinheiro.” No trabalho, na

costura, já alternava atendendo clientes particulares em suas residências. A fixação no setor de beleza foi a partir de seus vinte e cinco anos, impulsionada por uma série de cursos que realizou, a princípio gratuitos, básicos, no SESI, quando tinha de dezoito a dezenove anos, depois cursos pagos, mais avançados, no Sebrae. Gardênia relata o esforço pelo aprimoramento e associativismo realizado nos primeiros cinco anos no setor:

Foi investir. Fazia curso no Sebrae, fazia parte de associação, sindicato. Olha, acho que o único curso que eu não fiz no Sebrae até hoje foi Empretec... O resto, marketing, venda, atendimento, tudo eu fiz. Eu falo muito pros consultores hoje do Sebrae assim: “primeiro que vocês tinham que me dar o curso Empretec, eu não tinha nem que pagar. Tinha que ser de graça, o tanto de coisa que eu já fiz aqui.” E assim, eu tenho clientes que são do Sebrae, cacheadas aqui.

A trajetória de Gardênia ilustra a construção de um tipo de profissionalismo que não prescindiu da tradicional origem dos serviços de base familiar, comuns na alimentação, confecção e higiene e beleza. Iniciou montando um salão de fundo de quintal, depois transferido para a frente da residência que dividia com familiares, sofrendo reformas até se transformar no atual estabelecimento. Gardênia hoje mora próximo ao salão, já adquiriu uma chácara, que compartilha com a família extensa. Chegou a ter outro salão num bairro próximo, Negrão de Lima, mas não conseguiu conciliar o trabalho nos dois estabelecimentos e fechou a filial após um ano. A ótica empreendedorista que aprendeu nesses cursos técnicos, inclusive no ensino superior de gestão de beleza, não sufocou o clássico “ideal de serviço” que alimenta a relação

entre cliente e servidor e inclui elementos da subjetividade e do reconhecimento, sobretudo em serviços interativos como no caso de higiene e beleza: “Eu faço com amor, sabe, eu gosto de ver os resultados, eu gosto de ver a cliente feliz a hora que termina, e fala assim ‘nossa, ficou bom’”.

A consolidação profissional de Gardênia veio com sua orientação a um tipo específico de clientela, que valoriza cabelos naturais, cacheados e os “cortes afro”. Há quinze anos atrás, ao notar o costume de várias de suas clientes de alisar o cabelo continuamente, com a prática da “chapinha” que se tornara popular, passou a dissuadir suas clientes desse tipo de tratamento e incentivá-las a conservar os cabelos naturais, aproveitando o vocabulário de motivos do empoderamento feminino e do movimento negro e da criação de um *self* pautado na valorização do autorreconhecimento, do amor de si. O domínio de técnicas de “relaxamento” e “escova desprogressiva” traz uma especialização, mas que pode se tornar pouco relevante quando se valoriza um cabelo saudável, ou quando se valoriza “o que eu vendo pras minhas clientes aqui, que é se reconhecer”. Gardênia frequentou cursos com uma especialista da Bahia, que viera a Goiânia, e depois diversos outros, em São Paulo, culminando com um curso que realizou em Londres, recentemente, durante uma feira de estética e cosmética. Seu salão passou a ser frequentado por profissionais liberais, professoras, médicas, advogadas, que não valorizam tratamentos químicos. A página do salão no Facebook traz, abaixo do logotipo da empresa, a inscrição “cabelos poderosos”, que expressa bem a estética assumida no estabelecimento. Gardênia percebeu que entre as clientes de seu salão há “pessoas com problema de saúde por causa de for-

mol da vida, que desenvolvem alergias, que não estão satisfeitas, que estão com a autoestima baixa, porque não se reconhecem.” Entretanto, o cabelo cacheado “natural” requer hidratantes para se manter e a expertise na estética afro demanda articulação com outros grupos profissionais no ramo de cosméticos.

Não temos produto no mercado suficiente pra hidratar o nosso tipo de cabelo, é por isso que o cabelo não é bonito, como é que você quer ter um cabelo bom se o produto é ruim? Ai, começamos a trabalhar com produtos é, de indústrias de produtos melhores, até que a gente resolveu desenvolver o nosso, quando veio a ideia de criar a nossa linha, há três anos atrás. Começamos com a piloto em São Paulo, químicos de lá, trouxemos pro estado [Goiás] agora, fazemos aqui com uma equipe jovem que entendeu a nossa metodologia e casou certinho com tudo o que eu preciso nas minhas. A nossa linha agora que tá tendo uma aceitação maravilhosa, diferente dos produtos que a gente hoje tem no mercado.

O discurso profissional de Gardênia não está ligado apenas à expertise e preocupação em constituir um nicho de atuação reconhecido e legitimado institucionalmente, mas à organização do trabalho e interação com as funcionárias. Faz questão de registrar suas quatro contratadas (duas cabeleireiras e duas auxiliares, sendo uma dessas, sua irmã, que trabalha na parte administrativa) e alega não incluir manicures no estabelecimento pelo enfoque especializado, natural-afro, do salão: “porque nosso foco não é unha. Pra isso tem os salões especializados em unha.” Além disso, considera que os utensílios utilizados no serviço de manicure, que requerem cuidado e esterilização, podem trazer problemas, “porque como é tudo legalizado, então sempre tem uma fiscaliza-

ção”. Gardênia emprega uma forma de vinculação que prevalece nos salões em Goiânia que se aproximam da profissionalização: contrato anual com remuneração em porcentagem que varia, para cabeleireiras, de 35 a 45% do valor cobrado pelos serviços, dependendo da quantidade de trabalho e expertise que requerem. As contratadas trazem apenas o secador. Os pagamentos são realizados quinzenalmente. Gardênia nunca tirou férias desde que se tornou proprietária de salão, mas pretende tirar em breve por um período de quinze dias, juntamente com as contratadas, fechando o salão no período. Ela afirmava conceder períodos curtos de férias às funcionárias, quando solicitada. Esse tipo de relação de serviços se aproxima do contexto europeu, em que pequenos e médios estabelecimentos como padarias, salões de beleza, bistrôs, mantêm de um a dois dias de folga no meio de semana e fecham as portas uma ou duas vezes ao ano para férias. Essa forma de organização valoriza o profissional e os pequenos empreendimentos, embora, por outro lado, contrarie um ideal de serviço que assegura ao cliente um serviço contínuo, “à disposição”, sob o risco de perda da fidelidade.

Se considerarmos a formação em nível superior como uma característica indicadora do profissionalismo no setor, é necessário conjecturar que nem toda formação superior no campo de higiene e embelezamento está voltado estritamente à gestão ou conduz necessariamente ao empreendedorismo individual ou à condição de proprietário(a) ou gerente de salão. Entre os homens é comum uma trajetória profissional que, ainda que pautada em um tipo de expertise, não configura uma especialização, mas ao contrário, remete a uma polivalência. O percurso de vida do tra-

balhador Cravo, 36 anos, negro, solteiro, nascido em Acreúna, interior de Goiás, ilustra esse atributo. Começou a trabalhar aos 12 anos, como auxiliar na confecção de uma prima, já em Goiânia, para onde sua família havia se mudado. Permaneceu como contratado na empresa até a idade de 23 anos, tendo realizado no período um curso técnico de modelagem industrial, que chegou a aplicar na confecção onde trabalhava. Decidiu cursar engenharia mecânica e mudou-se para a Argentina, onde estudou durante seis meses na faculdade da indústria Volvo. O *turning point* para o setor de beleza é explicado como decorrente de um fortuito interesse quando conheceu o Instituto Llongueras,<sup>8</sup> em Buenos Aires. Trocou seu curso pelo de Gestão em Beleza e, depois de formado, quando retornou a Goiânia, começou a trabalhar no ramo, em estúdios no setor Oeste e no Jardim Goiás, bairros de classe média. Sua formação no LLongueras não correspondia à de cursos superiores de gestão de beleza e cosmética oferecidos por instituições privadas ou do sistema S em Goiânia, mais voltadas à administração de salões. Segundo Cravo,

lá em Buenos Aires é assim, você não aprende lá igual aqui. Você entra na área da beleza, você não vai atender só cabelo, não vai fazer só pele, não vai fazer só unha. Lá você aprende estética corporal, facial e capilar. É um conjunto: manicure, pedicure, massagem linfática, drenagem, é, massagem muscular, terapeuta, entendeu? Então é um bocado de coisa, por isso que teve dois anos e meio assim, muito puxado.

.....  
8 O Instituto Llongueras teve origem na Academia LLongueras, fundada em Barcelona no ano de 1983 pelo espanhol Lluís Llonguera, que contribuiu decisivamente para a criação de estilo em Barcelona e de design em todo o mundo.

Esse tipo de formação polivalente permitiu que Cravo, a despeito de sua relativa experiência na trajetória ocupacional específica do setor, fosse contratado por salões mais exclusivos, como o Estúdio Sampa onde, no entanto, trabalhava em diferentes ocupações, podendo assim, ter maior rendimento, apesar de ser contratado apenas como cabeleireiro: “Lá eu fazia mais serviço, né? Porque não tinha, só era eu de cabeleireiro e manicure, então não tinha um esteticista, não tinha uma maquiadora, então eu passei a atender toda a questão voltada pra esse trabalho, que era sobrancelha, maquiagem, depilação.”

Cravo não costumava permanecer por muito tempo em cada salão, o que o permitiu adquirir uma clientela diversificada e o levou a assumir, na época da entrevista, um perfil mais *freelancer*, que atendia em domicílio a clientes de poder aquisitivo mais alto. Hábil em transformar o caráter interativo e conversacional da atividade num espaço de confiança, Cravo também se beneficia do fato de ser solteiro e morar sozinho para atender clientes em horários mais convenientes:

Geralmente, quando a gente faz um curso a fundo como eu fiz, você se torna o psicólogo da cliente, né, você mais escuta do que fala. Você concorda com o que tem que concordar e discorda daquilo que você não acha certo. Mas se torna assim, um vínculo né? Tem cliente também que é muito, como é que fala, muito carente, que ela só faz o serviço pra poder conversar com você. São aquelas clientes de alto impacto, né? Ela liga pra você, “que cê tá fazendo agora?” Falo “ai, nada”. “Então vem aqui, escovar meu cabelo”. Porque ela tá precisando conversar, ela não tá precisando de um serviço. Geralmente aquela pessoa que marca antecipadamente, “ah, tal dia a gente vai fazer isso”, é uma pessoa mais centrada, mais tranquila,

agora aquela pessoa que liga imediatamente, é que ela tá precisando de falar com alguém.

A expertise conversacional, ligada ao tipo de sociabilidade que envolve serviços interativos como os de HB, é também muito valorizada nas atividades de ensino ou formação profissional no setor. Magnólia, cabeleira e designer de sobrancelhas, 37 anos, solteira, identifica-se muito com o trabalho de professora numa franquia do Instituto Embelleze<sup>9</sup> em Goiânia:

As pessoas, eu gosto de conversar, ouvi-las, trabalhar a autoestima das mulheres, porque nos cursos, na parte como cabeleireira, eu me sinto muito realizada de terminar, entregar o trabalho e de ver a cliente satisfeita com o que você entregou pra ela. Como professora, instrutora de cursos profissionalizantes na área da beleza, eu não trabalho só com ensinar o aluno a trabalhar com o cabelo, mas ele fazer a mulher se enxergar, ter a autoestima dela, entender que aquilo ali é uma fonte de renda, que pode mudar a vida dela, né. Resgatar, às vezes, uma mulher que perdeu toda a vaidade, toda a sua essência por conta de uma série de coisas, então eu gosto de trabalhar nisso.

Os(as) trabalhadores(as) no setor de HB encontram mais oportunidades de formação profissional em nível superior e ascensão relacionadas às ocupações mais valorizadas, ou seja, cabeleireiras e maquiadores(as), com menores oportunidades para manicures.

.....  
9 O Instituto Embelleze é uma rede de franquias da América Latina voltada para formação profissional em beleza, prestação de serviços e comercialização de produtos. Segundo o site de divulgação da empresa (<https://www.institutoembelleze.com>), está presente em 350 franquias em 25 estados e no DF, além de duas no Equador, já tendo formado mais de 2 milhões de profissionais para o mercado de trabalho.

Entretanto, de um ponto de vista longitudinal evidencia-se um deslocamento da importância das diferentes ocupações do setor relacionado a fatores externos, como tendências na estética corporal, individualização, valorização do *self* e do consumismo. O design de sobrancelhas e o desenvolvimento diversificado e crescente da indústria de cosméticos constituem alguns exemplos nesse sentido, pois estão relacionados a tensões identitárias e à construção de novas jurisdições em decorrência do surgimento de novos grupos profissionais e de intersecções entre os já constitutivos da família ocupacional de HB. É oportuno lembrar que esta própria família intersecciona outros grupos ligados à saúde (dermatologia, psicologia, terapias corporais etc.) e à gestão empresarial. A trajetória de Tulipa, manicure, 22 anos, solteira, ilustra a relação entre o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos domésticos em famílias pobres e a entrada precoce no mercado de trabalho relacionado a serviços domésticos e HB. Começou a trabalhar aos onze anos, incentivada pelos pais e parentes, fazendo unhas de moradoras próximas à sua residência, enquanto tomava conta de seu irmão mais novo, já que a mãe trabalhava para fora como empregada doméstica e deixava a comida preparada na noite anterior, deixando as duas crianças em casa. Seu primeiro trabalho formal foi somente aos dezoito anos, como manicure num salão de bairro em Goiânia e logo após realizou um curso profissionalizante de curta duração, em instituição privada. Na ocasião da entrevista Tulipa trabalhava num salão de beleza em *shopping*, em jornada das 14 às 22h, como manicure. Pela manhã cursava Estética e Cosmética numa faculdade privada em Goiânia. Tulipa, em seu depoimento, tenta explicar sua motivação pela manicure e o projeto profissional

futuro numa ocupação de fronteira, já mais próxima ao campo da saúde:

Eu não sei explicar exatamente, acho que é dom, né? A gente sempre tem um, uma coisa que você se adapta a fazer aquilo e nisso eu me encantei. Eu sempre via fotos, vídeos e sempre queria fazer, mas nunca conseguia. Aí eu fui tentando, tentando, até hoje, não é a toa que eu entrei na faculdade pra fazer estética, né? Pra aperfeiçoar mais ainda e virar uma futura podóloga.

O discurso profissional no setor de HB tem se manifestado, na pesquisa, mais sólido em sua veiculação por sindicatos patronais, portais do sistema S (principalmente no Senac) e perfis em redes sociais de escolas técnicas privadas ou de cursos *ad hoc*, ministrados por associações ou programas sociais de formação de trabalho e renda. Há ênfase no empreendedorismo, nos aspectos técnicos, na segurança e saúde de clientes e trabalhadores e na administração. Entretanto, o discurso expresso por trabalhadores(as) entrevistados(as) parece não priorizar elementos específicos, simplesmente indicando a certificação nesses cursos como critério fundamental para uma profissionalização no setor e apontando instituições do sistema S, como fundamentais na formação inicial e a seguir cursos específicos relacionados ao nome de colegas já respeitados em nível regional ou nacional, como complementos da formação. No caso de Goiânia algumas escolas técnicas de cabeleireiros situadas na região central despontaram também na iniciação profissional no setor. Porém várias narrativas enfatizaram a necessidade da prática como auxiliares, muitas vezes no âmbito doméstico.

Ainda que o empreendedorismo e a condição de microempresária (o), a autonomia, a passagem da condição de empregadora, a possibilidade de ascensão social figurem no discurso profissional da HB em construção, a preocupação com uma nova expertise diante das exigências dos órgãos de fiscalização também se faz presente. O manuseio de produtos químicos em procedimentos como coloração, alisamento, ondulação, bem como a higienização e esterilização de instrumentos implicam uma renovação do repertório técnico, ainda que esses requisitos e operações não estejam presentes diretamente no discurso das(os) profissionais entrevistados. Por outro lado, esses elementos são ressignificados e articulados com outras características do trabalho em serviços pessoais, principalmente a interatividade e o trabalho emocional. Assim, ainda que diferentes estilos de corte ou transformação do cabelo venham até a “identificar” o profissional (escovista, tinturista, penteador) ou o estabelecimento (unisex, afro, masculino, feminino), o discurso vem se caracterizando como um posicionamento diante das práticas, agora tomadas em relação à subjetividade dos(as) clientes. A defesa de um cabelo “natural”, ou de cortes afro adequados ao fenótipo, pode se aliar a uma crítica dos procedimentos químicos, de uma valorização do que agride menos a natureza, de acordo com uma preocupação contemporânea de sustentabilidade e ambientalismo. Em suma, parece difícil identificar as principais proposições de um discurso de profissionalização no setor de HB, ainda que possamos reconhecer a existência de alguns requisitos básicos, como a formação com base em certificados, a experiência na prática como auxiliar no domicílio ou em estabelecimentos de base familiar, a atualização

constante diante dos modismos e novos produtos empregados, a interatividade, a necessidade de valorização da subjetividade (emoção, empatia, afinidade, intimidade), o empreendedorismo.

As entrevistas revelam que os trabalhadores e trabalhadoras do ramo de HB encontram a formalização através do cadastro como microempreendedor individual (MEI). Segundo Ligia Bufaiçal, em dissertação recentemente defendida sobre o trabalho no setor, “diversas pessoas possuem o cadastro ou pretendem fazê-lo buscando amparo previdenciário e uma aposentadoria.” (2019, p. 66) É o caso de Magnólia, que nega a contratação formal no salão onde trabalha e afirma a prestação de serviços no estabelecimento:

Não, nesse momento eu não tenho um contrato de trabalho, nem carteira assinada, nem CLT. É porque eu só estou prestando serviço pra eles. Aí quê que eu vou fazer, eu tenho que abrir o meu MEI, né, pra fazer essa prestação de contas pra que eu não fique desamparada. Então essa foi a minha opção. Eu não tive foi tempo mesmo de correr atrás, mas a ideia é de trabalhar pra essas empresas hoje não como funcionária deles, mas como prestadora de serviços.

Finalmente, a valorização de uma identidade pessoal que se transfere ao serviço, uma identidade profissional reconhecida intersubjetivamente, como ocorre em outras ocupações que têm o caráter artesanal ou de ofícios, a exemplo de *luthiers*, *chefs* de cozinha ou *designers* de moda.

## Considerações finais

O setor de HB é orientado por classificação de gênero e, ainda que o discurso profissional correlato não enfatize essa característica, pois é desejável que suas ocupações sejam desempenhadas por pessoas interessadas, as trajetórias apontam desigualdades entre homens e mulheres nele inseridos. Não é possível observar diferenças de trajetórias nas ocupações de HB a partir de bases de dados governamentais, principalmente em função de elas estarem agregadas em apenas dois grupos na PNAD e no Censo (cabelereiros e especialistas em beleza) e do caráter predominante informal dos vínculos no setor, o que torna a base da RAIS limitada para analisar as atividades de HB. Assim, a amostra de entrevistados(as) e o recurso a outras fontes foi fundamental no sentido de reconhecer, para as mulheres, uma trajetória predominante, marcada pela entrada precoce no mercado de trabalho em serviços domésticos, cuidados de proximidade ou confecção. Os homens nesse setor não compartilham tal característica, pelo menos em grau, a não ser na ocupação de confecção. Os dois grupos apresentam trajetórias similares, por outro lado, no aspecto de um aprendizado inicial por imitação, em âmbito doméstico ou em salões na vizinhança ou informação indireta por representações de meios de comunicação. Embora esse tipo de formação seja contraditória ao que se espera de uma organização profissional de trabalho, que requer sistematização e aprendizado institucionalizado em nível superior, torna-se fundamental num setor que se caracteriza pelo caráter intensivo da força de trabalho. Nas palavras de Lírio, 31 anos, cabelereiro e maquiador, a vivência laboral, como auxiliar,

é necessária “pra você entender o que é um salão, o que faz no cabelo, porque nada adianta ter curso se você não tem a prática. Então assim, vale muito mais uma prática do que dez cursos pra se ter a noção do que você está fazendo”.

Revelou-se nas entrevistas realizadas a importância dos cursos de formação na área de HB, desde aqueles gratuitos, promovidos por instituições religiosas, educacionais ou governamentais, até os mantidos por escolas ou institutos privados, ou ainda por instituições do sistema S, como Sesi, Sebrae e Senai. A exemplo do que ocorre em outras ocupações do tipo “ofícios”, em que o aprendizado é mais efetivo mediante observação direta, imitação, treinamento orientado e prática auxiliar, emerge uma extensão profissional relacionada ao ensino e formação na área. Verificou-se também que a “conversa de salão” converte-se, na esteira da profissionalização, em suporte do desenvolvimento de uma relação de confiança e solidariedade que intersecciona o domínio psicológico, configurando-se como expertise. Essa característica relacionada aos serviços interativos evidencia-se também na própria prática das “ações sociais”, conforme relatado por diversos(as) interlocutores(as), ou seja, sessões de serviços gratuitos realizados por equipes de salões de beleza em hospitais, asilos, presídios ou locais públicos frequentados por pessoas carentes.

A formação em nível superior, requisito necessário para a profissionalização segundo, praticamente, a maioria das tendências da tradição anglo-saxônica da sociologia das profissões, não desempenha certamente um papel fundamental na caracterização dos grupos profissionais de HD, conforme já se evidenciou antes pelo exame das bases de dados governamentais. Um levantamento

longitudinal pela categorização agregada, tanto na RAIS como na PNADC, também não revela uma tendência de crescimento da escolaridade em nível superior, mesmo que a consideremos *lato sensu*, isto é, independentemente de se efetivar na área de HB ou em outras áreas. Entretanto, é notória a importância crescente dos cursos de Gestão de Estética e Cosméticos na formação de profissionais que se tornam gerentes ou proprietários de salões. Em 2019-4 no Brasil, segundo a PNADC, verificou-se que 7,6% das(os) trabalhadoras(es) no setor que tinham ensino superior completo eram empregadoras(es), contrastando com os 4,29% de empregadoras(es) verificados entre todos(as) as(os) trabalhadoras(es) do setor.

Finalmente, pode-se conjecturar que o tipo de formação superior mais adequada para a profissionalização de trabalhadoras(es) que ainda não são proprietárias de estabelecimentos ou não almejam sê-lo, preferindo o perfil freelancer e o atendimento domiciliar, não é a de caráter específico, relacionada a uma ocupação, mas sim uma formação genérica que abranja desde os procedimentos básicos de estética capilar, facial ou corporal até a gestão de salões. Por outro lado, pode-se explicar a pouca oferta de cursos superiores nesse sentido, no Brasil, em relação aos cursos de gestão, pelo tipo de formação social em famílias pobres brasileiras, que torna muito mais provável que as mulheres tenham iniciação precoce no aprendizado de procedimentos de HB, em nível doméstico ou da vizinhança, em relação aos homens, o que diminuiria o interesse, por parte delas, nesse tipo de formação. Daí compreende-se também o apego maior dos homens ao perfil autônomo e *freelancer* e seu sucesso nessa modalidade, configu-

rando um tipo de “nomadismo sexuado” (Cf Hirata; Kergoat, 2007), estratégia favorável aos homens, em relação às vantagens de poder se deslocar no espaço para atendimento, principalmente diante das novas demandas originadas pela facilidade na procura e atendimento alimentadas pela tecnologia nas redes sociais. As mulheres, inversamente, são “nômades no tempo”, alternando atendimento nos salões, por vezes instalados em suas próprias residências, com afazeres domésticos e atividades de cuidados.

## Referências

ABBOTT, Andrew. *The system of professions*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

ARANGO GAVIRIA, Luz Gabriela. Género, belleza y pretensiones artísticas en el campo de las peluquerías. *Revista Latina de Sociología*, n. 1, p. 1-44.

BUFAIÇAL, Lígia Carvalho de Sillos. *Trabalho e regulação: sociabilidade e empreendedorismo no ramo de higiene e beleza*. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

DEMAZIÈRE, Didier; GADÉA, Charles. *Sociologie des groupes professionnels*. La Découverte, 2009.

DWECK, Ruth Helena. *A beleza como variável econômica – reflexo nos mercados de trabalho e de bens e serviços*. IPEA, Texto para discussão n. 618, 1999.

EVETTS, Julia. Sociological Analysis of Professionalism: past, present and future. *Comparative Sociology*, n. 10, p. 1-37, 2011.

FREIDSON, Eliot. *Professionalism*. The third logic. Cambridge: Blackwell, 2007.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 95-609, dez. 2007.

KERGOAT, Danièle. La Division du travail entre les sexes. In: KERGOAT, J. et al. (dir.). *Le monde du travail*. Paris: La Decouverte, 1998. p. 319-327. (Coll. Synos).

OLIVEIRA, Juliana Andrade. *Fazendo a vida fazendo as unhas*. Uma análise sociológica do trabalho de manicures. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia – USP, São Paulo).

TELES, Eduardo Lopes. *O ofício de barbeiro: memória, tradições e modernidades*. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

# “Mulheres de fibra”: a difícil articulação entre trabalho profissional e trabalho doméstico de mulheres em cargos de gestão

.....

Danielle Fernanda Morais Pavan<sup>1</sup>

Lucinéia Scremin Martins<sup>2</sup>

## Introdução

A história das mulheres é diferente da história dos homens (Lerner, 2019). A omissão das contribuições das mulheres para o desenvolvimento da humanidade e aos diferentes processos históricos têm implicações significativas às representações femininas,

- .....
- 1 Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiás, Brasil. Email: [danicrsri@gmail.com](mailto:danicrsri@gmail.com).
  - 2 Professora da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) e da Pós Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiás, Brasil. Email: [luascremin@ufg.br](mailto:luascremin@ufg.br).

as relações sociais e a vida de homens e mulheres, meninos e meninas. De acordo com Arend (2013), ao analisar “*o trabalho, a escola e o lazer*” de meninos e meninas no início do século XX, a divisão sexual do trabalho começava na tenra infância, dando as bases para a vida adulta,

enquanto os meninos saíam pra brincar com maior liberdade nas vias públicas [...] as meninas auxiliavam suas mães na cozinha e nas tarefas domésticas mais leves, tais como secar louça, tirar o pó dos móveis, passar roupa, bem como, cuidar dos irmãos e irmãs mais jovens (Arend, 2013, p. 72).

O termo “divisão sexual do trabalho” surgiu a partir de pesquisas etnográficas e sociológicas no âmbito dos estudos das famílias, sendo compreendido como um dos elementos que constituem o “patriarcado”<sup>3</sup> e todo o sistema de dominação dos homens sobre as mulheres. A divisão sexual do trabalho é a maneira como se dá a divisão social do trabalho decorrente das relações sociais de sexo, se caracterizando por destinar prioritariamente os homens à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva (Kergoat, 2009). Arqueólogas e antropólogas incomodadas com a perspectiva androcêntrica da história humana, ao se debruçarem sobre as famílias pré-históricas, perceberam que nas diferentes sociedades,

.....  
3 Segundo Delphy, o patriarcado é uma palavra muito antiga que foi mudando seu sentido ao longo do tempo, mas que com a “segunda onda” do feminismo, lá por volta de 1970, adquiriu o seguinte sentido: “*Nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres.*” (Delphy, p. 173).

a depender de fatores ecológicos, homens e mulheres exerciam atividades distintas à sobrevivência. A historiadora Gerda Lerner (2019), ao dissertar sobre o surgimento do patriarcado, demonstra que tal sistema privilegia os homens no acesso ao poder nas diversas esferas da vida, tendo como ponto de partida a divisão sexual do trabalho. De acordo com a autora, as explicações tradicionalistas mais populares a respeito da dominação masculina sobre as mulheres naturalizam comportamentos sociais, fundamentando-os em diferenças biológicas. Nas versões religiosas, a dominação masculina decorre de um planejamento divino de funções biológicas diferentes e, em razão disto, justifica-se a atribuição de diferentes tarefas sociais entre homens e mulheres. De forma determinista, as explicações tradicionalistas consideram que as características biológicas relacionadas à força física, agressividade e ligeireza levaram os homens a terem prestígio e a serem valorizados em suas tribos, ao tornarem-se caçadores e provedores de alimentos, em períodos históricos anteriores. De acordo com tais perspectivas, no período Neolítico, os homens, por desenvolverem experiências na caça e no uso de ferramentas, tornaram-se guerreiros e protetores das mulheres. E estas teriam o ápice da sua função social na maternidade.

Lerner (2019) destaca que as visões tradicionalistas sobre as diferenças de atividades entre homens e mulheres na pré-história supervaloriza o “homem-caçador” e corrobora com o discurso de supremacia do papel masculino na sobrevivência da humanidade. De acordo com a autora, estudos arqueológicos demonstram que a caça de grandes animais mostra-se subsidiária à coleta e à caça de pequenos animais, atividades exercidas por crianças e mulheres.

Desse modo, em várias sociedades coletoras-caçadoras, não havia hierarquia entre o trabalho realizado por homens e mulheres, sendo considerados complementares. Além disso, as mulheres eram responsáveis pela cestaria, olaria e horticultura, criações extremamente importantes ao cultivo, coleta e armazenamento de alimentos, água e aquecimento. Sendo assim, em sociedades de coletores-caçadores, as mulheres são responsáveis por prover mais de 60% da alimentação, seja nas sociedades do passado ou nas contemporâneas (Lerner, 2019).

As teorias fundamentadas na “vontade de um criador”, para justificar a divisão do trabalho desenvolvido por homens e mulheres, deram lugar, no século XIX, aos cientistas defensores do patriarcado. Assim, a perspectiva tradicionalista ganhou verniz científico com as teorias darwinistas, instituindo “[...] uma defesa política do *status quo* em linguagem científica.” (Lerner, 2019, p. 46), utilizando-se da constituição biológica da mulher como importante à manutenção da espécie através da maternidade, ao mesmo tempo em que a menstruação e a gravidez eram utilizadas como argumentos de uma suposta debilidade das mulheres para exercer atividades econômicas ou ter acesso à educação superior.

A substituição do trabalho físico pelo trabalho de máquinas é considerada progresso; apenas as mulheres, sob o ponto de vista deles, estão condenadas pela eternidade a servir à espécie por meio da biologia. Afirmar que, de todas as atividades humanas, apenas os cuidados fornecidos por mulheres são imutáveis e eternos é, de fato, destinar metade da raça humana a uma existência inferior, à natureza em detrimento da cultura (Lerner, 2019, p. 47).

Cabe destacar que a mulher considerada inapta para o trabalho, em razão das suas características físicas e biológicas, foi a mulher branca. As mulheres negras, a partir do século XVI, foram escravizadas e sua força de trabalho explorada, não só no âmbito doméstico, mas nos canaviais e em todo tipo de trabalho, sem muita cerimônia ou diferenciação entre gêneros.

Nos países colonizados as mulheres negras tiveram o fruto do seu trabalho e os seus corpos apropriados pelo sistema de escravidão. Com o fim dessa, elas continuaram trabalhando de forma exaustiva, como lavadeiras, empregadas domésticas, vendedoras de quitutes e, até mesmo, como prostitutas. Algumas conseguiram driblar o racismo institucionalizado e a privação histórica do acesso à educação e tornaram-se professoras, mas foram exceções. Foi esse processo histórico do trabalho produtivo e reprodutivo que constituiu as bases das sociedades e dos lares, ao mesmo tempo, essas mulheres foram invisibilizadas, inclusive pelas feministas brancas, como bem expressa o discurso de Sojourner Truth, na Convenção sobre Direitos das Mulheres, em 1851: “*Não sou eu uma mulher?*”.<sup>4</sup>

.....  
4 “*Sojourner Truth nasceu escrava em Nova Iorque, sob o nome de Isabella Van Wagenen, em 1797, foi tornada livre em 1826, em função da Northwest Ordinance, que aboliu a escravidão nos Territórios do Norte dos Estados Unidos (ao norte do rio Ohio). A escravidão nos Estados Unidos, entretanto, só foi abolida nacionalmente em 1865, após a sangrenta guerra entre os estados do Norte e do Sul, conhecida como Guerra da Secessão. Sojourner viveu alguns anos com uma família Quaker, onde recebeu alguma educação formal. Tornou-se uma pregadora pentecostal, ativa abolicionista e defensora dos direitos das mulheres. Em 1843 mudou seu nome para Sojourner Truth (Peregrina da Verdade). Na ocasião do discurso já era uma pessoa notória e tinha 54 anos. [...]*”. (PINHO, Osmundo, 2014). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>.

Sojourner Truth<sup>5</sup> nos ensina que, se por um lado as mulheres brancas lutaram para poder trabalhar na esfera da produção e livrar-se da tutela masculina, ao mesmo tempo, por outro, as mulheres negras trabalhavam jornadas extenuantes, sem nenhuma condescendência masculina, vendo sua condição humana ser roubada pouco a pouco pela força do açoitete.

Hirata e Kergoat (2007), analisando a divisão sexual do trabalho na contemporaneidade, observam que os estudos das feministas materialistas concentraram-se na esfera do trabalho assalariado e nas diferentes condições de trabalho entre homens e mulheres, ainda que pertencentes à mesma classe social (Hirata; Kergoat, 1994). Sob a perspectiva sociológica, a divisão sexual do trabalho é constituída por dois princípios organizadores: o princípio da separação e o princípio da hierarquia. Em relação ao primeiro, há uma separação social do trabalho de homens e mulheres, percebido como trabalho masculino e como trabalho feminino. A divisão social do trabalho, historicamente constituída para a sobrevivência coletiva, foi ganhando explicações fundamentadas em ideologias naturalizadoras e deterministas a respeito

.....

5 Angela Davis escreve, em seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, sobre Sojourner Truth, dizendo que: “*Sozinha, Sojourner Truh salvou o encontro de mulheres de Akron das zombarias disruptivas promovidas por homens hostis ao evento. De todas as mulheres que compareceram à reunião, ela foi a única capaz de responder com agressividade aos argumentos, baseados na supremacia masculina, dos ruidosos agitadores. Com seu inegável carisma e suas poderosas habilidades como oradora, Sojourner Truth derrubou as alegações de que a fraqueza feminina era incompatível com o sufrágio – e fez isso usando uma lógica irrefutável*” (2016, p. 71).

das características diferenciadoras entre homens e mulheres. No tocante ao segundo princípio, o da hierarquia, converte-se a diferença em uma desigualdade no mundo do trabalho. O princípio da hierarquia atribui maior importância e reconhecimento social ao que é considerado “trabalho de homem”, ou seja, pressupõem que este trabalho “vale” mais do que um trabalho de mulher.

Nesse sentido, podemos perceber os princípios que regem a divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho brasileiro e na ampliação da participação feminina nele. As décadas que abrangem o final do século XX e o início do século XXI, no Brasil, configuram-se como períodos importantes às transformações do trabalho feminino (Bruschini, 1998). As mudanças no modo de produção capitalista, dadas pela substituição do modo de organização do trabalho produtivo fordista pelo modelo toyotista, associadas às mudanças educacionais e culturais, ocorridas a partir da década de 1970, provocaram um significativo aumento da participação das mulheres no trabalho assalariado (Bruschini, 1998).

Ainda que a participação feminina tenha se ampliado, é importante destacar que aproximadamente 61% das mulheres fazem parte da população economicamente ativa (PEA), que inclui, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), aquelas que estão trabalhando ou que estão à procura de um trabalho. Para os homens a proporção é de 83%. E os homens ainda permanecem nos melhores cargos, com melhores salários: dados de 1998 demonstram que 10% dos homens estavam em posições de trabalho precárias, enquanto 36% das mulheres estavam nessa condição. Entre as mulheres, 76% não possuíam carteira de trabalho e 89% ganhavam menos que dois salários mínimos, sendo

que elas ainda são maioria no trabalho não remunerado, para consumo próprio ou da unidade familiar (Bruschini; Lombardi, 2003). Dados mais recentes, de acordo com o IBGE, em estudo sobre as “*Estatísticas de Gênero*”, publicado em 2017,<sup>6</sup> o rendimento médio das mulheres ocupadas é de 74% do rendimento dos homens (IBGE, 2017).

Danièle Kergoat e Helena Hirata (2003) destacam que os princípios da separação e da hierarquização não se restringem ao trabalho produtivo, mas se estendem à outra dinâmica do trabalho que foi percebida nas ciências sociais, por volta dos anos 1970, como trabalho não pago: o trabalho reprodutivo. O trabalho feminino é valorado de forma inferior, tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista ético: “*produção ‘vale’ mais que reprodução, produção masculina ‘vale’ mais que produção feminina (mesmo quando uma e outra são idênticas)*” (Hirata & Kergoat, 2003, p. 113).

Além dos fatores econômicos, as mulheres se perceberam diante de uma revolução cultural em relação ao próprio corpo e à reprodução. A difusão de métodos contraceptivos alterou a taxa de fecundidade e o tamanho das famílias: o número médio de filhos por mulher era de 5,8 em 1970 e passou a ser de 2,3 filhos no final da década de 1990. Além disto, em 1998 aproximadamente 26% das famílias brasileiras eram chefiadas por mulheres, sendo que 45% destas eram negras, com rendimentos inferiores a um salário mínimo (Bruschini; Puppini, 2004; Lombardi, 2003). Já em 2010, de acordo com o IBGE, percebe-se que esse número

6 .....  
Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1> Acesso em: 4 out. de 2020.

crece em relação a 1998, pois a proporção de famílias chefiadas por mulheres totaliza 37%, sendo que destas 38,7 % eram pretas ou pardas, com 41,4% delas recebendo até 1/2 salário mínimo.<sup>7</sup>

Na análise do trabalho feminino a partir de um recorte racial, torna-se fundamental abarcar a categoria de consubstancialidade. As relações sociais de sexo estão presentes e em constante interação com as relações de classe e raça, de modo que as relações de classe são sexuadas e racializadas e vice-versa. Sendo assim, as relações sociais de classe, raça e sexo são consubstanciais, ou seja, possuem a mesma substância: as explorações se estendem, se expandem e se entrelaçam umas às outras na forma de nós, “enovelando-se” (Kergoat, 2010; Saffioti, 2015). Imbricam-se como teias, fibras de um tecido social dinâmico e historicizado, conforme a sociedade e o desenvolvimento dos meios de produção nela vigentes.

A escolarização é um dos fatores culturais apontados pelos/pelas estudiosos(as) como um dos principais elementos do crescimento da participação feminina na taxa de ocupação nas últimas décadas. De acordo com Barbosa (2018), há uma relação direta entre a escolarização e a taxa de ocupação, demonstrando uma tendência de estabilidade ocupacional maior entre as mulheres mais escolarizadas. Os estudos realizados por Bruschini e Lombardi (2003) destacam que mais da metade dos postos de trabalho no serviço público (55%) eram ocupados por mulheres. Além disso, enquanto 60% dos homens empregados no setor privado tinham

---

7 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/index.html?loc=0&cat=-15,-16,-17,-18,128&ind=4704>. Acesso em: 7 out. de 2020.

apenas o ensino fundamental, entre as mulheres 38% delas tinham o ensino médio concluído e 21% o ensino superior. Deste modo, a ampliação da escolarização feminina possibilitou que muitas delas se inserissem em empregos com maior seguridade social e financeira, tanto no setor público, quanto na esfera privada.

Entretanto, as conquistas e a estabilidade não se dão de forma homogênea para todas as mulheres. Aquelas que conseguiram se qualificar para alcançar postos mais vantajosos de trabalho são, principalmente, mulheres brancas. As mulheres negras e pobres estão em trabalhos precários, com contratos flexíveis, em tempo parcial, com condições de trabalho e salariais inferiores aos dos homens. A possibilidade de provocar um tensionamento ao ascender aos níveis mais altos da hierarquia profissional – em atividades hegemonicamente masculinas, com maior prestígio social e de remuneração, em decorrência da alta qualificação entre algumas mulheres – contrasta com o crescimento da participação feminina nos postos de trabalho precarizados. Tal configuração paradoxal, da participação das mulheres no mercado de trabalho, é conceituada por Hirata (2011) como bipolarização do trabalho assalariado feminino.

Estudos que se concentram na trajetória das mulheres nas carreiras que exigem alta qualificação têm demonstrado que as trabalhadoras encontram barreiras na ascensão aos postos de direção, assessoramento e gerenciamento do topo da carreira, sejam elas acadêmicas e científicas; ligadas às engenharias, entre as executivas, nos cargos de direção ou assessoramento do serviço público (Velho; León, 1998; Lombardi, 2003, 2006; Bruschini; Puppini, 2004; Otte, 2008; Abreu, Azevedo; Meirelles, 2012).

## Educação, trabalho e gênero

“Menina que sabe muito é mulher atrapalhada. Para ser mãe de família, saiba pouco ou saiba nada.” (Ditado popular)

A Lei imperial, de 15 de outubro de 1827, criou escolas públicas em lugares com maior concentração populacional. Também estabeleceu a separação entre escolas de meninos e meninas e, embora estabelecesse igualdade salarial entre homens e mulheres que se dedicavam ao ensino – mestres e mestras –, limitou a possibilidade das mulheres ensinarem geometria. As mestras restringiam-se a ensinar as quatro operações, a gramática da língua portuguesa, os princípios da moral cristã e a doutrina católica apostólica romana, além das prendas de economia doméstica às meninas (Rezzutti, 2018).

Em meados do século XIX e início do século XX, com a proclamação da República e o desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil, a perspectiva de nação reforçou a ideia da esfera pública ser destinada aos homens, enquanto às mulheres ficava destinada a ocupação de “rainhas do lar”, sendo essas totalmente responsáveis pela esfera doméstica e formação das crianças. Os ideais republicanos e a estruturação do sistema capitalista geraram a discussão sobre a necessidade de qualificar a força de trabalho e formar cidadãos aptos ao mínimo exigido pelo capitalismo em desenvolvimento no período da República. A educação básica para o letramento, o domínio das quatro operações e a disciplina do corpo para o trabalho no sistema capitalista tornou-se parte de um projeto de nação que envolvia as mulheres, sobretudo da elite,

responsáveis majoritariamente pelo trabalho docente. Conforme Arend (2013), aos poucos o trabalho como mestre na educação escolarizada foi deixando de ser um privilégio masculino.

Da educação básica até a formação para a docência havia distinções entre os currículos das crianças, moças e rapazes, orientados pelas forças ideológicas do patriarcado, o cristianismo e o positivismo. De modo que o currículo das mulheres, na Escola Normal e na escola primária, continha disciplinas ligadas ao trabalho doméstico e artesanato e o dos rapazes abarcava disciplinas de geometria. Em comum havia, além de ler, escrever e as quatro operações, a doutrina cristã. Destaca-se que o conhecimento em geometria possibilitava aos professores homens salários mais elevados do que o das mulheres, emergindo a discriminação indireta e o surgimento da desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, mesmo quando a legislação proibia.

Nos séculos que antecederam a Proclamação da República, a docência era atividade ocupada majoritariamente por homens, principalmente clérigos, entretanto, com a necessidade de diminuir o analfabetismo, as mulheres passaram a exercer mais recorrentemente o trabalho na educação escolarizada, ao mesmo tempo em que a estrutura das escolas foi tornando-se precária para o número crescente de estudantes. Os salários e a carreira tornaram-se pouco rentáveis, comparativamente as ocupações ligadas ao direito e à medicina, profissões as quais os homens com maior escolaridade migraram (Louro, 2004; Chamon, 2005; Morais, 2017).

Observa-se que nos argumentos de uma propensão natural das mulheres aos cuidados destaca-se um exagero nas diferenças biológicas, nas quais naturalizam-se constructos sócios cul-

turais. *“O fato de mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo; o fato de mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social. É o gênero que vem sendo o principal responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade”*. (Lerner, 2019, p. 47-48). Esse lugar “naturalizado” de cuidadora da família, de guardiã do lar ganhou contornos mais sólidos no final do século XIX e início do século XX, quando houve uma modificação na perspectiva da infância e da maternidade. A imagem de um ser dotado de afeto, que cuida da família, de sua higiene e do preparo da alimentação se estendeu ao magistério. Conforme as mulheres foram ingressando no magistério, os homens foram se dedicando às profissões liberais e à indústria capitalista, o magistério tornou-se cada vez mais precarizado e os discursos naturalizadores foram utilizados para argumentar que a atividade de ensino era inerentemente feminina, transformando as professoras em uma extensão da família, na figura de “segundas mães” ou “tias” das crianças. Há que se destacar que as exigências para as mulheres eram (e ainda são) contraditórias: as professoras deveriam ser afetuosas, mas com o cuidado em não ser “sensível com exagero” para então impor respeito na sala de aula. Louro (2004) destaca que na formação normalista a professora deveria “corporificar” a escola, uma vez que o papel desta estava diretamente associado à imagem da professora disciplinada, respeitável, higiênica, “com boa aparência”, afetuosa, demonstrando ter mais conhecimentos que os(as) estudantes, mas não mais que os homens.

É importante ressaltar que o acesso das mulheres ao conhecimento científico, ao poder político, e econômico foi transcorrendo historicamente com muitas dificuldades e moro-

cidade, restringindo-se majoritariamente às mulheres das classes altas e brancas (Lerner, 2019; Arend, 2013; Louro, 2004). Partindo de uma análise com um recorte racial, observa-se que as mulheres negras têm inserção ainda mais restrita nessas esferas de poder. O processo de expansão da educação pública no Brasil, conforme observado anteriormente, está ligado às concepções republicanas e grande parte da elite republicana no Brasil dedicou-se a difundir a ideia de branqueamento da nação (Santos, 2006). As exigências de “boa aparência”, de um “biotipo saudável”, se constituíram em mecanismos de seleção, fundamentadas em concepções racistas – próprias do racismo científico do século XIX – que associam o povo negro à feiura, falta de higiene e de inteligência, dessa forma afastando as mulheres negras do espaço do magistério (Muller, 2003; 2014). Estudos como de Moema Poli Teixeira (2006), sobre a inserção das mulheres negras no magistério, e de Tereza Santos (2006), sobre professores universitários negros, demonstram que o espaço da docência nos estratos superiores é ocupado principalmente por pessoas brancas. Sendo os homens brancos os mais presentes na educação superior e as mulheres negras na educação infantil e na primeira etapa do ensino fundamental. Considerando-se o prestígio social, a valorização e a maior remuneração dos professores do ensino superior brasileiro, em relação aos professores da educação infantil e básica, evidencia mais uma vez qual lugar as mulheres negras ocupam na hierarquia profissional do sistema educacional brasileiro.

## Perfil das gestoras em educação e a difícil articulação entre trabalho remunerado e trabalho doméstico

Você pode me dizer a primeira coisa que vem a sua cabeça diante da expressão “mulheres em cargos de gestão”?

*“Mulheres desbravadoras, mulheres que são altamente competitivas. Mulheres que fazem três jornadas: de manhã, à tarde e à noite, em casa. Então são mulheres que são fortes e que, acima de tudo, de ser mãe, ser profissional, são mulheres trabalhadoras, mulheres fortes no que exercem, tanto em casa quanto na gestão, quanto no trabalho” (Agotimé, branca, 47 anos, casada, sem filhos, in MORAIS, 2017).*

As reflexões aqui apresentadas são oriundas de pesquisa realizada em 2017, em uma instituição educacional pública brasileira, com trabalhadoras que, de maneira geral, possuem nível superior e muitas qualificações profissionais. Deste modo, estamos falando de mulheres que tiveram acesso, e êxito, diante das oportunidades educacionais, passando por processos de seleção de provas e títulos no ingresso do serviço público e que atingiram o polo mais vantajoso no processo de bipolarização do trabalho feminino. Na instituição pesquisada, as mulheres representam 46% das pessoas que estão na gestão e 39% nos cargos com maior poder de participação nas deliberações, formulação de propostas de políticas e programas institucionais e remuneração (Morais, 2017).

Foram entrevistadas dez mulheres, professoras e técnicas-administrativas, que estão nos mais diversos cargos de direção, planejamento, assessoramento, coordenação e execução de políticas, programas e ações educacionais, no âmbito institucional. Observa-se que as mulheres na gestão são brancas, apenas duas

se autodeclararam como pretas e uma como parda. A maior parte está na faixa etária acima dos 41 anos. A maioria delas é casada. Cinco têm filhos e cinco não. Todas possuem, ao menos, um curso de graduação completo. Nenhuma relatou ter doutorado, conforme quadro a seguir:

**Quadro 1:** Perfil das mulheres entrevistadas:

Nome	Idade	Cor/ Raça	Estado Civil	Escolaridade	Tem filhos/ filhas?
Agotimé	47	Branca	Casada	Especialização	Não
Atalanta	49	Branca	Casada	Mestrado	Sim
Carolina Maria	37	Parda	Solteira	Graduação	Não
Conceição	32	Preta	Solteira	Graduação	Não
Dandara	33	Preta	Casada	Mestrado	Não
Joana	28	Branca	Solteira	Graduação	Não
Maria	45	Branca	Divorciada	Mestrado	Sim
Rosa	51	Branca	Casada	Especialização	Sim
Tereza	42	Branca	Casada	Especialização	Sim
Zacimba Gaba	29	Branca	Casada	Graduação	Sim

Fonte: MORAIS, 2017.

Mas, como se dá a articulação entre trabalho remunerado e trabalho doméstico entre essas mulheres?

Percebe-se que a articulação entre o trabalho remunerado e trabalho doméstico entre as mulheres se constituem numa tarefa difícil. Estudos sobre a divisão das responsabilidades ligadas aos afazeres domésticos e o cuidado com os filhos(as) demonstram a permanência de um modelo tradicional na divisão das tarefas domésticas, de modo que as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo (Abramo e Valenzuela, 2016).

De acordo com dados da IBGE (2019), cerca de 92% das mulheres e 79% dos homens realizaram tarefas domésticas na semana de referência da pesquisa. Os dados também demonstram que 91% das mulheres brancas e 80% dos homens brancos realizam tarefas domésticas. Entre as pessoas pardas 92% das mulheres e 76% dos homens são responsáveis por atividades domésticas, sendo as mulheres pretas aquelas que mais realizam trabalho doméstico, apresentando um índice de 94%. Entre os homens pretos esse percentual é de 81%. Ao se fazer o recorte etário a taxa de realização de tarefas domésticas tendem a aumentar conforme a idade dos respondentes. Um total de 94% das mulheres entre 25 e 49 anos realizaram tarefas domésticas na semana de referência. Entre as mulheres de 14 a 24 anos, a proporção é de 83%. Para os homens a taxa é inferior em todos os grupos etários.

O fato de, em geral, cerca de 80% dos homens realizarem tarefas domésticas não significa que essas possuem a mesma natureza, tão pouco significa que o tempo dedicado a elas é o mesmo tempo das tarefas realizadas pelas mulheres. De maneira geral, os homens realizam o trabalho doméstico como algo que não lhe diz respeito e sob a perspectiva da “ajuda” (Bruschini, 1998). Dentre os afazeres domésticos que eles mais realizam a IBGE (2019) constatou que 58% fazem pequenos reparos no lar. Entre as mulheres e homens ocupados, observa-se que as mulheres brasileiras dedicam cerca de 8 horas, por semana, a mais que os homens com os afazeres domésticos e com o cuidado de pessoas. No Centro-Oeste esta diferença cai para 7,5 semanais a mais que os homens na dedicação ao lar.

**Quadro 2:** Média de horas dedicadas pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, por sexo e situação de ocupação – 2019:

<b>Sexo</b>	<b>Brasil</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>	<b>Centro-Oeste</b>
<b>Homens ocupados</b>	10,4	10,8	10	10,7	10,7	9,3
<b>Mulheres ocupadas</b>	18,5	18,4	19,1	18,8	17,7	16,8
<b>Quantidade de horas a mais dedicada pelas mulheres em relação aos homens.</b>	8,1	7,6	9,1	8,1	7,0	7,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual.<sup>8</sup>

Na pesquisa com as gestoras da educação científica, profissional e tecnológica constatou-se que a ocupação de um cargo na gestão pode alterar significativamente o conteúdo e a dinâmica do trabalho em educação. Vários são os fatores que interferem na decisão – diante do convite ou de processo eleitoral – em ocupar ou não os espaços de deliberação, gerenciamento ou coordenação, próprios dos cargos de gestão. Entre estes fatores estão as atividades a serem desenvolvidas, maiores ganhos remuneratórios, o

8 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas> – com adaptações realizadas pelas autoras. Acesso em: 3 de out. de 2020.

deslocamento de uma cidade para outra, experiência administrativa, vontade de contribuir com a instituição, projetos profissionais e, para as mulheres, além disso, considerar a “conciliação” das atividades de gestão com as tarefas domésticas e familiares.

Quando questionada sobre a decisão em assumir um cargo que lhe imputaria mais horas de trabalho, a entrevistada Rosa, casada e com 51 anos, respondeu:

mas, acho que o principal foi isso mesmo, foi essa dúvida *de ficar o dia inteiro fora de casa*, porque por mais que meus filhos já sejam adultos, *mas, você é a dona de casa, a gente ainda carrega isso*. Então assim: a lista do supermercado, a roupa, a secretária, então, mesmo assim, ainda fica muita coisa! Todos lá em casa, que são quatro pessoas, todos têm atividade fora, mas em geral eu e, coincidentemente, entre aspas, a “minha filha” [é] que acabam ficando com essas outras atividades da casa. Tem meu esposo [que] colabora de pôr roupa no varal, tirar e lavar louça, até aí uma compra no supermercado, se eu fizer a listinha, mas tem que por até a quantidade, daí ele faz assim de muita boa vontade, mas sempre recaindo na mulher (Grifo das autoras. Rosa, Entrevistada, 2017).

Observa-se que, mesmo sendo gestora, trabalhando em tempo integral, com filhos adultos, residindo em uma casa em que todos trabalham fora, a entrevistada se percebe como “dona de casa” e as responsabilidades domésticas recaem sobre as mulheres.

De acordo com o IBGE, ao analisar os dados da PNAD Contínua de 2019, a responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico é uma realidade nacional:

Quando está em coabitação, seja na condição de responsável pelo domicílio ou de cônjuge, a realização de afazeres domésticos dos

homens se reduz sensivelmente em certas atividades, exceto para a realização de pequenos reparos no domicílio (IBGE, 2020).<sup>9</sup>

As entrevistas indicam que as mulheres casadas e/ou com filhos/filhas demonstram maior adesão à autorresponsabilização pelas atividades domésticas. Sobre a divisão do trabalho doméstico a entrevistada Tereza respondeu:

Não, eu não tenho nenhuma pessoa, nenhuma ajudante e meu marido, ele deita no sofá, dorme e come e levanta, faz nada! E meus filhos fazem, às vezes, algumas atividades. Eu coloco para eles o básico daqui de casa, e eles fazem: lavar louça, tirar lixo, organizar os quartos deles, essas coisas básicas eles fazem, o restante sou eu (Tereza, in MORAIS, 2017).

A responsabilização feminina pelas tarefas domésticas, em alguns casos, se dá através da externalização do trabalho doméstico a outras mulheres, muitas delas migrantes, com renda precária ou baixa, possibilitando assim a liberação de outras para ocuparem outros espaços para além da esfera doméstica. Essa externalização do trabalho doméstico a outras mulheres evidencia uma questão problematizada por Hirata e Kergoat (2007), de que ela pode funcionar como um mecanismo de apaziguamento das tensões entre os casais e, ao mesmo tempo, permitir maior flexibilidade e tempo às mulheres em relação a sua saída do espaço doméstico. De maneira geral, nos lares onde há união conjugal, o homem

.....  
9 Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 29 de set. de 2020.

não participa, ou participa de atividades pontuais na divisão das responsabilidades com o cuidado do lar. Esta perspectiva ficou evidente na fala de Lélia Gonzales, 47 anos, casada e sem filhos:

Eu tenho duas vezes na semana uma diarista, duas vezes na semana. Mas, durante [outros dias da] semana eu que faço. Meu marido não me ajuda, ele só bagunça (Lélia Gonzales, in MORAIS, 2017).

Carolina Maria, 37 anos, é noiva, gestante, e o noivo mora com ela nos finais de semana. Ao falar sobre sua rotina, expressou:

então acaba que a mulher fica sobrecarregada, e ter que fazer esse planejamento, [porque] quando chega em casa tem que cuidar de tudo. Aí, a noite é tão longa! Esse pedacinho entre 20h às 23h da noite é tão longo quanto o dia inteiro, pra mulher. Parece que o tempo não passa e que você não consegue dar conta da demanda. No outro dia já tá de novo ali, você não consegue nunca dar baixa nas coisas, sabe? é meio constrangedor. Aí, a frustração da faculdade, [que] eu tive que cancelar [...], agora começaram as aulas práticas e aumentaram os dias da semana que eu tenho que ir [...] tá que é muito bacana, muito interessante, mas como [fazer]? Se eu chego em casa e tenho as coisas pra fazer? Aí fiquei um pouco triste por isso (Carolina Maria, in MORAIS, 2017).

As entrevistas indicam que fatores tais como: os geracionais, estar em uma relação amorosa e a maternidade interferem no *como* a mulher assume uma sobrecarga de trabalho doméstico e se posiciona diante das pessoas que moram na mesma casa. Conforme as mulheres vão se afastando do casamento e da maternidade percebe-se uma maior liberdade em não assumir o papel de principal responsável pelo lar, ou de não se dedicarem tanto as

tarefas domésticas. Estudos realizados por Barbosa (2018) retratam que mulheres casadas tendem a dedicar mais horas semanais as atividades domésticas. De acordo com a autora, a diferença de horas dedicadas aos afazeres domésticos entre solteiras e casadas pode variar entre 12 e 8 horas por semana.

Homens casados dedicam menos horas em afazeres domésticos do que os solteiros, e mulheres casadas dedicam mais horas do que as solteiras. É interessante observar que essa relação é a oposta da encontrada na análise da jornada de trabalho no mercado (BARBOSA, 2018; p. 34).

Barbosa (2018) também constatou que a maternidade aumenta em seis horas o tempo dedicado pelas mulheres aos afazeres domésticos. Enquanto as mulheres com filhos dedicaram aproximadamente 30 horas semanais aos afazeres domésticos, as mulheres sem filhos dedicaram aproximadamente 24 horas aos seus lares. Os homens, independentemente de terem filhos ou não, gastaram cerca de 5 horas semanais com atividades domésticas.<sup>10</sup> Sobre tal questão, observemos as falas de duas gestoras solteiras: Conceição, 32 anos, solteira, que a época da entrevista estava recebendo o namorado e o irmão em sua casa com frequência, estabeleceu limites claros aos homens, rejeitando a responsabilização compulsória pela realização do trabalho doméstico, de modo a evitar o acúmulo de tarefas:

De vez em quando, porque assim: o João tem ficado bastante em casa, tem ficado mais em casa do que na casa dele, e o meu irmão está

.....  
10 Os dados são referentes a 2015.

hospedado em casa, e eles dois são preguiçosos e não me ajudam, aí eu falei “não dou conta de cuidar de vocês dois, já basta os meus gatos e os meus cachorros, ou vocês vão me ajudar, ou vão pagar alguém para me ajudar [...]”, mas, eles têm ajudado, colocam roupa no varal, limpam a casa, fazem tudo. No dia em que amanheço grilada, eles fazem tudo, até comida, entendeu? O mínimo em casa eu só mantenho, porque quando eu chego em casa o João já lavou as louças, aí, noite, meu irmão que lava (Conceição).

Zacimba Gaba tem 29 anos, não possui relacionamento amoroso e mora sozinha. Ao ser questionada sobre como articula o trabalho doméstico com o trabalho remunerado e as demais esferas da vida, foi a entrevistada que menos demonstrou sofrimento sobre essa articulação. Sua angústia estava mais voltada à falta de tempo para leituras e sua dedicação à espiritualidade:

Então, acaba que essas oito horas geram pra mim essa questão mesmo emocional, assim, e intelectual também, porque eu tenho que ler muitos textos, às vezes eu quero estudar quando eu chego em casa ou mesmo ler a bíblia, por exemplo, ou ler outro livro, mas a mente já está tão cansada que você não consegue render (Zacimba Gaba, entrevistada, 2017).

Observa-se também que o hábito de atribuir a realização das tarefas domésticas a outra mulher da família ou mediante pagamento, externalizando o trabalho doméstico, é bastante recorrente entre as mulheres casadas. Dentre as mulheres casadas, apenas Tereza relatou não contar com ajuda de outra mulher, seja a ajuda dada por parente, seja aquela por contratação remunerada. Observa-se que quanto maior a faixa salarial da mulher, maior é a frequência com que externaliza o trabalho doméstico mediante pagamento.

## Considerações finais

A pesquisa demonstrou que as gestoras são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico em suas famílias. As mulheres que passam a ocupar um cargo de gestão, com uma carga maior de responsabilidades no ambiente de trabalho, muitas vezes não conseguem redistribuir as tarefas domésticas de forma mais igualitária com as pessoas que coabitam na mesma residência, em especial com os homens. Quando as responsabilidades domésticas são divididas, elas são delegadas a outras mulheres.

A realidade, relacionada à esfera privada doméstica das mulheres que tiveram acesso ao nível superior, muitas vezes em carreiras hegemonicamente masculinas, que chegaram a estratos superiores na gestão da instituição pesquisada, não se difere muito da realidade de mulheres que não tiveram as mesmas oportunidades educacionais e profissionais. Para elas, a articulação entre trabalho remunerado e tarefas domésticas também se torna motivo da sobrecarga de responsabilidades e da falta de tempo para que possam se dedicar mais a si mesmas ou ter o tempo disponível em condições iguais a dos homens para empregarem em outras atividades. O que é possível perceber é que, em nossa sociedade patriarcal, as *“mulheres para realizar seu trabalho profissional precisam externalizar ‘seu’ trabalho doméstico”* (Hirata e Kergoat, 2007, p. 7) ou se sobrecarregar.

Observa-se que as relações afetivas, sejam elas conjugais ou maternas, diferenciam significativamente a vida das mulheres, ocasionando uma autorresponsabilização e cobranças em relação às tarefas domésticas. Mulheres casadas trabalham mais em casa,

não conseguem estabelecer uma relação de parceria na divisão das tarefas domésticas com os homens que convivem com elas. E essa dificuldade em estabelecer uma divisão das tarefas domésticas é maior conforme a faixa geracional da mulher pesquisada.

Em relação às questões raciais, destaca-se a diferença de proporcionalidade entre brancas e negras na gestão da educação profissional e tecnológica. Em nossa pesquisa, 70% das entrevistadas eram brancas.

As pesquisas sobre o trabalho feminino, ao longo da história da humanidade, demonstram que as fibras manuseadas pelas mulheres na confecção de cestarias, tecidos, objetos para caça e pesca, contribuíram imensamente à manutenção da vida e para que se chegasse ao desenvolvimento social atual (Adovasio, J.; Soffer, O; Page J. 2006; Engels, 2019; Lerner, 2019). “Mulheres de fibra” é uma metáfora que remete à flexibilidade e a resistência, qualidades tão necessárias à vida das mulheres no fio da história.

## Referências

ABRAMO, Laís; VALENZUELA, Maria Elena. Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina: Uma repartição desigual. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. *Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 113-124.

ABREU, Maria Aparecida Azevedo; MEIRELLES, Raquel de Lima. *Mulheres e homens em ocupação de cargos de direção e assessoramento superior (DAS) na carreira de especialista em políticas públicas e gestão governamental (EPPGG)*. Rio de Janeiro, Brasil: IPEA, 2012. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1000/1/TD\\_1797.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1000/1/TD_1797.pdf). Acesso em: 29 de set. 2020.

ADOVÁSIO, J. M.; SOFFER, Olga; PAGE, Jake. *Sexo invisível: o verdadeiro papel da mulher na pré-história*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

AREND, S. F. Trabalho, escola e lazer. In: PEDRO, Joana Maria (autor); PINSKY, Carla Bassanezi, (autor). *Nova História das mulheres no Brasil*. 1. ed., 2013. São Paulo: Editora Contexto.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda. *Tendências nas horas dedicadas ao trabalho e lazer: uma análise da alocação do tempo no Brasil*. IPEA, Rio de Janeiro, set. de 2018. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3430](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3430). Acesso em: 29 de set. 2020.

BRUSCHINI, Cristina. *Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação?* Prepared for delivery at the 1998 meeting of the Latin American Studies Association – ECO 19 – The Palmer House Hilton Hotel Chicago, Illinois. USA September 24 26,

1998. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Bruschini.pdf>. Acesso em: 7 de out. de 2020.

BRUSCHINI, M. C. *Trabalho das mulheres no Brasil: Continuidades e mudanças no período de 1985-1995*. Brasil: FCC/DPE, 1998.

BRUSCHINI, M. C.; LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. In: MARUANI, Margaret; HIRATA Helen (org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. p. 322–361. Brasil, São Paulo: Senac, 2003.

BRUSCHINI, Cristina; PUPPIN, Andrea Brandão. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 34, n. 121, pág. 105-138, abril de 2004. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742004000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000100006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 8 de out. de 2020.

CHAMON, Magda. *Trajetória de Feminização do Magistério: ambiguidades e conflitos*. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2005.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Cristine. “Patriarcado”. In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise; DOARÉ, Héléne Le; SENOTIER, Danièle (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GOUNET, T. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo, Brasil: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A classe operária tem dois sexos. *Estudos Feministas*, v. 2, n. 3, p. 93–100, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewArticle/16291>. Acesso em: 29 de set. de 2020.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. p. 111–123. São Paulo, Brasil: Senac, 2003.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. *Cad. CRH*, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 15–22, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792011000400002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000400002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 8 out. de 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, Dez. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso). Acesso 20 de set. de 2020.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cad. Pesqui.*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, Dez. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso). Acesso 20 de set. 2020.

IBGE. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: *PNAD: microdados*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24266-mulheres-dedicam-mais-horas-aos-afazeres-domesticos-e-cuidado-de-pessoas-mesmo-em-situacoes-ocupacionais-iguais-a-dos-homens>. Acesso em: 29 de set. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres

domésticos ou ao cuidado de pessoas. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 29 de set. 2020.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do Trabalho. In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise; DOARÉ, Héléne Le; SENOTIER, Danièle (org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 86, p. 93–103, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 29 de set. de 2020.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado. História da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. 1. ed. São Paulo Cutrix, 2019. Edição Kindle.

LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres engenheiras no mercado de trabalho brasileiro: qual seu lugar? *Revista Mulher e trabalho*, 2003. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/mulheretrabalho/article/view/2700/3022>. Acesso em: 29 de set. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: contexto, 2004, p. 443-481.

MORAIS, D. F. Perfis, trajetórias e relações de gênero na gestão da educação científica, tecnológica e profissional de Goiás. 2017. 225 f. *Dissertação* (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal de Goiás,

Goiânia, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8262>. Acesso em: 29 de set. 2020

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. Professores negros na Primeira República. 2003. *29ª Reunião Anual da ANPED*. Caxambu/MG, 15 a 18 de outubro de 2006. Trabalho encomendado. GT 21: Afro-brasileiros e Educação. p. 1–14, Disponível em: [http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalhos\\_encomendados/GT21/GT21\\_Lucia\\_Muller.pdf](http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalhos_encomendados/GT21/GT21_Lucia_Muller.pdf). Acesso em: 7 de out. 2020.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues. A produção de sentidos sobre mulheres negras e o branqueamento do magistério no Rio de Janeiro na Primeira República. *Interfaces da Educação*, v. 5, n. 145, p. 68–81, 2014.

OTTE, J. *Trajatória de mulheres na gestão de instituições públicas profissionalizantes: um olhar sobre os Centros Federais de Educação Tecnológica*. Universidade de Brasília. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=136102](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=136102). Acesso em: 29 de set. 2020.

REZZUTTI, Paulo. *Mulheres do Brasil: A história não contada*. São Paulo: Leya, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, T. J. C. dos. Professores universitários negros: uma conquista e um desafio a permanecer na posição conquistada. In: OLIVEIRA, Iolanda de (org.). *Cor e Magistério*. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: UFF, 2006, p. 157-183

TEIXEIRA, Moema de Poli. A presença negra no magistério: aspectos quantitativos. In: OLIVEIRA, Iolanda de (org.). *Cor e magistério*. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: UFF, 2006, p. 13-54.

VELHO, Léa; LEÓN, Elena. A construção Social da Produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, v. 10, n. 10, p. 309–344, 1998.

***E-books:***

ENGELS, Frederic. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 2019. 1ª Edição. I – Estágios Pré-Históricos da Civilização. Cap. I. LeBooks. Edição Kindle.

# Além das máquinas: trabalho, controle e emoções no teleatendimento<sup>1</sup>

.....  
Suellen Mara de Lima Couto<sup>2</sup>  
Tania Ludmila Dias Tosta<sup>3</sup>

## Introdução

As diversas transformações no mundo do trabalho têm impactado sobremaneira a vida e a identidade de trabalhadores(as). Da era

- .....
- 1 Uma primeira versão desse capítulo foi apresentada no 19º Congresso Brasileiro de Sociologia realizado em Florianópolis em julho de 2019, no Grupo de Trabalho “Trabalhadores, Sindicatos e Ações Coletivas”. O texto foi reformulado e atualizado, considerando as contribuições de debatedores e colegas presentes.
  - 2 Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás e Professora da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas da Universidade Federal de Goiás. Email: suellen.mara1@gmail.com
  - 3 Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília e Professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Email: tania\_tosta@ufg.br.

da industrialização à era da tecnologia da informação, da compra de bens necessários à tentativa de inclusão por meio do consumo, tem-se como resultado hoje uma classe de pessoas trabalhadoras que vivenciam dicotomias, seja no mercado de trabalho, seja no seu mundo fora dele, embora o primeiro continue sendo dominante, a ponto de regular todos os outros tempos de vida.

A ocupação de operador(a) de teleatendimento é, indubitavelmente, uma das faces mais emblemáticas da atual classe trabalhadora. Se, por um lado, há o trabalho nos moldes taylorista/fordista, fundamentado na repetição e na intensificação do trabalho, por outro, há o toyotismo, que atua através da captura e uso da subjetividade dos(as) teleatendentes. Soma-se a isso a produção e reprodução dos discursos meritocráticos e do(a) trabalhador(a) empreendedor(a) de si mesmo(a) (Antunes, 2018), responsável pelo seu desempenho, pelo da empresa e pelo seu próprio salário.

Nesse sentido, o setor de teleatendimento estruturado pela mesclagem dos modos de organização do trabalho é um objeto de estudo que possui, em seu bojo, elementos centrais para analisar a atual situação da classe trabalhadora. Além da junção das formas de organização laboral e da responsabilização dos trabalhadores(as) pelo seu salário e lucro da empresa, a alta rotatividade do setor e das equipes, sendo considerado um emprego de “passagem” (Nogueira, 2011), dificulta o estabelecimento de elos entre as pessoas, enfraquecendo a possibilidade de ações coletivas de trabalhadores(as) ou mesmo reivindicações de melhoria das condições de trabalho. Concomitantemente, as empresas de teleatendimento têm absorvido a força de trabalho principalmente de mulheres, cerca de 70%

conforme os dados da Dardo-Rais,<sup>4</sup> (2018), não sendo possível desassociar a análise desse trabalho com a categoria gênero.

Para compreender as características do modo de trabalho desempenhado e exigido pelas pessoas nas empresas de teleatendimento, foi realizada uma pesquisa na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás, com pessoas que já trabalharam ou que ainda trabalham nessa ocupação, verificando também algumas transformações que ocorreram nos últimos anos nesses locais.

Para tanto, além de dados quantitativos extraídos principalmente da base de dados Dardo-Rais (2018), utilizou-se a observação participante que, conforme Castro *et al.* (2017, p. 727), possibilita uma posição de privilégio, ao passo que proporciona uma análise “mais profunda, de episódios, comportamentos e atitudes que, apenas investigados de um ponto de vista exterior poderiam permanecer obscurecidos”.

Por meio dessa técnica, a primeira autora trabalhou em uma empresa de teleatendimento terceirizada durante trinta e cinco dias para vivenciar esse modo de trabalho, além de poder analisar os comportamentos e o perfil das pessoas que são contratadas no local. Foram realizadas também entrevistas semiestruturadas com trabalhadoras e trabalhadores dos setores de teleatendimento, em

.....  
4 A RAIS – Relação Anual de Informações Sociais é uma fonte estatística do trabalho formal disponibilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. É considerada um censo de referência no que se refere às informações de todos os empregados/as que possuem carteira de trabalho assinada. Essas informações são repassadas pelos estabelecimentos e entidades, que estão registrados devidamente com CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e, posteriormente, são homologadas e publicadas. (RAIS, 2016).

Goiânia, o que possibilitou respostas mais abrangentes, além de colaborar “muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos” (Boni e Quaresma, 2005, p. 75).

“Todo dia o mesmo caminho:”<sup>5</sup> a privatização e a comercialização da informação

As empresas de teleatendimento passaram por diversas modificações nos últimos trinta anos, que através da inovação tecnológica, transformou também o perfil das pessoas que trabalham no setor. Com a privatização, que ocorreu no Brasil durante a década de 1990, as empresas começaram a lucrar com a comercialização de informações, trabalhando com serviços de atendimento ao cliente (SAC), venda de telefonia fixa e celular, vendas de cartões de crédito, entre outros serviços. Um trabalho que foi remodelado, considerando que essa ocupação é um “desdobramento” da ocupação de telefonista, exigiu também novas qualificações para a função, havendo uma reestruturação que compreende não só a mudança do público para o privado, mas no modo de trabalho e nas suas relações (Guimarães, 2006; Nogueira, 2011, p. 39).

O crescimento das empresas de teleatendimento no Brasil ocorreu a partir das políticas neoliberais, com a privatização, aliada à desregulamentação de direitos trabalhistas. A tecnologia

.....

5 Utilizamos trechos da música “Todo dia” de Diego de Moraes nos subtítulos do capítulo. Essa música foi composta no período em que ele trabalhou como operador de *telemarketing* em uma das empresas de teleatendimento pesquisadas da cidade de Goiânia.

da informação foi e continua sendo o braço direito das empresas de teleatendimento, ao passo que permite não somente a mensuração e controle da produtividade, como permite a intensificação do trabalho realizado (Antunes, 2018; Nogueira, 2011).

Conforme Sonia Guimarães (2006), a privatização do setor no Brasil foi resultado da queda de investimento, consequência da inflação que minimizou a arrecadação tarifária. Logo, a falta de recursos impossibilitou a melhoria na infraestrutura, gerando desigualdade na distribuição dos serviços que também não eram prestados com qualidade. Ao escolher privatizar a estatal de telecomunicações, Sistema Telebrás, como saída para obtenção de recursos e permissão para atuação de multinacionais, o Brasil recebeu investimentos estrangeiros substanciais que permitiram uma rápida e crescente expansão do setor.

Se, por um lado, houve melhoria na distribuição e serviço ofertado pelas empresas privatizadas, garantindo a expansão das telecomunicações, aumentando a vaga de empregos e a reestruturação das empresas de teleatendimento, por outro, houve uma intensificação da desigualdade salarial dos(as) trabalhadores(as) do setor. Além da modificação no perfil dos(as) teleatendentes, com crescente participação das mulheres, houve também diminuição das pessoas que recebem salários mais altos e aumento das pessoas com salários mais baixos, com maior distanciamento entre os dois e aumento da subcontratação, mudando as relações entre as empresas (Guimarães, 2006).

O número de mulheres empregadas nas empresas de teleatendimento acompanhou o crescimento do setor. Conforme pode ser observado no gráfico a seguir, desde 2003, ano inicial dispo-

nibilizado pela RAIS, a força de trabalho feminina tem representado, aproximadamente, 70% do total das pessoas que atuam na ocupação de operador(a) de *telemarketing*. Apesar da tendência expressiva de crescimento apresentada nos primeiros dez anos, houve uma queda de pessoas contratadas a partir de 2015, cujo período, entre os anos de 2014 e 2015, no Brasil, foi marcado por um aumento no índice de desemprego, chegando a 8,5% em 2015 (IBGE, 2018a).

**Gráfico 1** – Total de operadores/as de *telemarketing* segundo o sexo – Brasil (2003-2017)



Fonte: Elaboração própria, a partir do Dardo-Rais/MTE 2018.

Embora o setor de teleatendimento seja um dos que mais empreguem no Brasil, estando entre os que mais oferecem vagas no Sistema Nacional de Emprego – Sine (MTE, 2018), é também um dos setores com maior rotatividade. Logo, além da flexibilidade de vagas ofertadas, verifica-se uma tendência de vulnerabilidade da força de trabalho, que está sujeita a desligamentos com maior facilidade. De acordo com a tabela 1, além do saldo negativo entre admitidos e desligados nos anos de 2015 a 2017 (houve

mais pessoas demitidas que contratadas), observa-se que foram as mulheres as mais atingidas pela demissão.

Embora seja uma ocupação feminizada, o saldo de mulheres contratadas apresenta-se negativo entre 2015 e 2017, com grande número de desligamentos quando houve queda da receita do setor. Por outro lado, mesmo com menos homens admitidos, o saldo masculino manteve-se positivo. São as mulheres, conforme o IBGE (2018c), que representam o perfil das pessoas desocupadas no Brasil, representando, nesse sentido, o grupo mais afetado pelo desemprego.

**Tabela 1** – Total de pessoas admitidas e demitidas na ocupação de operador/a de *telemarketing* segundo o sexo – Brasil (2004-2018)

Ano	TOTAL DE ADMITIDOS/AS		TOTAL DE DESLIGADOS/AS		SALDO (ADMITIDOS MENOS DESLIGADOS)	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
2004	36633	86156	24696	58999	11937	27157
2005	56767	132610	44887	101055	11880	31555
2006	62184	149170	52000	119460	10184	29710
2007	73241	185966	62042	149058	11199	36908
2008	84809	238466	73351	195561	11458	42905
2009	79423	217845	75773	207540	3650	10305
2010	89837	277164	79707	230933	10130	46231
2011	110406	338011	100792	307424	9614	30587
2012	106156	311298	100167	297220	5989	14078
2013	113164	318230	104176	299177	8988	19053
2014	124180	329721	109103	305507	15077	24214
2015	122161	294570	114355	301105	7806	-6535
2016	100551	216483	94191	226781	6360	-10298
2017	93407	205973	90340	209800	3067	-3827
2018	86442	197985	81219	192964	5223	5021

Fonte: Elaboração própria, a partir do Dardo-CAGED/MTE 2018.

Segundo a Pesquisa Mensal de Serviços do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2019 houve aumento de 1% no volume no setor de serviços após uma perda acumulada de 11% desde 2015 (IBGE, 2020a). O crescimento foi impulsionado pelo setor de informação e comunicação, com alta de 3,3%. No ano de 2020, entretanto, de janeiro a junho, houve nova queda de 8,3% frente ao mesmo período do ano anterior, sendo que o setor de informação e comunicação contribuiu com queda de 2,6% (IBGE, 2020b). Embora o setor de serviços seja um dos que mais empreguem no país, a alta rotatividade, flexibilização e baixos salários faz com que em períodos de baixo crescimento econômico, pessoas sejam descartadas, o que se intensifica com o período de pandemia.

“Todo dia a mesma fé pra acreditar”: o treinamento e a tentativa de docilização dos corpos

Para que os(as) operadores(as) de *telemarketing* possam aumentar a produtividade da empresa, seja vendendo planos, atendendo um alto número de ligações, entre outros serviços disponibilizados pelo setor, as pessoas selecionadas são direcionadas para um treinamento, de aproximadamente quinze dias (a depender da empresa). Através da observação participante foi possível verificar como os modos de organização do trabalho atuam de forma híbrida no cenário pesquisado.

Enquanto no taylorismo as pessoas precisavam aprender os movimentos corretos para produzir sem desperdício de tempo e no fordismo era necessário que as pessoas fossem extensões

das máquinas, tendo que seguir seu ritmo, intenso e desmedido, nas empresas de teleatendimento os(as) operadores(as) de *tele-marketing* são também extensões da própria empresa. Além de terem que se submeter ao controle de um sistema, que irá ditar o momento de comer e descansar, pois numa jornada de seis horas e vinte minutos, há quarenta minutos de descanso, fracionados em duas ou três partes, a depender da empresa, devem também controlar as suas emoções, as suas falas que precisam levar ao cliente não só o *script* correto, mas a entonação e o sorriso na voz, e despertar emoções nos(as) clientes para que eles continuem com o produto ou comprem um novo:

O objetivo da argumentação é despertar emoções para que o cliente efetive a permanência com o produto. Não podemos aceitar a negação de forma passiva. Temos que pensar na emoção que desejamos despertar no cliente. Verificar qual a emoção do cliente na hora da ligação: alegria, tristeza. É necessário manifestar necessidade, influenciar, levando-o a pensar em conformidade com os nossos objetivos. Temos que estar aptos para ouvir “não” em uma tentativa de ligação. Temos que nos colocar no lugar do cliente (Diário de Campo, 15 mar. 2018 – Trecho do Treinamento).

No treinamento presenciado através da observação participante foi transmitido para os(as) trabalhadores(as) que é necessário deixar-se de fora da empresa, pois lá dentro somos mais um corpo dela. Logo, é preciso deixar de lado as próprias emoções, ter *inteligência emocional* e motivar a si mesmo. Nas paredes dos corredores, nas falas de treinadores(as), no banheiro, há sempre frases com o objetivo de informar às pessoas que são elas as responsáveis pelos seus sucessos ou fracassos. Esse discurso motivacional é,

muitas vezes, incorporado pelas pessoas que o utilizam não só dentro da empresa, como também levam para fora dos portões. Porém, há operadores que entendem esse discurso como:

somente para te influenciar a fazer melhor o seu trabalho, né? Não é bem aquela coisa de que está realmente se preocupando com você, ele realmente quer que você cresça na empresa? Não. É mais pra tentar motivar mesmo a fazer melhor o seu serviço, mas em benefício próprio, né? A empresa te motiva, não só pra você ficar motivado, mas sim pra eles terem mais lucro, né? [...] Eu acho que dá pra usar a palavra falsidade (Android,<sup>6</sup> 24 anos, operador de teleatendimento).

Com a pesquisa realizada, foi possível observar que a permanência das pessoas na empresa não é resultado do discurso motivacional, mas tende a ser relacionada com a sua trajetória de vida, com empregos anteriormente mais precários e/ou sem benefícios, com a sua resistência emocional, além do fato de permanecerem no local até conseguirem outro emprego. As pessoas que tiveram experiência como operadores/as de *telemarketing* em empresas terceirizadas e não terceirizadas também informam que, no primeiro caso, há maior rotatividade devido às condições mais precárias de trabalho. A Samantha, 25 anos, ex-operadora de teleatendimento, trabalhou quatro anos em uma empresa de teleatendimento (identificada aqui como “A”) e 3 meses em outro

.....  
6 As pessoas entrevistadas estão identificadas por nomes fictícios retirados de robôs com inteligência artificial retratados em filmes e de programas de inteligência artificial que conseguem interagir, de alguma forma, com as pessoas.

*call center*, terceirizado (identificado como “B”), onde desenvolveu depressão e síndrome do pânico:

Lá na “A” eu acho que eu puxo muito sardinha pra lá, porque eu me sentia muito bem lá. Eu ia trabalhar satisfeita, eu entrei como jovem aprendiz, depois eu fui pra outra área, eu ia trabalhar normal. Agora na “B” eu ia sofrendo mesmo. Eu ia sofrendo, eu ia com dor de cabeça, chegava lá dava vontade de vir embora e até que eu não dei conta e pedi demissão. Na “B” as metas mudavam, ficava um tempo, atingia a meta e depois trocava. Aí trocava pra outra meta, tipo, você conseguiu bater essa aí eu vou aumentar pra você. Ficavam inatingíveis. Eu tive enxaqueca, depressão, síndrome do pânico, eu desenvolvi no trabalho na “B”. O salário da A é bem melhor, as condições de trabalho são melhores, lidar com os gestores também. A empresa “B” peca muito nessa questão de gestores, de condições de trabalho, de harmonia. Eu senti um baque bem forte. O vale alimentação, o valor do salário e as bonificações são melhores e as metas na empresa “A” são bem mais fáceis de alcançar do que na outra empresa e a pressão dos supervisores é menor.

Essas condições de trabalho são vivenciadas principalmente por jovens, devido ao fato de não ser exigido experiência profissional anterior, sendo relatado pelas pessoas entrevistadas que empresas de teleatendimento são uma garantia de entrada para o trabalho no mercado formal. Da equipe observada durante o período de trabalho, no *call center*, foi possível verificar desde pessoas que necessitavam do tempo e da renda para cuidar de crianças (mães jovens), como pessoas que tinham problemas familiares e necessitavam sair de casa, outros que queriam se sentir inseridos através do consumo de produtos de marca, como tênis e celular, mas, principalmente, pessoas que entraram na empresa devido à

jornada reduzida de trabalho, que possibilitava conciliação com os estudos, maternidade ou outro trabalho. A ocupação nas empresas de teletendimento, caracterizada por baixos salários e baixa qualificação, tem sido absorvida por jovens principalmente devido à “financeirização da economia” que

promoveu o fechamento de fábricas e a redução do número de empregos qualificados, empurrando os jovens rumo a ocupações desprotegidas, ao mesmo tempo em que acelerou a ampliação de uma força de trabalho sub-remunerada e insegura (Braga, Bridi e Santana, 2018, p. 56).

Está sendo reconfigurada, deste modo, uma classe trabalhadora com condições vulneráveis de trabalho e que está sendo responsabilizada pelo seu parco rendimento e falta de proteção social. O número de pessoas cadastradas como Microempreendedoras Individuais – MEI, que é de 8.364.734 milhões de pessoas, cresceu aproximadamente 121% de 18 de maio de 2018 a 19 de maio de 2019, aumentando a quantidade de empreendedores-de-si-mesmos (Portal do empreendedor-MEI, 2019). Na empresa de *telemarketing* em que foi possível realizar a observação participante, o discurso meritocrático e empreendedor, para que as pessoas façam seus próprios salários e se responsabilizem pelo sucesso ou fracasso de suas metas tem apontado para a tentativa, no contexto brasileiro, de forjar uma nova consciência nos(as) trabalhadores(as) para que seja retirada das empresas e do governo a responsabilização pela estabilidade e segurança no trabalho (Antunes, 2018).

Em contrapartida, foi possível observar que esses mesmos discursos, muitas vezes travestidos de cunhos motivacionais,

serviram de apoio para que as pessoas pudessem permanecer no trabalho, apesar do próprio trabalho. Devido à falta de oportunidade de emprego de carteira assinada, as pessoas se agarravam “todo dia” na “mesma fé pra acreditar” que alcançariam as metas ou que conseguiriam outro emprego. Mas no primeiro momento, no treinamento, são cultivados sonhos e expectativas:

Tinha arrumado um emprego, pra mim era a melhor coisa do mundo, primeiro emprego de carteira assinada que eu ia ter e eu pensava, nossa, R\$ 900,00, eu com R\$ 900,00, fazia muita coisa com R\$ 900,00. Nossa, R\$ 900,00, vou comprar uma moto, vou..., meus planos era comprar uma moto, nossa eu tava muito feliz com o emprego, na verdade (Alice, 20 anos, ex-operadora de teleatendimento).

Contudo, os discursos não conseguem modificar, de forma efetiva, como os(as) trabalhadores(as) enxergam o trabalho. As ações cotidianas, repetidas, performadas, a dificuldade em alcançar as metas que são sempre modificadas, as pequenas pausas para descanso para retomar as atividades, marcam o corpo dos(as) operadores(as) de *telemarketing*, cujas consequências podem permanecer a longo prazo, construindo obstáculos para que estes/as consigam se manter no mundo do trabalho.

“Todo dia você foge de você”: como é trabalhar no *call center*?

A privatização, a flexibilização e a intensificação laboral trouxeram como consequência a precarização do trabalho dos(as) teleatendentes. Além de ter que realizar um serviço robotizado, desempenhar o trabalho emocional, tentar se adequar às pequenas pausas para comida/banheiro e ao diminuto espaço nos pontos

de atendimento (PAs), é preciso ser também flexível: uma pessoa “que toma conta de sua carreira, obtém qualificações, mostra-se polivalente e acumula mais tarefas a desempenhar” (Dal Rosso, 2017, p. 41).

Duras metas, modificadas com frequência praticamente semanal, como observado no campo de pesquisa, são impostas aos/às trabalhadores(as) que tentam alcançá-las para melhorar o parco rendimento. Essas características do trabalho, somadas à frequente prática de assédio e violência psicológica e emocional nessas empresas, devido às altas cobranças, pode “gerar adoecimentos, depressões e suicídios” (Antunes, 2018, p. 35).

Braga e Santana (2015, p. 536), ao trazerem a discussão do precariado, de Guy Standing (2013), defendem que há não o surgimento de uma nova classe, mas “um retrocesso, em termos civilizatórios, potencializado pelo longo período de acumulação desacelerada que se arrasta desde, ao menos, meados dos anos 1970”, que traz consequências desastrosas aos trabalhadores(as), seja no trabalho, seja na sua vida fora dele.

Essas consequências são vivenciadas pelos “infoproletários” (Antunes e Braga, 2009), que, embora no contexto da Era da Informação (Braga, 2009), não deixam de vivenciar as características dos(as) proletários(as) das anteriores formas de trabalho. As pessoas entrevistadas relataram diversas doenças psicológicas e físicas devido ao trabalho realizado. O *infotaylorismo* aliado ao discurso meritocrático e do empreendedorismo permite o aumento da produtividade a partir do esgotamento de um(a) profissional considerado(a) autômato(a) (Braga, 2009), tendo como consequência o desgaste físico, emocional, causando problemas

como: LER (Lesão por Esforço Repetitivo), depressão, crises de ansiedade, infecções de urina, síndrome do pânico, medo de atender o telefone, como pode ser observado no relato de Samantha:

Enxaqueca, depressão, a síndrome do pânico, eu desenvolvi foi no trabalho. [...] Fortes dores de cabeça, vontade de sair de lá correndo, palpitações na hora que eu chegava lá dentro, eu ficava “meu Deus, eu tenho que atender, eu tenho que logar, o cliente vai me xingar e eu não vou saber o que eu vou fazer”. Aí eu falei, não, não tá normal isso. Dormir, dormir, eu durmo bastante. Eu não consigo é descansar. Minha cabeça não para. Esse é o ponto, assim. Mesmo quando eu tô dormindo, não para, aí eu tô sonhando, aí quando eu tava trabalhando lá na empresa “A” eu ficava atendendo ligação a noite todinha. Aí eu acordava mais cansada (Samantha, 25 anos, ex-operadora de teleatendimento).

O trabalho produz consequências que irão se manifestar como doenças que poderão acompanhar as pessoas ao longo de suas trajetórias. Fugir “todo dia de você” devido ao trabalho, faz com que as pessoas se estranhem e não se reconheçam na função que desempenham. O espaço da empresa se estende para o corpo das pessoas trabalhadoras, que são a própria voz da organização, os próprios sentimentos da empresa incorporados que, ao tomar o espaço de seus corpos, as acompanha e as possui.

Dal Rosso (2008), em *Mais trabalho!*, afirma que a intensidade laboral que funde os aspectos emocionais e intelectuais faz com que os tempos de trabalho invadam os tempos de não-trabalho. Nesse sentido, com a intensidade, o tempo de trabalho redesenha os tempos de não trabalho, construindo, desta forma, trabalhadores(as) que, assim como no binômio fordismo/taylorismo, precisam

acompanhar a velocidade da máquina (computadores), aumentar a cadência da produção (sendo ágeis nas ligações) e, aliado ao toyotismo, utilizam também seu conhecimento informacional, habilidades de comunicação, supressão de emoções e controle fisiológico. Sonny, que trabalhou numa empresa de *telemarketing* terceirizada por quatro meses, relata as consequências da ocupação:

quando eu entrei na empresa eu era uma pessoa normal, agora eu tenho que tá fazendo tratamento psiquiátrico, porque fica perturbado trabalhar lá, não é fácil não. Quando eu chegava em casa é, num sei explicar, era bem perturbador. Às vezes minha mãe vem brincar comigo ou então falar, “ai, vai fazer tal coisa”, ela fazia tal coisa, falava pra mim fazer alguma coisa assim, eu já me sentia ofendido, já me sentia triste porque pensava que ela tava me tratando com agressividade, na verdade não era assim. Você fica perturbado, às vezes eu tava conversando com a minha mãe normal, ou então com a minha namorada e ela tava perguntando alguma coisa normal pra você, cê falava, “não, só um momento senhora, não é isso que acontece, só um momento que eu vou te atender”, ou então você já abordava a pessoa com uma fraseologia que é utilizada dentro da empresa, então você vai ficando perturbado. Você falava com as pessoas que cê tava mal e tal, e falava, “não posso fazer nada, é seu trabalho, as pessoas aqui se acostumam que é desse jeito pra pior”. (Sonny, 21 anos, ex-operador de teletendimento)

Apesar da grande quantidade de pessoas contratadas no setor, as pessoas estão sendo orientadas no treinamento (e são monitoradas para verificar se estão seguindo as instruções) a pedir para que os(as) clientes acionem teclas específicas para resolverem seus “problemas”, ou utilizarem o *site* ou aplicativos da empresa, para não ser necessário falar com atendentes. A humanização da fala da

gravação denominada Unidade de Resposta Audível (URA), que direciona clientes ao serviço desejado quando se realiza ligações, e as suas novas funções, têm permitido um contato mais próximo com os(as) clientes, admitindo várias possibilidades de serviço sem a necessidade de um(a) operador(a) de teleatendimento.

Logo, tem-se de um lado, a robotização dos(as) teleatendentes e, de outro, a humanização dos robôs, devido à tecnologia da informação. Serão os robôs desligados? Para Sonny, ex-operador de teleatendimento, “*you disconnect a machine, not a human*”. Embora seja uma análise a longo prazo, é importante dizer que no atual contexto, a força de trabalho nas empresas de teleatendimento tem sido “desligada” e substituída, diminuindo o tempo de vida dessas pessoas através do desgaste e das doenças relacionadas a esse trabalho. Cabe, nesse sentido, questionar: como o sindicato tem atuado, então, para melhorar as condições de trabalho dessas pessoas? Os operadores(as) de *telemarketing* têm feito reivindicações?

“Todo dia, até quando eu vou suportar esse todo dia?": O sindicato e a reforma trabalhista

Ao longo dos anos, as empresas de teleatendimento da cidade de Goiânia, sendo terceirizadas ou não, passaram por algumas modificações. Uma delas se refere às diferenças das pausas e das jornadas de trabalho devido a acordos com trabalhadores(as). Foi possível verificar também conflitos sindicais em 2018 devido ao fato de empresas não aceitarem pagar a participação nos lucros (PLR) e ameaçarem se retirar da cidade e migrarem para outros

locais devido à pressão sindical. Os(as) teleatendentes, no entanto, conforme entrevistas realizadas, não veem participação atuante do sindicato e não demonstram interesse em participar ativamente, já que não enxergam possibilidade de mudança na empresa e possuem pretensão de mudar de emprego.

Apesar da ação sindical que Braga e Santana (2015) descreveram nos movimentos em São Paulo, e da busca por apoio sindical de operadores(as) de *telemarketing*, no campo de pesquisa em Goiânia o que pode ser verificado é que jovens trabalhadores(as) tendem a não reconhecer a atuação sindical. Na apresentação do sindicato, realizado no segundo dia do treinamento quando foi realizada a observação participante, um dos diretores sindicais que também é diretor de um setor da empresa de teleatendimento, informou os benefícios que todos(as) tinham direito, que poderiam falar com eles (representantes sindicais) a qualquer momento, já que um representante fica sempre na sala de Recursos Humanos da própria empresa.

No entanto, o tempo maior de conversa se destinou a apresentar convênios para viagens, hotéis e clubes, com o intuito, talvez, de despertar maior atenção das pessoas jovens para o sindicato. Além disso, no momento em que são assinadas as rescisões de contrato também não há a presença do sindicato para intermediar ou presenciar os desligamentos. De acordo com Siri,

Os sindicatos, nas duas empresas que eu trabalhei (terceirizada e não terceirizada) apareciam quando tinha o acordo (salarial anual) ou então quando era eleição. As pessoas, eu acho que nunca procuram os sindicatos, eu mesma nunca procurei. Porque assim, é tanto tempo que tá aquela mesmice, que a pessoa já tá descrente né? Tanto tempo

que são as mesmas regras, as mesmas imposições, que os funcionários estão desgastados e tá aceitando, “tá tudo bem já, já acostumei e tô satisfeito assim”, satisfeito entre aspas, né, porque ninguém tá satisfeito com aquelas condições lá. Pode ser também medo de demissão, represália (Siri, 25 anos, ex-operadora de teleatendimento).

Para Marvin, ex-dirigente sindical,

Depois que a UGT assumiu o sindicato em 2014, esse pessoal abandonou a categoria, se aliou às empresas, o Sinttel Goiás hoje é um aliado das empresas e não dos trabalhadores. O trabalhador que costuma dar trabalho para o sindicato, eles mandam a empresa demitir, por isso que os trabalhadores ficam com receio de conversar com alguém que vai querer entrevistá-los, entendeu? Porque ele sabe que hoje cem por cento da diretoria do Sinttel Goiás, que são UGT, são ligadas às empresas, inclusive a vice-presidente do Sinttel hoje é gerente da empresa “B”. Quem comanda o Sinttel Goiás são as empresas. E quando tem assembleia hoje não é como antigamente, que os trabalhadores iam lá, voluntariamente, levantava a mão pra aprovar ou desaprovar alguma coisa. O trabalhador não era perseguido e sim, era protegido. Hoje o trabalhador que se levantar a mão para o sindicato hoje, ele é perseguido. E o sindicato manda demitir esses trabalhadores, entendeu? Resumindo, hoje o sindicato de Goiás é um bando de pelegos, que estão a serviço das empresas, que aparece só na data base ou na época da campanha eleitoral. Aí eu te pergunto, por que eles estão ganhando as eleições? Porque as empresas estão obrigando os trabalhadores a votarem neles, ameaçam tirar os *call center* daqui (Marvin, ex-dirigente sindical).

Se, por um lado, há a falta de atuação sindical em busca de melhorias de condições de trabalho, por outro, os(as) operadoras(as), ao não presenciarem a ação do sindicato, acabam não solicitando intervenções. Outro aspecto relevante é que a função

de operador(a) de *telemarketing* ainda não é regulamentada, apesar de a ocupação ter iniciado sua expansão a partir de meados da década de 1990, com a privatização. Em 19 de dezembro de 2007 foi apresentado um projeto de lei, PL 2673/2007, que atualmente aguarda a “apreciação do Senado Federal”, que propõe que a quantidade de horas trabalhadas não ultrapasse seis horas diárias e trinta e seis horas semanais, descansos de no mínimo dez minutos a cada cinquenta minutos de trabalho sem prejuízo ao horário de almoço e proibição de horas extras.

O *call center* é um modelo, portanto, de trabalho que tem sido característico no atual cenário brasileiro. A reforma trabalhista aprovada em 2017 é fruto de modificações fomentadas desde a década de 1990. Jose Dari Krein (2018, p. 81) afirma que, desde a privatização, a flexibilização tem ganhado força no território brasileiro, sendo justificada pela necessidade de “enfrentar o problema do desemprego e da informalidade”. Desde então, algumas modificações foram sendo realizadas, como a instauração de contratações atípicas e de jornadas flexíveis, por exemplo (Krein, 2018).

Nos anos 2000 também há crescimento de cadastros de pessoas jurídicas, o que aumenta a tensão entre empregadores para que houvesse alteração nas diretrizes formais de trabalho. Em 2013 a pauta para a (des)regulamentação das regras trabalhistas ganha força e nos anos 2014 e 2015 se expressam numa agenda para diminuição das proteções sociais dos(as) trabalhadores(as). A partir da retirada da presidenta Dilma Rousseff do poder, a flexibilização das relações trabalhistas ganha prioridade, sendo aprovada rapidamente como estratégia para o governo Temer “ganhar apoio empresarial e do mercado” (Krein, 2018, p. 87). As políticas de

desproteção de trabalhadores e trabalhadoras foram continuadas pelo governo de Bolsonaro, que ainda aproveitou o contexto de emergência de saúde pública para facilitar rescisões, suspender contratos sem rendimento e reduzir salários (Praun, 2020).

As empresas de teleatendimento são um modelo do tipo de trabalho intenso e flexibilizado, com *padrões de despadrãoização* da jornada, rompendo a coletividade. Não há nenhuma evidência de que as novas (des)regulamentações trabalhistas causem impacto positivo na geração de emprego e na dignidade dos(as) trabalhadores(as); ao contrário, há um crescimento de remunerações baixas e da instabilidade no trabalho, podendo causar consequências negativas na economia (Krein, 2018), como pode ser verificado com o atual número de pessoas desocupadas que conforme o IBGE (2020c) foi de 12,9 milhões no primeiro trimestre de 2020, número que ainda não reflete as consequências da pandemia do coronavírus. Nesse momento, portanto, a taxa de desocupação estava em 12,2%, sendo que a taxa composta da subutilização da força de trabalho<sup>7</sup> atingiu 24,4%, sem contar que 40% dos(as) ocupados(as) estão na informalidade.

Deste modo, com o contexto atual de aumento da flexibilização e da precarização do trabalho no Brasil, somado ao crescimento de microempreendedores individuais e do trabalho interme-

.....  
7 A taxa é composta pela somatória de pessoas subocupadas por insuficiência de horas, mais as pessoas desocupadas e a força de trabalho potencial. Segundo o IBGE (2020, p. 3), a “Subutilização da Força de trabalho (labour underutilization) é um conceito construído para complementar o monitoramento do mercado de trabalho, além da medida de desocupação (unemployment), que tem como objetivo fornecer a melhor estimativa possível da demanda por trabalho em ocupação (employment)”.

diado por plataformas digitais, a atenção volta-se para a formação de uma nova consciência entre trabalhadores(as), que se adaptam aos discursos e/ou que absorvem o discurso empresarial, em que as pessoas não se enxergam como trabalhadoras, mas como empreendedoras, tendo moldadas suas emoções, comportamentos e falas. O discurso empreendedor que é disseminado, de acordo com Krein (2018, p. 98), constitui-se, portanto, como um forte obstáculo para “a construção de identidade coletiva”.

### Considerações finais

A partir de meados de 1990 no Brasil, observa-se um processo de desregulamentação e flexibilização do trabalho, promovendo uma nova forma de organização laboral. Ao mesclar taylorismo, fordismo e toyotismo a um discurso de empreendedorismo, busca-se construir na classe trabalhadora um sentimento de individualidade, com um enfraquecimento dos laços coletivos, ao mesmo tempo em que os(as) deixa em situação de vulnerabilidade.

A falta de estabilidade no trabalho atinge, sobremaneira, jovens e mulheres negras e de baixa escolaridade, sendo esta última intersecção a mais afetada pelo desemprego no contexto brasileiro, dado que se intensificou com o advento da pandemia em 2020. Faz-se importante dizer que são as pessoas jovens e de ensino médio completo, em busca do primeiro emprego de carteira assinada, o retrato da população trabalhadora nos setores de teleatendimento, cujo tempo de trabalho é, em média, de dois anos (Nogueira, 2011).

As condições laborais enfrentadas pelos(as) operadores(as) de *telemarketing*, relacionadas à intensificação e à precarização

do trabalho, baixos salários e alta rotatividade, além das pressões impostas para que as metas sejam alcançadas, demonstram como a falta de regulamentação pode trazer consequências negativas não apenas no que se refere às condições salariais e contratuais, mas também à saúde das pessoas trabalhadoras.

Embora o cultivo da individualidade e da meritocracia tenha imposto obstáculos à formação de uma consciência de classe, espera-se que a partir do reconhecimento das condições precárias enfrentadas pelos(as) trabalhadores(as) e da constatação de que esse movimento é geral, coletivo, e não individual, uma outra consciência trabalhadora se desenvolva, fortalecida e ciente de seus direitos. Algumas centelhas disso foram observadas com recentes paralisações de trabalhadores e trabalhadoras de teleatendimento em várias cidades do Brasil (inclusive em Goiânia), em protesto contra as condições de trabalho inseguras nas empresas no momento da pandemia do coronavírus. Entregadores(as) por aplicativos também promoveram debates e greves reivindicando melhores condições de trabalho em meio à crise de Covid-19, pois apesar do aumento da demanda pelo serviço, tiveram uma redução de 68% na renda, além de estarem constantemente expostos à contaminação (Remir, 2020). Simone Weil (1996, p. 106) escreveu que a sua condição de operária a “fez perder totalmente o sentido de ter direitos”. Todavia, não é preciso esperar muito. Assiste-se a um crescente número de desocupação e de subcontratação da força de trabalho, com remunerações cada vez menores e condicionadas às metas... Resta questionar: “Todo dia, até quando eu vou suportar esse todo dia?”

## Referências

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo, SP: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRAGA, Ruy. A vingança de Bravermann: o Infotaylorismo como contratempo. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRAGA, Rui; SANTANA, Marco Aurélio. Dinâmicas da ação coletiva no Brasil contemporâneo: encontros e desencontros entre o sindicalismo e a juventude trabalhadora. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 75, p. 529-544, set./dez., 2015.

BRIDI, Maria Aparecida; BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 06, n. 12. jan./abr., 2018.

DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAL ROSSO, Sadi. *O ardil da flexibilidade: os trabalhadores e a teoria do valor*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDO - RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Ministério do Trabalho. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf>. Acesso em: 3 de jan. 2019.

GUIMARÃES, Sonia. As telecomunicações no Brasil após a privatização. In: PICCININI, Valmiria; HOLZMANN, Lorena, KOVÁCS, Ilona; GUIMARÃES, Valeska Nahas (org.). *O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA – IBGE. *PNAD Contínua: taxa de desocupação é de 11,8% no trimestre encerrado em dezembro e a média de 2017 fecha em 12,7%*. Jan. 2018a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/19756-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-8-no-trimestre-encerrado-em-dezembro-e-a-media-de-2017-fecha-em-12-7>. Acesso em: 26 de jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Desemprego volta a crescer no primeiro trimestre de 2018*. 2018b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20995-desemprego-volta-a-crescer-no-primeiro-trimestre-de-2018>. Acesso em: 18 de set. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Somos todos iguais? O que dizem as estatísticas. Retratos*. N. 11, Maio, 2018c. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/17eac9b7a875c68c1b2d1a98c80414c9.pdf). Acesso em: 2 de fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Mensal de Serviços. Setor de serviços cresce 1% em 2019, primeira alta em cinco anos*. 13 de fevereiro 2020a. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26886-setor-de-servicos-cresce-1-em-2019-primeira-alta-em-cinco-anos>. Acesso em: 4 de out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA – IBGE. Volume dos Serviços cresce 5,0% em junho. 13 de agosto 2020b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28588-volume-dos-servicos-cresce-5-0-em-junho>. Acesso em: 4 de out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA – IBGE. Indicadores IBGE: Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. Divulgação especial: medidas de subutilização da força de trabalho no Brasil. 1º trimestre de 2020. 15 maio 2020c. Disponível em: [file:///C:/Users/tanto/Downloads/pnadc\\_202001\\_trimestre\\_novos\\_indicadores.pdf](file:///C:/Users/tanto/Downloads/pnadc_202001_trimestre_novos_indicadores.pdf). Acesso em: 3 de out. 2020.

KREIN, Jose Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: consequências da reforma trabalhista. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 30, n. 1, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v30n1/1809-4554-ts-30-01-0077.pdf>. Acesso em: 22 de fev. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Boletim de Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda. Maio, 2018. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Boletim-Pol%C3%ADticas-P%C3%BAblicas-de-Emprego-Trabalho-e-Renda-maio.pdf>. Acesso em: 24 de mai. 2019.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O trabalho duplicado – a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. São Paulo: Editora Popular, 2011.

PORTAL DO EMPREENDEDOR-MEI. *Estatísticas*. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/estatisticas>. Acesso em: 24 de mai. 2019.

PRAUN, Luci. A Espiral da Destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n. 3, 2020, e00297129.

REMIR/UNICAMP. Queda na renda de 68% dos entregadores por aplicativo motiva greve da categoria. Junho, 2020. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/remir/index.php/sindicalismo/181--queda-na-renda-de-68-dos-entregadores-por-aplicativo-motiva-greve-da-categoria>. Acesso em: 3 de out. 2020.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 103, p. 9-24, maio 2014.

WEIL, Simone. A condição operária e outros estudos sobre a opressão. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1996.

# Confrontos organizados, policciamento e masculinidade no futebol: o caso de Goiânia-GO

.....  
Fernando Segura M.T<sup>1</sup>

John Williams<sup>2</sup>

Vitor Gomes<sup>3</sup>

Flávia Alchuffi M.<sup>4</sup>

Luiz Fernando Lemes R.<sup>5</sup>

Ricardo Junqueira<sup>6</sup>

- .....
- 1 Colaborador do Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE) no México. Professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFG entre 2016 e 2020. Doutor em Sociologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris. Pós-doutorado na FGV Rio de Janeiro. Email: fernando.segura@cide.edu.
  - 2 Professor (*Associated Professor, Deputy Head, School of Media, Communication and Sociology*), Universidade de Leicester, Reino Unido. Doutor em Sociologia pela Universidade de Leicester.
  - 3 Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Email: vitorgomes@outlook.com.
  - 4 Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Email: flaalchuffi@gmail.com.
  - 5 Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Jornalista pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.
  - 6 Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Especialista em Direito Penal pela UFG. Policial Militar no Estado de Goiás.

## Introdução

O hooliganismo no futebol pode ser estudado como um fenômeno global (Dunning, 2000), é claro, pois os pesquisadores podem encontrar características comuns em diferentes países, ao mesmo tempo em que apontam as particularidades de contextos específicos (Spaaij, 2007). O Brasil, juntamente com a Argentina, está entre os países com os maiores índices de mortalidade relacionados ao futebol nas últimas décadas (Segura *et al.*, 2019). Ambos também compartilham outra característica comum: nenhum dado *on-line* oficial está disponível a partir de qualquer fonte estatal. Como na Argentina, onde se encontram alguns trabalhos acadêmicos, uma organização não governamental e a imprensa, para informar o público sobre episódios violentos e mortes (Segura, Murzi, Nassar, 2019), a situação não é muito diferente no Brasil. Esta pesquisa trata de apenas uma cidade, Goiânia, capital do estado de Goiás, onde três clubes profissionais têm predomínio na paixão dos torcedores: Atlético Clube Goianiense (ACG), Vila Nova (VN) e Goiás Esporte Clube (GEC).

Embora o foco inicial para nosso trabalho de campo tenha sido principalmente as interações entre as torcidas organizadas dos três clubes citados e a polícia militar em Goiânia, nossas observações revelaram várias formas de violência simbólica e agressão nos estádios. Portanto, nossa contribuição teórica e, acima de tudo, empírica, busca introduzir outros elementos e atores para além dos torcedores e do policiamento na construção do problema da “violência” relacionada ao futebol. Sem intenção de generalizar a partir de um único estudo de caso, gostaríamos de chamar a atenção

sobre atitudes de grupos estabelecidos que condenam as agressões físicas, mas negam outras formas de violência. Durante o processo de pesquisa, fomos levados a interações com clubes profissionais e jornalistas, entre outros atores que compõem, coletivamente, esse “mundo social”. Percebemos, no final das contas, que havia uma evidente falta de interesse em projetos sustentáveis para fomentar um ambiente diferente de futebol. Pode-se dizer, então, nos termos de Elias e Scotson (1965), que os grupos estabelecidos neste campo não mostraram interesse real em mudar as coisas, permitindo apenas espaços marginais para *outsiders*, como mulheres e grupos LGBTQI+. Assim, além da elevada taxa de mortes de torcedores na área urbana de Goiânia, também é importante alertar sobre o ambiente geral de hiper-masculinidade em torno do futebol brasileiro e goiano em particular. Isso sustenta, por exemplo, extensos cantos e expressões homofóbicas consideradas “normais”, até mesmo celebradas pelo jornalismo local (Lemes, 2019) e ignoradas pelas autoridades públicas e do futebol.

Perspectivas globais da violência e hooliganismo:  
características específicas do Brasil

Essa pesquisa começou com a preocupação de melhorar nossa compreensão e análise da violência entre torcedores de futebol e a polícia de Goiânia, mas selecionamos esse foco a partir de um quadro mais amplo de estudos sobre o hooliganismo. Não pretendemos apresentar aqui um relato exaustivo do ‘estado da arte’ no mundo. No entanto, precisamos colocar o problema em seus quadros comuns e divergentes, a fim de introduzir elementos observados ao realizar nossa própria etnografia.

Formulações muito diferentes foram apresentadas para investigar o problema no Reino Unido há mais de 40 anos: em primeiro lugar, como uma reação da classe trabalhadora deslocada, produto das transformações neoliberais (Taylor, 1971); posteriormente, como expressões de performances ritualizadas sustentadas por formas simbólicas de agressão (Marsh, 1978). Outros autores britânicos logo explicaram o problema como uma busca por excitação e liberação emocional como parte da masculinidade da classe trabalhadora, com o fenômeno piorando durante a década de 1960 (Dunning, Murphy, Williams, 1988). Esse tipo de ambiente nas décadas de 1970 e 1980 começou a produzir altos níveis de concorrência e crescente organização entre grupos masculinos de torcedores, chamados de *firms*. Outros pesquisadores alegaram que esse sentimento de pertencer a um grupo de homens leais era menos sobre lutas e violência e mais sobre desfrutar de diferentes momentos de vida social coletiva sob adrenalina (Armstrong, Harry, 1991). A proliferação de uma reconhecida “cultura” do hooliganismo encontrou expressão na construção de atitudes e estilos específicos (Redhead, 1991). Todo esse ambiente de masculinidade agressiva envolvia confrontos frequentes entre grupos *hooligans* e a polícia (Ward, Williams, 2010).

No entanto, no final da década de 1980, o hooliganismo não era apenas um fenômeno britânico, mas já uma preocupação mundial. Estudos internacionais apareceram (Giulianotti, Bonney, Hepworth, 2013; Tsoukala, 2009). Alguns acadêmicos começaram a enfatizar a forma como a ação policial era também um fator decisivo para aumentar ou descer as tensões em torno dos estádios de futebol (Stott *et al.*, 2008). O policiamento brutal, a cobertura

sensacionalista da mídia e a violência no campo também podem impactar no comportamento dos torcedores (Braun, Vliegenthart, 2008). Nesse sentido, alguns países europeus têm escolhido cada vez mais um policiamento mais discreto, conhecido como *low-profile* (Laursen, 2019). Além disso, os *fanprojekts* foram financiados, por exemplo, na Alemanha (Winands, Grau, 2016), com uma variedade de projetos sociais para permitir o ambiente desejado nas arquibancadas pelos torcedores, através de negociações com autoridades e a polícia, sustentados pelo apoio de mediadores; modelo que tem sido replicado em outros países europeus. Esses modelos começaram a ser discutidos, recentemente, em partes da América do Sul (Salvemos al Fútbol, 2019). Assim, gostaríamos de sinalizar que diferentes formas de hooliganismo e violência, relacionadas ao futebol, não têm sido exclusivamente um fenômeno britânico ou mesmo europeu. Longe disso: podemos traçar alguns paralelos comuns e divergentes na América Latina, especialmente no Brasil e na Argentina.

O trabalho do sociólogo Amílcar Romero, junto o antropólogo Eduardo Archetti, tem sido pioneiro no estudo do problema na Argentina. Sua análise inicial destacou o impacto da brutal repressão policial, as agressões entre os torcedores organizados, a complexidade das relações com fontes de poder institucionais e uma tipologia das mortes relacionadas aos fãs desde a década de 1950 (Archetti, Romero, 1994). No Brasil, por sua vez, os estudos iniciais sobre futebol se concentraram nas idealizações do jogo propostos pela primeira vez na década de 1940, pelo intelectual Gilberto Freyre e pelo jornalista Mario Filho. Esse tipo de narrativa insistia também na construção de um imaginário coletivo

inter-racial positivo para a sociedade. A violência dos torcedores parecia não ser um problema.

A junção entre práticas e estilos de apoio ao clube e a disposição para confrontos físicos, comuns no futebol argentino (Rodriguez, Soto, Zuñiga, 2019), foi incorporada às tradições brasileiras recentes (Segura; Murzi; Nassar, 2019), onde a história das torcidas organizadas possui raízes muito diversas, relacionadas ao samba dos anos 1940 no Rio de Janeiro, aos grupos ativistas dos anos 1970, instituindo protestos contra o aumento dos preços dos ingressos, e a má gestão dos dirigentes dos clubes (Florenzano, 2014). A partir da década de 1990, no entanto, uma certa radicalização começou a acontecer gradualmente nas arquibancadas brasileiras (Newson, 2019). À medida que as torcidas organizadas cresciam em número, atraindo principalmente adolescentes do sexo masculino e jovens adultos, as disputas físicas foram construindo significados de identidade e pertencimento (Toledo, 2010). Cantos, agora, cada vez mais, juravam morte aos inimigos, acompanhados por gestos ameaçadores (Monteiro, 2003). A imagem pública das torcidas tem sido, portanto, cada vez mais associada à violência e pânico na mídia (Lopes, 2016).

Esta pesquisa tem como objetivo sinalizar especificidades de agressões e abusos identificados na cidade de Goiânia. Entre as 304 mortes no futebol ocorridas no Brasil entre 1988 e 2016 (Murad, 2017), o estado de São Paulo apresenta 50; com 43 no Rio Grande do Norte; 32 no Rio de Janeiro e 30 em Goiás. Assim, o estado de Goiás aparece em alta colocação, dentre os locais mais mortíferos dos 26 estados do Brasil. Além disso, os autores desta pesquisa identificaram pelo menos 11 mortes relacionadas

ao futebol entre agosto de 2017 e setembro de 2019 apenas na região metropolitana de Goiânia. O grave problema das mortes de torcedores indica duas tendências: (1) rivalidades radicais; e (2) o aumento das disputas internas pelo poder dentro do mesmo grupo numa torcida. Mas quais incidentes estavam envolvidos aqui? Devemos focar apenas nas mortes, em vez de ampliar nossa compreensão da atmosfera geral de hiper-masculinidade dentro do mundo do futebol brasileiro, do estado de Goiás e da área urbana em Goiânia em particular? Optamos por expandir nossa análise para além das mortes e considerar a atmosfera geral predominante no estádio e as atitudes dos atores estabelecidos em relação aos confrontos e abusos diversos.

Trabalho de campo com torcedores e policiais,  
interações com clubes e jornalismo

O primeiro incidente observado pelo autor principal, recém-chegado como professor visitante da Universidade Federal de Goiás (UFG), aconteceu no maior estádio da cidade, o Serra Dourada, em abril de 2016: uma confusão envolvendo um grupo de torcedores organizados e a polícia militar, que no mesmo dia se tornou tema da condenação generalizada da mídia voltada aos ‘violentos’ torcedores. Isso apontava motivos para uma investigação sociológica mais profunda. Como resultado, o pesquisador decidiu oferecer um curso sobre cultura futebolística e policiamento para estudantes de pós-graduação da UFG em 2017. O Batalhão de Eventos da Polícia Militar (BEPE) foi contatado por e-mail para convidá-los a participar de uma das sessões. O tenente

responsável pela segurança nos estádios pediu para comparecer como aluno ‘especial’ para adquirir conhecimento e discutir o trabalho de seu corpo policial especializado. Essa parceria abriu portas para o que se mostrou uma colaboração frutífera, tanto na sala de aula quanto no campo de pesquisa.

### Abordagem metodológica inicial

Durante os primeiros quatro meses, observações sistemáticas se concentraram principalmente no comportamento das torcidas organizadas e da polícia. O grupo produziu uma série de relatórios a partir de informações em primeira mão (Hughes, 1971). Também optamos por acompanhar grupos de torcedores e suas experiências: entrar no estádio; atuar durante jogos em diferentes setores de arquibancadas; e rever eventos após as partidas. Ficamos, frequentemente, com grupos fora do estádio enquanto eles se reuniam para celebrar ou apenas confraternizar, comer e beber em torno das barracas de comida.

Para um segundo seminário, mais alunos se juntaram: mais um da polícia, o Thiago Emanuel de Almeida, uma jovem de uma das torcidas organizadas, a Thaissa Netto, o que permitiu interações com seus colegas da arquibancada e o Guilherme Lobo. O grupo, então, decidiu realizar um levantamento focado na percepção da violência no estádio envolvendo tanto torcedores quanto a polícia. A permissão ética foi concedida primeiro pelo programa de pós-graduação em sociologia da UFG, depois pelo Coronel do BEPE. Todas as respostas de torcedores e policiais foram fornecidas anonimamente.

## Coleta e análise de dados

Questionários específicos foram elaborados pelo grupo de pesquisa. Incluímos algumas perguntas básicas sobre idade e sexo, e depois outras mais detalhadas para os torcedores sobre apoio ao clube; fazer parte ou não da torcida organizada; motivos e frequência de idas ao estádio; pontos de vista sobre formas de violência e abusos percebidos; ideias para reduzir confrontos, bem como o papel do público e dos policiais – embora a polícia e os torcedores possuíssem questionários ligeiramente diferentes. Esses temas surgiram a partir da observação de trabalho de campo anterior, conversas informais com torcedores, polícia e nossas próprias discussões em sala de aula. Os seguintes percentuais mostram a distribuição dos indivíduos que participaram das pesquisas: dos 243 torcedores consultados, 95 (39%) afirmaram ser torcedores do VN, 83 (34%) fãs do GEC e 65 (26%) do ACG. Vale ressaltar que 80% do total eram homens. Entre os 33 membros do BEPE que participaram, 26 eram homens e apenas 7 mulheres.

Ao fazer o trabalho de campo e ao aplicar os questionários, o grupo foi cuidadoso na tentativa de evitar o problema da dualidade de papel, particularmente com os fãs de futebol. Nós nos apresentamos com uma mensagem oficial impressa da UFG explicando os propósitos acadêmicos da pesquisa. Apesar disso, alguns indivíduos se recusaram a responder, enquanto outros perguntaram se poderiam trazer amigos para colaborar. Assim, geralmente dividimos a missão de coleta dos dados em dois grupos que cobriam diferentes áreas ao redor e dentro do estádio. Com

os policiais, os questionários foram aplicados três horas antes dos jogos em seu ponto de encontro habitual.

Todo o processo envolveu 70 jogos, mas a pesquisa, naturalmente, produziu uma série de dificuldades. Apesar das metas de 300 questionários aplicados entre torcedores e 33 entre policiais terem sido alcançadas, algumas respostas tiveram que ser descartadas ao processar os dados. Embora a taxa de resposta tenha sido menor do que a inicialmente prevista, acreditamos que ainda é uma amostra representativa de  $N = 234$  de torcedores sobre  $N = 273$  previstos e número de policiais. Além disso, uma dissertação de mestrado em comunicação estava sendo realizada por um dos membros<sup>7</sup> da equipe. Este trabalho, focado na homofobia, ajudou a identificar, além de nossas questões definidas, outras formas de expressões abusivas em cantos de torcedores organizados e abusos verbais mais ‘espontâneos’ de todos os tipos de fãs. Através de 18 entrevistas com jornalistas da TV, rádio e imprensa escrita, como os comentários homofóbicos não só eram considerados ‘naturais’ no estado de Goiás, mas também justificados e reproduzidos em ‘piadas’ internas ao se referir aos colegas (Lemes, 2019).

Todos esses elementos convenceram o grupo de que nossos últimos meses de trabalho de campo deveriam se concentrar não apenas em confrontos físicos, mas também considerar um quadro mais amplo da masculinidade predominante na atmosfera em torno do estádio de futebol e na cobertura da mídia. Nossa hipótese inicial, e talvez bastante ingênua, era que episódios violentos eram o produto de tensão entre os torcedores rivais, por um lado, e

.....  
7 LEMES (2019).

torcedores e policiais, por outro. Nossas interações, durante a última fase da pesquisa, com as autoridades dos clubes, torcedores, policiais e jornalistas nos levaram a modificar nossas hipóteses e propor novos enfoques para futuras investigações.

Resultados: eventos fatais, confrontos de torcedores, policiamento e homofobia

Durante o primeiro semestre do ano, como em todos os estados do Brasil, Goiás tem seu próprio campeonato local, quando os três principais clubes da capital jogam contra os clubes do restante do estado. A cidade de Goiânia tem cinco estádios; o Serra Dourada, o maior deles, foi inaugurado em 1975 com capacidade para 50 mil espectadores. Hoje, devido às suas instalações precárias, banheiros sujos e setores inseguros, apenas cerca de 30.000 espectadores são autorizados a entrar pela polícia. Os outros, usados apenas para jogos com público esperado de até 10 mil torcedores, são o Estádio Olímpico Pedro Ludovico e o estádio de cada um dos três clubes.

Nesse contexto, as torcidas organizadas de VN, AGC e GEC estão em permanente estado de tensão e se envolvem em confrontos físicos frequentemente. A intensidade dos confrontos, especialmente entre as torcidas organizadas do VN e do GEG, levou o Ministério da Justiça local, em 2011, a proibir esses grupos de fãs por vários anos. Em 2013, foi criado um batalhão especializado em ordem pública para eventos na área, o BEPE. Uma das primeiras intervenções desse órgão foi estabelecer negociações com os líderes dos grupos de torcedores organizados para chegar a um acordo e convencer o Ministro da Justiça do retorno de tais

grupos aos estádios. Essa garantia permitiu a volta das torcidas organizadas com suas bandeiras, instrumentos musicais e uniformes. No entanto, cada membro tinha que ser registrado em uma lista e todas essas informações transmitidas ao BEPE.

Por trás de acordos oficiais: confrontos, tensões e crimes

Apesar dos esforços do BEPE para organizar a segurança dos jogos, frequentes confrontos de torcedores em estações de ônibus, ruas e, em mais de uma ocasião, nas arquibancadas, gradualmente levaram a polícia a adotar uma postura de endurecimento. Assim, após a cobertura da TV de uma briga entre as torcidas organizadas do GEC e do VN em julho de 2017 no Serra Dourada, o BEPE insistiu para que os clássicos locais fossem jogados sem a torcida visitante. A polícia pode ser vista nessa situação como um ator estabelecido, com a capacidade de movimentar outros atores do estado, e os torcedores organizados como *outsiders* no que poderia ser lido como um equilíbrio de poder bastante desigual. No entanto, as relações em torno da realização de partidas de futebol são mais complexas do que isso, uma vez que mais agentes podem realmente intervir e influenciar o equilíbrio. De acordo com um de nossos informantes da polícia, a decisão de proibir os torcedores visitantes sempre que os três clubes locais jogam entre si, melhorou a gestão da multidão. No entanto, um resultado notavelmente semelhante ao que aconteceu primeiro na província de Buenos Aires e depois no resto da Argentina (Salvemos al Fútbol, 2019) com a mesma medida desde 2013, parece ter ocorrido também em Goiânia. Episódios violentos começaram a

ser deslocados, muitas vezes ocorrendo longe do estádio. Eles não cessaram e, mais importante ainda, tornaram-se um problema de segurança em alguns bairros distantes durante os dias de clássicos.

É importante ressaltar que Goiás é considerado o 9º estado mais violento do Brasil; em 2018, teve 2.025 dos 48.962 homicídios gerais, cerca de 4% do total nacional (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019). Goiânia, juntamente com suas cidades vizinhas, registrou cerca de 676 homicídios em 2017. Portanto, duas hipóteses são plausíveis e complementares: em primeiro lugar, é provável que as altas taxas de criminalidade, violência grave e armada em geral, possam ter um impacto e permear o mundo do futebol. Em segundo lugar, pode haver formas altamente específicas e intensas de disputas próprias ao campo futebolístico; o que significa que diferentes formas de abusos e violência são inerentes e geradas dentro do ambiente do futebol local.

No período de dois anos em que esta pesquisa estava sendo realizada, o grupo de trabalho descobriu que um torcedor havia viajado até uma rodoviária local 30 minutos antes de uma partida a ser disputada sem torcida visitante, para atirar no principal grupo de torcedores rivais. O indivíduo em questão acabou sendo morto por uma bala disparada pelo grupo atacado. Alguns meses depois desse episódio, um ônibus de torcedores que viajava para o clássico seguinte foi atacado com uma bomba molotov caseira, produzindo vários ferimentos. Poucas semanas depois, os torcedores de um time do Paraná, aliados de uma torcida em Goiânia, foram interceptados por um grupo inimigo com outro coquetel molotov. Como resultado, alguns grupos da torcida visada por esses últimos dois ataques sentiram que sua honra tinha sido

ofendida: eles decidiram contra-atacar. Em novembro de 2018, um adolescente, que ia para o estádio com um grupo de amigos, foi alvo de um ataque surpresa, e agredido até a morte.

Um momento delicado nesta pesquisa ocorreu quando o autor principal deste artigo foi convidado a participar de um churrasco após um torneio de futebol entre diferentes grupos de uma das torcidas. Como Rookwood e Palmer argumentaram (2011), os formatos tradicionais e competitivos do futebol podem não apenas ser inapropriados para promover relações pacíficas, mas podem até exacerbar tensões latentes entre grupos rivais. À medida que essa jornada continuou, tornou-se evidente que a tensão durante o torneio estava ficando cada vez maior, até que um dos organizadores pegou uma arma e disparou uma bala no ar para dispersar o que parecia ser uma briga iminente, tornando visíveis as tensões entre integrantes de uma mesma torcida.

Nós identificamos, entre os torcedores, duas posições diferentes em relação às lutas violentas contra ‘inimigos’, em particular das torcidas rivais: aqueles que pediram ainda mais punições e vinganças; e aqueles que estavam mais abertos a tréguas estratégicas. Obviamente só poderíamos conversar com esse segundo grupo, pois eles desejavam que sua voz fosse abertamente ouvida. Em maio de 2018, durante um clássico (sem a presença de visitantes), uma desvantagem de 1-3 para o time mandante criou um clima tenso na arquibancada. De acordo com a polícia, um torcedor desiludido ateou fogo em uma camiseta do clube, o que provocou raiva entre os torcedores, gerando ação policial. Mais tarde, os torcedores negaram essa versão dos fatos. No momento da confusão, um grupo começou a atirar objetos em policiais,

alguns dos quais reagiram batendo com cassetetes. O Batalhão de Choque (diferente do BEPE, mas em coordenação com o último para os jogos) interveio lançando gás de pimenta, o que gerou cenas de pânico no estádio. A partida foi interrompida e a multidão foi evacuada, mas a repressão continuou do lado de fora. A polícia montada atacou os torcedores que estavam saindo: os pais corriam com os filhos chorando. Nesses tipos de eventos, cada lado tende a culpar o outro à medida que as cenas pioram e, sem dúvida, geraram reflexões e análises para nossa pesquisa.

#### Percepções entre torcedores e polícia: entre a vontade de reconhecimento e acusações

No que diz respeito às percepções de violência no clima do futebol em Goiânia, 44% dos torcedores consultados consideraram que a agressão física havia crescido nos últimos anos. Cerca de 29% discordaram e disseram que a violência havia diminuído. Entre os 33 policiais consultados, seis argumentaram que a violência aumentou, enquanto 21 acreditavam que ela diminuiu, principalmente graças aos seus esforços. Dois fatos podem intervir aqui: alguns dos policiais pesquisados eram funcionários relativamente novos, com apenas alguns jogos de serviço quando consultados; outros, que declararam que “nunca” viram ou ouviram falar de qualquer violência física, podem simplesmente não querer comprometer-se com suas respostas, apesar das garantias sobre o anonimato.

Incluímos nas tabelas só aquelas respostas de concordância ou discordância completa com as questões-chave, embora em alguns casos os entrevistados concordassem parcialmente, ou simples-

mente não comentassem sobre o tema. Isso explica as discrepâncias entre os números percentuais nas tabelas abaixo, nas quais podemos ver que mais torcedores do que a polícia afirma, em geral, ter visto atos de agressão no futebol – incluindo três quartos que viram brigas em partidas (Tabelas 1 e 2). Além disso, note-se que a grande maioria dos torcedores consultados discorda que as partidas devam ser jogadas sem torcedores visitantes e se opõem à proibição das torcidas organizadas (Tabelas 3 e 4). As opiniões da polícia são um pouco mais divididas.

**Tabela 1:** Percepções dos torcedores sobre agressão e delinquência (N = 243)

Atos nos estádios	Vi atos de vandalismo	Vi indivíduos brigando	Vi indivíduos vendendo drogas	Vi indivíduos roubando
Sim	69%	75%	21%	23%
Nunca vi, nunca ouvi	10%	5%	57%	55%

**Tabela 2:** Percepções da polícia (BEPE) sobre agressão e delinquência (N = 33)

Atos nos estádios	Vi atos de vandalismo	Vi indivíduos brigando	Vi indivíduos vendendo drogas	Vi indivíduos roubando
Sim	54%	54%	39%	33%
Nunca vi, nunca ouvi	6%	3%	12%	30%

**Tabela 3:** Percepção dos torcedores sobre questões de segurança

	Aumentar a presença da polícia	Proibir torcedores organizados	Sem torcida visitante	Mais <i>stewards</i> nos jogos	Mediadores de conflitos nas torcidas	Mais diálogo com a polícia
Concordo	66%	23%	14%	60%	68%	78%
Discordo	16%	63%	79%	30%	18%	12%

**Tabela 4:** Percepção dos oficiais do BEPE sobre questões de segurança

	Aumentar a presença da polícia	Proibir torcedores organizados	Sem torcida visitante	Mais <i>stewards</i> nos jogos	Mediadores de conflitos nas torcidas	Mais diálogo com os torcedores
Concordo	60%	49%	36%	84%	63%	51%
Discordo	2%	18%	33%	3%	6%	3%

Pode ser observado na Tabela 3 que os oficiais do BEPE concordam esmagadoramente com a ideia de mais *stewards*<sup>8</sup> para apoiar e aliviar seu trabalho. A polícia também concorda – em número significativo – com a ideia de mais presença policial e mais diálogo com os torcedores, uma visão espelhada pela nossa amostra de fãs. No entanto, quase metade dos entrevistados da polícia (49%) concordam com a proibição de torcidas organizadas – menos de um em cada quatro torcedores (23%) pensa o mesmo. Quando os torcedores discutem violência e abuso por parte das figuras de autoridade no futebol (ou seja, da polícia), 98 pessoas (40%) alegaram ter sido vítimas de mau comportamento policial, pelo menos uma vez. Talvez seja útil neste momento citar as palavras de um dos líderes de uma torcida organizada a esse respeito:

“O BEPE fez um trabalho importante para nos permitir voltar [ao estádio]. Se não fosse por eles, haveria ainda mais violência física e confrontos. No entanto, dois fatores evitam a paz. A maioria de nós – por isso quero dizer membros das torcidas organizadas – simplesmente gostamos de brigar e isso complica as coisas. Assim, apesar de respeitarmos o batalhão, eles nos tratam como um pai autoritário. Eles dizem o que podemos, e não podemos, fazer. Eles não nos permitem ter um diálogo mais igualitário”.

É preciso especificar, no entanto, que o BEPE não é o único órgão policial ativo nos estádios brasileiros; o Batalhão de Choque (fora e dentro), a Polícia Civil (dentro e fora) e a Polícia Montada

.....  
8 “Assistentes de torcedores” trabalham na área interna dos estádios, contribuindo com a segurança e organização do público presente. A utilização de *stewards* é muito comum na Europa e se tornou frequente no Brasil com a construção e reformas dos estádios para a Copa do Mundo FIFA 2014.

(fora) também intervêm. No entanto, dos 33 membros do BEPE pesquisados, apenas quatro afirmaram ter visto algum abuso por figuras de autoridade. Isso pode sugerir uma lealdade ao coletivo, ou então uma visão de que, no contexto do futebol, quase qualquer ato da polícia em relação aos torcedores pode ser interpretado como legítimo. Agora, se mergulharmos na percepção de outras formas de violência e discriminação (racial ou sexual), as respostas de 243 apoiadores mostram que 140 (56%) disseram que nunca viram ou ouviram qualquer forma de discriminação sexual no futebol, embora um número significativo de cantos observados e canções preconceituosas destinadas a adversários rotineiramente chamem jogadores rivais e fãs de “homossexuais”. Nosso trabalho de campo confirmou que cerca de 60% dos cânticos nos estádios contêm palavras homofóbicas contra os oponentes. Para a polícia, dos 33 membros consultados, 15 (45%) declararam que nunca viram, nem ouviram, qualquer forma de discriminação sexual ou canto homofóbico. Além disso, esse tipo de abuso não é monopólio das torcidas organizadas. Em cada jogo que assistimos, torcedores comuns (isto é, aqueles que não pertencem a torcidas organizadas) de todas as idades, incluindo homens e mulheres, insultava jogadores (rivais e dos próprios clubes) e árbitros com xingamentos homofóbicos; mas e sobre clubes, jornalistas e outros atores em relação a esses incidentes?

Autoridades e jornalismo: discursos públicos  
em torno da violência (dos torcedores)

Se olharmos para o papel da mídia tradicional no Brasil, ela pode ser interpretada como um dos atores mais profundamente estabelecidos em termos de investimento, organização e representação do futebol. O grupo que detém os direitos de transmissão de jogos há décadas no Brasil, a ponto de fornecer mais recursos financeiros aos clubes do que a venda de ingressos, constantemente têm agendado partidas de acordo com seus interesses comerciais. No que diz respeito a esta pesquisa em Goiânia, organizamos um seminário em maio de 2019 sobre como promover a paz nos estádios através da construção e intervenção de programas sociais e iniciativas de futebol misto (em termos de gênero) administrados por clubes. Convidados pelo BEPE, um representante de cada um dos três clubes de elite e um da Federação Goiana de Futebol estiveram presentes, além de dois funcionários do Ministério Público local e cerca de 60 torcedores que responderam aos questionários. Além da apresentação, nos oferecemos para auxiliar na implementação desses projetos, adaptados às circunstâncias locais. Uma doação de sangue entre torcedores organizados rivais também foi sugerida pela polícia. De todas as nossas proposições, nada foi discutido, nem uma ideia ou ação social foi abraçada por qualquer um desses agentes presentes. Pior ainda, nenhum repórter de nenhum meio de comunicação compareceu ao seminário. No entanto, desde meados de 2016, um dos periódicos escritos mais importantes do estado chamou o autor principal deste artigo em pelo menos seis ocasiões em que a violência física relacionada aos torcedores organizados foi foco de ampla cobertura na TV.

Vale ressaltar que um seminário organizado por, e para mulheres, de uma das torcidas foi realizado em janeiro de 2018, na Câmara dos Deputados. Mais de 200 mulheres estavam presentes e várias líderes falaram sobre suas experiências.<sup>9</sup> A proposta do seminário parecia oferecer possibilidades para passos interessantes em direção a um ambiente de futebol mais pacífico. No entanto, nenhuma mulher dos outros dois clubes foi convidada e nenhuma replicação ocorreu. Nossos informantes tinham opiniões divergentes sobre a ideia de um movimento separado para mulheres. Enquanto alguns acreditavam que o movimento de mulheres poderia operar com autonomia em relação aos grupos organizados, outros ressaltaram que elas só poderiam ser um ramo da entidade, sujeitas às decisões e orientações das lideranças organizados (em outras palavras, *os líderes*). Também foi significativo que, enquanto algumas mulheres estavam dispostas a defender uma atmosfera menos violenta, outras estavam interessadas em celebrar brigas vitoriosas e até mesmo as mortes de “inimigos”. Esses elementos “culturais” desafiam a possibilidade de criar uma rede de solidariedade entre os grupos de torcedores rivais.

Outro seminário, desta vez organizado pela equipe de pesquisa, em setembro de 2019 na UFG, também teve como foco o papel das mulheres, mas em termos mais gerais sobre seu lugar na história do futebol no Brasil. Apesar de convidarmos mais uma vez os meios de comunicação, nenhum representante da mídia apareceu. Além disso, mesmo com um dos clubes já estar jogando

---

9 Este seminário foi observado pelo autor principal do capítulo, convidado por um membro do BEPE que participaria dos debates.

na primeira divisão do campeonato nacional e haver pressão para desenvolver seu time feminino, nenhum funcionário dos clubes compareceu ou sequer respondeu ao convite formal.

Também notamos, através do trabalho de campo, que as autoridades do futebol, e até mesmo os anúncios públicos nos estádios de Goiânia, não fazem nada para combater expressões homofóbicas. Pelo contrário, conversas informais e comentários privados com autoridades de clubes e torcedores feitos ao nosso time confirmaram que os envolvidos gostam bastante do abuso verbal direcionado aos rivais, especialmente jogadores de futebol, como forma de desestabilizá-los emocionalmente. Nossas interações com as fontes da mídia local não foram tão diferentes. Dezoito jornalistas foram entrevistados por um de nossos autores.<sup>10</sup> Sob o escudo do anonimato, metade dos entrevistados afirmou que tais expressões eram “normais”, meras brincadeiras, parte do futebol brasileiro. Todas essas interações vivenciadas nos levaram a reconhecer que não havia interesse genuíno em mudar a atmosfera da hiper-masculinidade predominante do futebol goiano pelas autoridades do futebol, pela grande parte da mídia tradicional, pela maioria dos grupos das torcidas organizadas e nos órgãos públicos envolvidos (em qualquer forma que não seja punição por agressão física por parte dos torcedores). Esta é uma das razões pelas quais propomos diferentes abordagens para novas pesquisas.

.....  
10 LEMES (2019).

Considerações sobre a “violência” no futebol:  
algumas conclusões para o caso goiano

Esta pesquisa foi inicialmente focada nas diferentes percepções dos torcedores e da polícia militar sobre a violência no futebol em Goiânia-GO. Assim, teorias sobre o hooliganismo foram trazidas para compreender paralelos internacionais e destacar especificidades locais. Algumas características são, de fato, notavelmente semelhantes às descobertas de pesquisas produzidas pelos britânicos – especialmente entre os anos 70 e 80 –, outros acadêmicos europeus e argentinos: principalmente a rivalidade baseada na honra e prestígio entre os pares; em outras palavras, a competição para implantar uma forma de masculinidade agressiva hegemônica. As agressões entre torcedores e policiais também podem ser consideradas entre outras características similares do ambiente britânico “antigo” nos estádios e no estado atual (quer dizer, anterior à pandemia da Covid-19) na Argentina. Entretanto, gostaríamos de enfatizar algumas particularidades desta pesquisa. Estamos conscientes de que o acesso ao campo e o levantamento de dados não teriam sido viáveis (especialmente a seção voltada para a polícia) sem o apoio do BEPE para realizar livremente este trabalho. O batalhão especializado atuou como um facilitador, permitindo acesso tanto a membros do BEPE quanto a grupos de torcedores organizados. Consideramos, nesse sentido, que este corpo têm feito importantes esforços para se engajar tanto com pesquisadores quanto com torcedores, embora ele seja o principal órgão de segurança pública dos estádios e faça recomendações às autoridades, como as decisões para manter torcidas únicas nos

clássicos considerados de risco. As autoridades do BEPE ressaltam que têm tentado organizar reuniões e discutir assuntos sensíveis com torcedores organizados. No entanto, percebemos muitas reticências das autoridades envolvidas no futebol em promover um diálogo aberto com os grupos de torcedores. Assim, esse estilo de gestão no futebol e o engajamento instável para respeitar acordos de importantes segmentos das organizadas levam a polícia, “inevitavelmente”, a adotar – e manter – uma forma de policiamento militarista, muito distante dos modelos de mediação adotados em vários países da Europa.

Seria difícil, embora não impossível, introduzir, aos poucos, um perfil mais discreto de policiamento nos estádios de Goiás, pelo menos dentro dos locais. Se considerarmos as respostas dos oficiais consultados, eles concordaram com a ideia de mais *stewards*. Porém, isso exigiria, de fato, mais investimento dos clubes, bem como uma redução no número de policiais nos jogos. Também precisamos ser realistas e considerar que um perfil diferente de policiamento não depende exclusivamente do BEPE. Até onde pudemos verificar, os órgãos policiais acreditam que eles prestam o melhor serviço possível. Nunca ouvimos, publicamente, nenhum oficial oferecer admissão de erros cometidos. Portanto, o ambiente que prevalece leva os corpos públicos de segurança a apresentarem razões para justificar o estilo militarista nos estádios de futebol, como acontecia na Inglaterra décadas atrás.

Outros achados relevantes da pesquisa sugerem que os clubes de elite de Goiânia têm demonstrado uma clara falta de interesse em mudanças estruturais, focando só na criação de soluções paliativas. De acordo com nossos variados informantes locais, os clubes se

preocupam apenas com três coisas imediatas: o resultado do jogo (anterior e seguinte); como obter mais dinheiro das transferências dos jogadores e direitos de TV; e como estar em uma posição melhor do que seus dois rivais locais. Ao contrário de outros clubes que trabalham com uma amostra diversificada de torcedores – incluindo grupos gays e lésbicos, militantes contra o racismo, mulheres e torcedores com deficiência – como parece ser o caso de clubes no estado da Bahia (Law, 2019), os clubes profissionais de Goiânia parecem distantes dessa abordagem mais progressista. Reflexões semelhantes ocorrem em relação à grande mídia, pois estes têm se interessado apenas em noticiar a violência física, condenar os torcedores organizados e, às vezes, a polícia, mas não têm mostrado sensibilidade e determinação para desempenhar um papel maior na promoção de uma atmosfera mais pacífica e, sobretudo, menos homofóbica no futebol. Será que essa abordagem conflitaria com valores dominantes da produção de notícias locais?

Por conta de todos esses elementos identificados, propomos então uma perspectiva diferente, e talvez mais profunda, para mais pesquisas e trabalhos preventivos. Para reduzir a violência (física e simbólica), e produzir impactos mais amplos no campeonato de Goiás, é necessária uma mudança coletiva na cultura futebolística. No entanto, essa mudança não virá facilmente, mas com base no estabelecimento de consentimento entre diferentes atores e suas vozes. Esse cenário significaria reduzir a diferença de poder entre os grupos estabelecidos e *outsiders* que não são ouvidos e nem realmente considerados.

Para ter um ponto de partida concreto, sugerimos que os atores adotem papéis diferentes para negociar mudanças. Mas

que tipo de mudança? Devido aos valores heteronormativos vigentes, esse pode ser um caminho longo e problemático, cheio de obstáculos colocados por alguns dos agentes estabelecidos e até mesmo por alguns *outsiders*. Uma trégua é mais do que necessária para uma mudança que exige trabalhar em novas gerações de torcedores e policiais, bem como em representantes do futebol e do poder público. Também estamos cientes de que um esforço do jornalismo *mainstream* deveria acompanhar as transformações. Com a tendência de destacar e até mesmo amplificar episódios violentos, mas sem interesse real em cobrir seminários e participar de debates para promover a paz, tudo isso parece mais uma mensagem de esperança do que um caminho realista. Não há consenso, por exemplo, sobre o enfrentamento da homofobia e de seu parceiro hegemônico, o desejo pelo clima de hiper-masculinidade.

Pedimos, no entanto, que mais políticas públicas e pesquisas nas Ciências Sociais sejam realizadas para alertar sobre essas características identificadas. Esse tipo de abordagem pode significar tentativas de construir diferentes espaços de convivência no estádio e em termos de mais apoio ao futebol feminino, juntamente com a criação de programas comunitários de futebol misto onde jovens torcedores de diferentes equipes poderiam se reunir, interagir e refletir sobre uma atmosfera diferente. Não está claro se os clubes estão dispostos a apoiar essas iniciativas, mas talvez com pressão suficiente de outros atores, eles possam ser levados a fornecer algum apoio e, quem sabe, até acreditar em algumas mudanças.

## Referências

- ARCHETTI, E.; ROMERO, A. Death and violence in Argentinian soccer. In: GIULIANOTTI, R.; BONNEY, N.; HEPWORTH, N. (ed.) *Football, violence and social identities*. London: Routledge, 1994.
- ARMSTRONG, G.; HARRY, R. Soccer hooligans: theory and evidence. *Sociological Review*, 39, n. 3, p. 427-567, 1991.
- BRAUN, R.; VLIEGENTHART, R. The contentious fans: the impact of repression, media coverage, grievance and aggressive play on supporters' violence. *International Sociology*, 23, n. 6, p. 796- 818, 2008.
- DUNNING, E. Towards a sociological understanding of football hooliganism a global phenomenon. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 8, n. 1, p. 141-162, 2000.
- DUNNING, E.; MURPHY, P.; WILLIAMS, J. *The roots of hooliganism: an historical and sociological study*. London: Routledge, 1988.
- DUNNING, E.; MURPHY, P.; WADDINGTON, I. Anthropological versus sociological approaches to the study of soccer hooliganism: some critical notes. *Sociological Review*, 39, n. 3, p. 459-478, 1991.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. *The Established and the Outsiders: a sociological inquiry into community problems*. London: Frank Cass & Co, 1965.
- FLORENZANO, J. P, Dictatorship, Re-Democratisation and Brazilian Football in the 1970s and 1980s. In: HOLLANDA, B. B.; FONTES, P. (ed.) *The Country of Football: Politics, Popular Culture and the Beautiful Game In Brazil*. London: Hurst & Company, 2014.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 13, 2019.

GIULIANOTTI, R.; BONNEY, N.; HEPWORTH, N. (ed.) *Football, violence and social identities*. London: Routledge, 2013.

HUGHES, E. *The Sociological Eye: Selected papers*. New Brunswick: Transaction Books, 1971.

LAURSEN, R. Danish police practice and national fan crowd behaviour: dialogue or coercive force. *Soccer & Society*, 20, n. 2, p. 325-340, 2019.

LAW, J. How Bahia became the most progressive soccer club in Brazil. *The Guardian*, Disponível em: <https://www.theguardian.com/soccer/2019/nov/13/bahia-progressive-soccer-club-brazil-prices-fans-political-issues-love>. Acesso em: 20 de dez. 2019.

LEMES, Luiz Fernando Rodrigues. *O preconceito dentro e fora das quatro linhas: o papel dos jornalistas goianos no debate sobre a homossexualidade masculina no futebol*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, 2019.

LOPES, F. A construção do problema social da violência no futebol brasileiro. *Athenea Digital*, 16, n. 2, p. 89-113, 2016.

MARSH, P. *Aggro: the illusion of violence*. London: Dent and Ldt, 1978.

MONTEIRO, R. *Torcer, lutar, ao inimigo massacrar: raça rubro-negra!*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

MURAD, M. *A violência no futebol: novas pesquisas, novas ideias, novas propostas*. São Paulo: Benvirá, 2017.

NEWSON, M. Football, fan violence, identity fusion. *International Review for the Sociology of Sport*, 54, n. 4, p. 431-444, 2019.

REDHEAD, S. Some reflections on discourses on soccer hooliganism. *Sociological Review*, 39, n. 3, p. 480-486, 1991.

RODRIGUEZ, O.; SOTO, L.; ZUÑIGA, C. Bares de futebol/torcidas de futebol na América Latina. Um estado da situação. *Recorde*, 12, n. 2, p. 1-67, 2019.

ROOKWOOD, J.; PALMER, C. Invasion games in war-torn nations: can football help to build peace?. *Soccer & Society*, 12, n. 2, p. 184-200, 2011.

SALVEMOS AL FÚTBOL. *El problema de la violencia en el fútbol argentino hoy*. Buenos Aires: Salvemos al Fútbol, 2019.

SPAAIJ, R. Football hooliganism as a transnational phenomenon: past and present analysis: A critique – more specificity less generality. *International Journal of the History of Sport*, 24, n. 7, p. 411-431, 2007.

SEGURA, F.; MURZI, D.; NASSAR, B. Violence and death in the Argentinean soccer in the new millennium: who is involved and what is at stake?. *International Review for the Sociology of Sport*, 54, n. 7, p. 837-854, 2019.

SEGURA, F.; WOOD, D.; GOMES, V.; JUNQUEIRA, R.; NETTO, T. Violências no futebol argentino: o quê está em jogo? Quais são os paralelos com o Brasil? *Publicatio UEPG Ciências Sociais Aplicadas*, 27 (1), p. 42-58, 2019.

STOTT, C. *et al.* Tackling football hooliganism: a quantitative study of public order, policing and crowd psychology. *Psychology, Public Policy and Law*, 14, n. 2, p. 115-141, 2008.

TAYLOR, I. Soccer mad: a speculative sociology of soccer hooliganism. In: DUNNING, E. (ed.) *Sociology of Sport*. London: Cass, 1971.

TOLEDO, L. H. Torcer: a metafísica do homem comum. *Revista de História*, 163, p. 175-189, 2010.

TSOUKALA, A. *Soccer hooliganism in Europe: security and civil liberties in balance*. UK: Palgrave, 2009.

WARD, A.; WILLIAMS, J. *Soccer Nation, sixty years of the beautiful game*. London: Bloomsbury, 2010.

WINANDS, M.; GRAU, A. Socio-educational work with football fans in Germany: principles, practice and conflicts. *Soccer & Society*, 19, n. 7, p. 1007-1023, 2016.

WILLIAMS, J. Justice for the 96? Hillsborough, politics and the English football. In: HOPKINS, M. et al. (ed.) *Football Hooliganism, Fan Behaviour and Crime*. E-Book: Palgrave, p. 273-295, 2014.

WILLIAMS, J.; VANUCI, N. English hooligans and Italian ultras: Sport, culture and national policy narratives. *International Journal of Sport Policy and Politics*, 2019, On-line DOI: 10.1080/19406940.2019.1633384.

# Nuevas institucionalidades laborales y condiciones de trabajo: el caso de los trabajadores de plataformas de reparto a domicilio en la ciudad de Santa Fe, Argentina<sup>1</sup>

.....  
Andrea Delfino<sup>2</sup>  
Paulina Claussen<sup>3</sup>

- .....
- 1 Versiones preliminares de este trabajo fueron presentadas en el 14<sup>o</sup> Congreso Nacional de Estudios del Trabajo (Buenos Aires, agosto de 2019) y en el Seminario virtual “Apuntes para la reflexión sobre el trabajo informal” (Proyecto Erasmus+ LATWORK, junio de 2020).
  - 2 Dra. en Ciencia Política. Profesora de la Universidad Nacional del Litoral y de la Universidad Nacional de Rosario, investigadora del Instituto de Humanidades y Ciencias Sociales del Litoral (IHUCSO-Litoral). Santa Fe, Argentina. Email: andelfino@yahoo.com.ar.
  - 3 Lic. en Economía. Becaria doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) en Instituto de Humanidades y Ciencias Sociales del Litoral (IHUCSO-Litoral). Santa Fe, Argentina. Email: paulina-claussen@gmail.com.

## Introducción

El estudio de las condiciones de trabajo de los repartidores a domicilio o *delivery* que operan a través de empresas de plataforma digital debe situarse en la interrelación de tres procesos: la dinámica tecnológica, la manera por la cual esa dinámica tecnológica da lugar a nuevos procesos productivos y la forma por la cual el Estado – a través de las regulaciones laborales – y la sociedad – a través de la acción del empresariado y sindicatos – regulan su difusión e implementación. Isabella (2019) señala que las innovaciones tecnológicas tienden a concentrarse en algunos momentos particulares y son altamente disruptivas, impulsando transformaciones en los procesos productivos y modificaciones en aspectos tan variados como los sistemas de regulación, las capacidades requeridas de los trabajadores, las características de la inversión pública y las formas de relacionamiento entre las personas o las ideas predominantes sobre el progreso.

En este sentido, es posible señalar que la expresión “capitalismo de plataforma” intenta dar cuenta justamente de las transformaciones radicales introducidas por las plataformas digitales en el capitalismo contemporáneo. Esta expresión enfatiza las nuevas formas de creación de valor y su desigual reparto entre, por un lado, las empresas (globales, en su mayoría) propietarias de las plataformas, los algoritmos y los sitios web y, por el otro, los trabajadores de las plataformas quienes asumen los riesgos y se deben proveer de sus propios medios de trabajo. En el interior de este modelo económico innovador se anidan sustantivas transformaciones en la organización y en la naturaleza de las relaciones de trabajo (Medá, 2016).

Muy alejado de las tesis que planteaban que las innovaciones tecnológicas darían lugar a una superación de las diferentes formas de trabajo degradado posibilitando la difusión de trabajos caracterizados por una fuerte autonomía y la comunión de valores entre trabajadores y empleadores, el capitalismo de plataforma se asienta en el encubrimiento de las relaciones asalariadas bajo la modalidad del trabajo autónomo dando lugar a formas renovadas y exacerbadas de sujeción obrera (Medá, 2016). En este esquema los trabajadores asumen los riesgos relacionados con la actividad (inversión, riesgo físico, clientes) y se encuentran sometidos a nuevas formas de organización y de control del trabajo (precios establecidos por las plataformas, procesos de trabajo calibrados y controles ejercidos de forma dual por los consumidores y las plataformas).

Tal como es posible observar, las tecnologías no son neutras en cuanto a la relación de fuerzas entre los distintos grupos sociales y, en economías capitalistas, la incorporación de las innovaciones tecnológicas es dirigida por los empresarios a partir del cálculo de rentabilidad, con evidentes consecuencias sobre los trabajadores, quienes ven amenazada su fuente de trabajo y su sustento y afecta su capacidad de negociación.

En esta dirección, este trabajo se propone caracterizar y analizar el tipo de vínculo laboral establecido entre los trabajadores y las plataformas de reparto a domicilio centrado fundamentalmente (pero no exclusivamente) en la incorporación de trabajadores “autónomos” o micro-empresarios, sus condiciones de trabajo y la forma de gestión de la mano de obra basada en la “gestión algorítmica”. La reconstrucción de estos ejes de

análisis fue realizada a través de una metodología cualitativa, de tipo exploratoria, a partir de la realización de entrevistas semi-estructuradas a trabajadores de empresas de reparto en la ciudad de Santa Fe, Argentina.

## 1 – ¿Qué son las economías de plataforma?

Las economías de plataforma<sup>4</sup> engloban una gran variedad de actividades fundamentalmente económicas que son facilitadas por plataformas digitales que intermedian entre los agentes (Madariaga, Buenadicha, Molina, Ernst, 2019). Es posible señalar que los elementos que distinguen este tipo de empresas son: facilitar cambios en los modelos de gestión de las organizaciones; minimizar los costos de transacción; volver rentables actividades que en otros contextos no lo son y, finalmente, constituir una de las mayores disrupciones en el mundo del trabajo (Isabella, 2019; Madariaga, Buenadicha, Molina, Ernst, 2019). El modelo de negocio que proponen es simple y consiste en ser meros intermediarios: personas que ofrecen productos y servicios, clientes que los buscan, ambos se encuentran y se entrega lo solicitado (Scasserra, 2019).

Para Medá (2016), las plataformas digitales proporcionan acceso a quienes ofrecen trabajo y a los que solicitan un servicio,

---

4 Este concepto se opone al de “economía colaborativa” centrado en la noción de colaboración entre iguales y por lo tanto desdibujando las desiguales relaciones de poder entre empresarios/propietarios y trabajadores y sus diferentes responsabilidades, deberes y derechos; así como también invisibilizando la obtención de lucro (Aragón y Pablo, 2017).

gestionando el trabajo y obteniendo resultados similares a si proporcionarán trabajo asalariado; sin verse obligadas a asumir responsabilidades tradicionalmente asociadas a la figura del empleador.

La particularidad de las economías de plataforma en torno a la fuerza de trabajo es que la misma se administra a través de los algoritmos, no sólo asignando las tareas sino controlando todos los aspectos del trabajo incluyendo el monitoreo del comportamiento de los trabajadores y su performance (registro en tiempo real de la realización de cada tarea, velocidad, movimientos realizados, localización, medición de las evaluaciones, etc.). Los trabajadores interactúan con las plataformas en lugar de hacerlo con otros individuos, en muchos casos sin conocimiento de las reglas que gobiernan los algoritmos, que pueden cambiar a medida que se recopila nueva información. La verificación del trabajo que realiza la “gestión algorítmica” otorga a los trabajadores una muy escasa o nula participación en cómo debe hacerse el trabajo (Abdelnour y Bernard, 2018; Apella, Rofman y Rovner, 2020; Filgueiras y Antunes, 2020; Medá, 2016).

Todos estos elementos dieron lugar a la denominada “*gig economy*”,<sup>5</sup> la cual supone trabajos realizados bajo encargo por una duración reducida y determinada, llevados adelante por trabajadores autónomos y sin exclusividad con la empresa contratante. Dentro de la *gig economy* es posible incluir

.....  
5 El término ‘gig’ proviene de la jerga musical y se refiere a las actuaciones cortas que realizan los grupos musicales muy frecuentes durante el verano. El término hace referencia, entonces, a la naturaleza transitoria del trabajo en sí.

principalmente dos formas de trabajo: el denominado “*crowdwork*” (traducido frecuentemente como plataformas de trabajo colaborativo o trabajo colaborativo online) y el trabajo a demanda basado en el uso de apps.

El primer término refiere a las tareas que son ejecutadas a través de plataformas *online*, las cuales ponen en contacto un número indefinido de organizaciones, negocios e individuos a través de internet, posibilitando potencialmente la conexión de clientes y trabajadores a nivel global (Berg y Di Stefano, 2016 y Di Stefano, 2016). Para Apella, Rofman y Rovner (2020), este tipo de plataformas operan como un mercado virtual de micro-tareas/ micro-trabajos en diferentes industrias, tales como el desarrollo de páginas webs o de software, diseño, imagen, traducción y análisis de datos, entre otras. Así, las plataformas de *crowdwork* proveen a las compañías acceso a un gran número de trabajadores flexibles diseminados alrededor del mundo los cuales finalizarán de forma rápida una pequeña tarea que contribuirá a un producto final. Todas estas actividades específicas solicitadas el trabajador las puede realizar de manera remota; de esta forma, no es el tiempo lo que delimita la jornada de trabajo, sino que la labor se reduce a tareas específicas.

Por su parte, el trabajo a demanda basado en el uso de apps constituye una forma de trabajo en la cual la ejecución de un trabajo tradicional (tal como transporte, limpieza, etc.) es canalizado a través de aplicaciones gerenciadas por firmas que también intervienen en el establecimiento de un standard mínimo de calidad en el servicio y en la selección de la fuerza de trabajo (Di Stefano, 2016). En relación al tipo de vínculo laboral que

se entabla entre las plataformas y los trabajadores existen una serie de visiones dispares. La visión empresarial se caracteriza por entender a la plataforma digital como una mediadora, una intermediaria entre un asociado y un usuario (en el caso de Uber, por ejemplo) o entre asociado-trabajador-cliente (en el caso de PedidosYa, por ejemplo). Desde esta perspectiva no existiría una relación laboral entre el trabajador y la plataforma sino una nueva forma de trabajar donde la plataforma sólo intermediaria en un contrato entre privados. Por otro lado, algunos autores (Apella, Rofman y Rovner, 2020) consideran que este tipo de trabajo a demanda se caracteriza por el establecimiento de un vínculo laboral discontinuo, adoptando un modelo similar al usado de forma habitual por las agencias de empleo temporario pero mucho más flexible y a gran escala. En este sentido, este tipo de plataforma de trabajo bajo demanda ofrece una combinación de herramientas comunicacionales y de algoritmos para conectar eficientemente consumidores y trabajadores registrados en el sistema.

Además de constituir el rol de intermediarias, las plataformas en este caso son utilizadas también para monitorear la calidad del servicio y para seleccionar y gerenciar a los trabajadores. A diferencia del *crowdwork*, el trabajo bajo demanda a través de apps sólo puede ser llevado adelante localmente, creando una conexión geográfica entre clientes y trabajadores y un contacto personal entre ambos (Apella, Rofman y Rovner, 2020).

## 2 – La nueva institucionalidad laboral y la expansión de las empresas de plataformas de reparto a domicilio

En Argentina, la llegada al poder en 2015 de la coalición Cambiemos supuso la conformación de un nuevo bloque de poder, un cambio de estrategia en relación a la etapa anterior y una nueva correlación de fuerzas entre el capital y el trabajo, caracterizada – ésta – por una renovada y fortalecida asimetría (Delfino y Kaplan, 2019).

Para Delfino y Kaplan (2019) el nuevo esquema regulatorio del mercado de trabajo que se despliega a partir de la gestión de Cambiemos se articula en torno a tres ideas fuerza: 1) crear una nueva institucionalidad sobre el trabajo bajo la premisa de que las normas laborales funcionan como meros instrumentos de interferencia en la capacidad de ajuste de los mercados; 2) apuesta a la reducción de los “costos laborales”; 3) potenciar un nuevo *ethos* del sujeto trabajador: el sujeto emprendedor.

Aun cuando la proyectada reforma laboral integral no fue aprobada y la influencia del sindicalismo, del empresariado y de la conflictividad en las calles moldearon el ritmo de las reformas, los cimientos de la misma se mantuvieron en una serie de reformas parciales desplegadas durante esos años.

La iniciativa que más impacto tuvo en la cantidad de empresas de plataforma que operaban en nuestro país fue la ley 27.349 de “Apoyo al Capital Emprendedor” aprobada en marzo de 2017. Dicha ley que tenía como eje la generación de empleo, posibilitaba la creación de Sociedades por Acciones Simplificadas (SAS), una figura jurídica que permite abrir una empresa en 24 horas, llevar

la contabilidad online y acceder a fuentes de financiamiento colectivo. La ley impulsó la operatoria de las principales plataformas de reparto, tales como Rappi, Glovo y PedidosYa en Argentina. Sin embargo, algunos autores (Madariaga, Buenadicha, Molina y Ernst, 2019) señalan que el ingreso de las plataformas había comenzado un año antes producto – entre otros factores – de la flexibilización del sistema de pagos al exterior. A partir de ese momento se aceleró el ingreso de filiales de empresas extranjeras al mercado argentino y se produjeron nuevas inversiones dirigidas a las plataformas de origen local que ya estaban instaladas.

Las profundas transformaciones del capitalismo a nivel global, evidentes – entre otros – en la conjunción de los nuevos modelos de gestión empresarial y la reorientación de las políticas públicas conllevaron nuevos modelos de pensar el trabajo y nuevos requerimientos al trabajador, dando lugar a la producción política de nuevos sujetos laborales. El sujeto “emprendedor” aparece como el referencial del *ethos* sobre el que se configura la prescripción normativa de ese nuevo sujeto laboral (Rodríguez López y Borges Gómez, 2018).

El mito del sujeto emprendedor refiere a un trabajador que puede participar del mercado de trabajo “por sí mismo”, auto-disciplinado, empresario de sí, un “buen trabajador” funcional a un nuevo modelo productivo. Este modelo exige una nueva forma de competitividad empresarial basada en la generalización de la incertidumbre y en la socialización de los riesgos. Las empresas de plataforma se constituyen – así – en un modelo de negocio que permite “llevar al paroxismo esa tendencia centrífuga del capitalismo neoliberal” (Abal Medina y Morales, 2019).

El mito del sujeto emprendedor, es un mito que se fortalece con el alto desempleo, con la necesidad de supervivencia, con las nuevas institucionalidades laborales y con las nuevas tecnologías.

### 3 – Las condiciones de trabajo de los repartidores de apps en la ciudad de Santa Fe

En esta sección indagaremos las condiciones laborales de los trabajadores de las plataformas bajo demanda, tomando como caso de estudio los repartidores de plataformas de *delivery* que desarrollan sus funciones en la ciudad de Santa Fe, Argentina. Para esto, se realizaron entrevistas semiestructuradas a repartidores de dos de las tres aplicaciones que actualmente funcionan en la ciudad de Santa Fe. A partir de la información obtenida, dedicaremos las secciones siguientes a describir y analizar dos aspectos centrales que se desprenden de las mismas: 1) el vínculo entre la plataforma y el repartidor y su impacto sobre las condiciones de trabajo y 2) la organización del trabajo de los repartidores a partir de la llamada “gestión algorítmica”. Antes de avanzar con el primer punto, nos detendremos brevemente en el proceso de desembarco de estas empresas a la ciudad.

#### 3.1 – El desembarco de las empresas

La primera empresa de este tipo en instalarse en la ciudad lo hace en septiembre de 2017. Para comenzar a operar, la misma contrató a 12 repartidores en relación de dependencia, los cuales mantenían un vínculo formal con la empresa. Esta situación, se mantuvo relativamente estable hasta marzo de 2018, cuando

la aplicación comenzó a popularizarse entre los santafesinos, aumentando su actividad lo que llevó a la empresa a contratar nuevos repartidores, todos en la misma condición.

Al mismo tiempo, comienzan a llegar a la ciudad, empresas competidoras que, a diferencia de la primera, no establecían con los repartidores un vínculo laboral formal sino que los consideraban trabajadores autónomos o “microempresarios”. Esta situación generaba, para la primera empresa, una posición desventajosa respecto a sus competidores directos quienes, al no contar con repartidores a cargo, operaban con costos laborales más bajos. Frente a esta situación la empresa decide bloquear las cuentas de un gran número de empleados, para luego despedirlos alegando llegadas tarde, incumplimiento en los pedidos, entre otros. Dado que toda la información acerca del desempeño del trabajador, se encontraba en las cuentas – las cuales habían sido bloqueadas por la empresa – los trabajadores no tenían modo de demostrar la arbitrariedad detrás del despido, lo que ocasionó que muchos de ellos recibieran solo una parte de su indemnización o directamente no recibieran la indemnización correspondiente. Mientras tanto la empresa, para continuar con su actividad, tomó nuevos repartidores, ahora en condición de autónomos, tal como lo hacían sus competidoras.

### 3.2 – Los trabajadores y su vínculo laboral con las plataformas

Tomando como referencia la situación anteriormente descrita es posible dividir a los trabajadores en dos grupos. Por un lado, un grupo muy minoritario conformado por aquellos

trabajadores a los que se les reconoce una relación laboral formal y, por otro lado, un grupo mayoritario conformados por aquellos repartidores considerados autónomos o “microempresarios”, a los cuales la aplicación solo les brinda un servicio.<sup>6</sup> Vale aclarar que si bien se observan pequeñas diferencias entre las distintas empresas, las mayores discrepancias las observamos a partir de analizar el vínculo que se establece entre el repartidor y la plataforma, razón por la cual nos basaremos en dicha relación para describir las condiciones laborales de ambos grupos.

Una primera diferencia la encontramos en el modo en el cual los repartidores ingresaron a la empresa. Quienes conforman el primer grupo, es decir aquellos considerados trabajadores formales, ingresaron luego de responder a un anuncio publicado en páginas web dedicadas a la búsqueda de empleo, donde se pedía a los interesados, mayores de 18 años y con secundario completo enviar CV. Luego de una serie de entrevistas grupales, quienes resultaban seleccionados, debían realizar un examen pre-ocupacional, que una vez superado les permitía comenzar a trabajar. Para esto, la empresa les proporcionó todos los elementos necesarios (celular, casco, mochila, vestimenta etc.), a excepción de la bicicleta la cual debía ser provista por el trabajador. En

.....  
6 Si bien no existe información oficial disponible sobre la cantidad de trabajadores de plataformas de reparto a domicilio en la ciudad de Santa Fe, a partir de los relatos de los trabajadores entrevistados fue posible saber que el número de trabajadores asalariados formales rondaría los 5 trabajadores, mientras que los trabajadores autónomos ascenderían a aproximadamente 600 trabajadores. La primera empresa en arribar a la ciudad llegó a tener, en las primeras etapas, hasta 50 trabajadores vinculados formalmente.

caso de rotura, pérdida o robo de algunos de los elementos, es la empresa quien se encarga de su reposición.

En el caso de aquellos trabajadores a los que no se les reconoce el vínculo laboral, el modo de ingreso es diferente. Quienes desean comenzar a trabajar con la empresa deben registrarse completando una planilla web con sus datos y esperar que se encuentren disponibles los bloques horarios para ser entrevistados. De este modo la empresa confecciona una especie de “lista de espera”, desbloqueando horarios para realizar entrevistas en la medida en que necesita nuevos repartidores. En el caso de los trabajadores autónomos, las entrevistas no se basan en las experiencias, aspiraciones o aptitudes de los entrevistados, sino que constituyen más bien capacitaciones acerca del trabajo, tales como manejo de la aplicación, facturación, etc. Una vez seleccionados, los repartidores tienen una semana para realizar la inscripción fiscal al régimen de monotributo,<sup>7</sup> informar una cuenta bancaria propia en la que se depositarán los pagos, tramitar el seguro de responsabilidad civil y, para el caso de los cadetes que se movilizan en moto, presentar los papeles de la misma. Tan pronto como presenten la documentación solicitada pueden comenzar a trabajar.

.....

7 En Argentina el Monotributo es un Sistema de Régimen Simplificado que concentra en un único tributo el componente previsional (aportes de jubilación y obra social) y el impositivo (donde se separa en categorías basándose en los ingresos brutos obtenidos según facturación, la superficie afectada a la actividad y la energía eléctrica consumida). De este modo, en un único pago mensual, los monotributistas pueden cumplir con los pagos obligados de impuesto a las ganancias, IVA, aportes jubilatorios y al Sistema Nacional del Seguro de Salud.

Para esto y, a diferencia de lo que ocurre con los repartidores del grupo anterior, la empresa no exige ni realiza ningún examen que demuestre que los mismos se encuentran en condiciones físicas de llevar adelante la tarea. Por otro lado, al estar obligados a registrarse en el monotributo y, pagar el mismo son, en este caso, los mismos trabajadores quienes asumen con sus aportes la obra social, la seguridad social y la aseguradora de riesgos laborales (ART), eximiendo de estas cargas a las plataformas de trabajo. Otro elemento que diferencia a este grupo del anterior es que en el caso de los *freelance*, la empresa se limita solamente a facilitarles la vestimenta y mochila para llevar adelante la tarea, descontando el costo de las mismas de los primeros pagos en cuatro cuotas. Es decir, es el trabajador quien en última instancia debe pagar por todos los gastos necesarios para trabajar.

Otro elemento en el cual es posible hallar una diferencia entre ambos grupos es en lo referido a días y horarios de trabajo. En el caso de los trabajadores asalariados registrados, estos trabajan bloques de cuatro u ocho horas diarias, según lo establezca su contrato de trabajo. En todos los casos trabajan seis días de corrido, descansando un día quienes trabajan jornada completa y un turno quienes trabajan media jornada. Los días y horarios de trabajo son fijos y determinados por la empresa. Los horarios de trabajo no pueden modificarse, tampoco se les permite hacer horas extras, cubrirse o reemplazarse entre compañeros. En caso de no poder ir a trabajar un día por alguna enfermedad o imprevisto, deben enviar certificado que justifique su ausencia. Otro punto importante de este grupo, es que su salario no depende de los viajes que realicen sino que está determinado, al igual que el resto

de sus condiciones de trabajo por el convenio colectivo de trabajo<sup>8</sup> y los acuerdos que se establezcan.

La situación antes descrita no se da para los repartidores autónomos o *freelance*, quienes como veremos en el punto siguiente pueden, con algunas limitaciones, escoger los días y horarios de trabajo. Por otro lado, al no estar obligados a cumplir una cierta cantidad mínima o máxima de horas de trabajo, en la medida en la que haya horarios disponibles, los repartidores pueden elegir la cantidad de horas diarias que dedicarán a la actividad. Sin embargo, debe tenerse en cuenta que, a diferencia de lo que ocurre con el grupo anterior, quienes se desempeñan como *freelancer* no cuentan con un salario fijo sino que el mismo varía en función a tres ítems: a) *servicio de logística*, el cual constituye el ítem más importante del ingreso : y por el cual recibe \$60 (0.75 USD) por pedido entregado; b) la *distancia recorrida*, dependiendo del grupo en el cual el cadete se encuentre en el ranking;<sup>9</sup> el trabajador recibe un pago extra por kilómetro recorrido desde el local comercial al lugar de entrega del pedido. No se contempla aquí, los kilómetros recorridos desde la posición del cadete al local comercial; c) *material publicitario*: la empresa abona a los cadetes \$9 por hora

.....  
8 El Convenio Colectivo de Trabajo que regula la actividad de los pocos trabajadores asalariados de plataformas de reparto a domicilio es el convenio de empleados de comercio.

9 En el caso de los cadetes del grupo 6, dicho extra es de \$5 por km, a los cadetes del grupo 5 se les abona \$10 y así sucesivamente hasta llegar a los cadetes del primer grupo para quienes dicho extra es de \$30 por kilómetro recorrido.

(0.11 USD) que estos se encuentren activos, en concepto de uso de la imagen de la empresa en sus vestimentas.

Si bien son varios los ítems que influyen en el ingreso final del cadete o repartidor, este está determinado, fundamentalmente, por la cantidad de pedidos que realiza en el mes, los cuales suelen variar constantemente. En un día normal, un cadete puede realizar entre 9 y 12 pedidos por turno, los cuales suelen generalmente tener una duración de cuatro horas. En el caso de un cadete grupo 3 que trabaja cinco turnos, de cuatro horas cada uno, es decir 20 horas a la semana, el ingreso promedio se encuentra entre los “\$ 15.000 y \$ 17.000 mensuales (187 USD y 212 USD).<sup>10</sup> A estos valores debemos descontarle el pago al monotributo, el seguro de responsabilidad civil y el seguro de la bicicleta. Lo que implica para el mismo un ingreso neto mensual de \$12.000 (150 USD).

Los ingresos son depositados en las cuentas bancarias de los cadetes. Para esto, cada repartidor debe previamente y, en los periodos establecidos por la empresa, presentar la facturación correspondiente al mes trabajado. Si la factura no es presentada en los plazos establecidos, el cadete no cobra dicho mes.

Si bien los bajos salarios, junto con las condiciones de inseguridad a la que están expuestos, constituyen los principales reclamos de los repartidores, estos no conforman el principal motivo de disconformidad entre los mismos. Los testimonios recogidos muestran un fuerte rechazo de los repartidores por la “gestión algorítmica”, responsable del control y la gestión de los trabajadores.

.....  
10 Para septiembre de 2020 el Salario Mínimo Vital y Móvil estaba establecido en \$16.875 (211 USD).

### 3.3 – La gestión algorítmica y su impacto en la organización del trabajo

Como hemos venidos señalando y como mostraremos en mayor detalle en la presente sección, en este tipo de trabajo, el control tradicional no desaparece, sino que adquiere nuevas formas. Tal como sostiene Bensusán (2017) el hecho de que las plataformas otorguen ciertas libertades a los repartidores, no implica que estas tengan menos control sobre la prestación del servicio, sino que deciden ejercer solamente una parte del mismo, dictando “las instrucciones necesarias”. Desde la perspectiva de Scasserra (2019), los algoritmos – en tanto ecuaciones matemáticas automáticas – toman el lugar de un jefe o capataz que controlaba al trabajador de forma directa y le daba órdenes en otros modelos de producción.

En este tipo de actividad, el trabajador no se encuentra solamente vigilado por la empresa sino también por los clientes a partir de las evaluaciones que estos realizan del servicio recibido. De este modo “las empresas delegan amplias funciones de control en sus clientes, pero luego utilizan la información que estos generan para tomar decisiones sobre los trabajadores” (Del Bono, 2020:90).

Para entender cómo esta gestión algorítmica influye en la gestión del trabajo, debemos tener en cuenta que para comenzar a trabajar, los repartidores deben todos los días, en el horario que inicia y finaliza su jornada, presentarse en la “zona de logueo”. La “zonas de logueo” son en general plazas o espacios públicos designados por la empresa. Hasta tanto el repartidor no ingrese en alguna de las zonas establecidas, la aplicación no se activa y por lo tanto no podrá comenzar a trabajar. Asimismo, la “zona de logueo” escogida, delimita la región de la ciudad en la cual el repartidor podrá desarrollar su actividad.

¿Cómo se asignan los pedidos? Cada vez que una persona (cliente) realiza un pedido y este es aceptado por el comercio, el sistema detecta al cadete mejor rankeado que se encuentra más cerca y le asigna el mismo. Una vez recibido el encargo, el cadete puede aceptarlo o rechazarlo. En caso de que decida rechazarlo y sea el tercer pedido que no acepta, la aplicación es pausada, lo que implica que por media hora el trabajador no recibirá nuevos pedidos. En caso de que decida aceptarlo, se habilita un reloj en el cual el cadete puede ir viendo el tiempo que le queda disponible para entregar el pedido. Si por alguna razón, una vez aceptado el pedido, el repartidor se detiene en su recorrido por unos minutos (robo, accidente, ayudar algún compañero, etc), se les envía un mensaje por la aplicación consultándole la razón por la cual se encuentra detenido, si pasados unos minutos continúa sin moverse, la aplicación del cadete es pausada y su pedido asignado a otro repartidor.

La cantidad de pedidos que los repartidores realicen, no es un tema menor, ya que esto no solo determina los ingresos mensuales que recibirá, sino también y, fundamentalmente, la posición en el *ranking* en la cual se encontrarán. Para entender esto, debemos tener en cuenta que la aplicación, instalada en el teléfono celular del repartidor, se encuentra constantemente recabando datos sobre su desempeño. A partir de esta información, se elabora un *ranking* conformado por seis grupos de trabajadores, que van del 1 al 6. Siendo el 1 el grupo de mejor desempeño. Si bien los repartidores no conocen todos los elementos que determinan su inclusión en cada uno de los grupos, entre los más importantes se encuentran: la cantidad de viajes promedio por hora (UTR), la puntuación que

los clientes otorgan al servicio prestado, las sanciones recibidas por llegadas tardes o pedidos rechazados, entre otros. De este modo, mientras, mayor sea la cantidad de pedidos realizados y menor el tiempo de entrega, los pedidos rechazados y las sanciones, mayor será el grupo en el cual el repartidor será asignado.

Ahora bien, por qué es tan importante para el repartidor el grupo en el cual se encuentra. Básicamente porque la permanencia en uno u otro grupo le da, entre otras cosas, la prioridad en la elección del día y horario de trabajo. Como decíamos más arriba, los repartidores autónomos pueden elegir los días y horarios en los que estarán activos. Para esto la empresa pone a disposición los turnos disponibles en cada una de las zonas de logueo. La elección de turnos comienza los días miércoles por la mañana, siendo los cadetes del grupo 1, los primeros en escoger los días y horarios que trabajarán en la semana. Por la tarde, lo hacen los repartidores del grupo 2, quienes tendrán la posibilidad de elegir los horarios que no hayan sido tomados por los del grupo 1, al día siguiente eligen los miembros del grupo 3 y así sucesivamente. En caso de que alguno de los trabajadores se haya olvidado o no haya podido escoger en el turno en que le correspondía según su grupo, debe esperar a que todos los grupos hayan escogido. De este modo, los repartidores pueden escoger sus horarios de trabajo, siempre y cuando dicho horario no se encuentre cubierto por otros repartidores. Pudiendo incluso llegar a ocurrir que, al momento de realizar la elección, no haya horarios disponibles y, como tal, no puedan trabajar en esa semana. O deban escoger otra zona de logueo para conseguir turnos disponibles. A través de este mecanismo, la empresa se asegura contar con una disponibilidad

permanente de trabajadores y regular la cantidad de repartidores en función a la demanda de los clientes.

Una vez escogido el turno, si por alguna razón el cadete no puede presentarse a trabajar, la aplicación le da la opción de “ofrecer” el turno a otro cadete o repartidor. Si el repartidor ofrece el turno 48 horas antes de que el mismo comience, el turno se libera sin que corra una sanción para quien lo dejó. En caso contrario, el repartidor no será sancionado siempre que el turno ofrecido sea aceptado por otro repartidor hasta treinta minutos antes de comenzar.

En este punto los cadetes suelen rescatar la solidaridad entre compañeros, ya que – en caso de tener que ausentarse – tienen como práctica avisar en un grupo de *whatsapp* que van a ofrecer el horario, el cual suele ser rápidamente tomado por otro cadete para evitar que el compañero sea sancionado.

Además de las situaciones descritas, la empresa cuenta con otras herramientas que le permiten organizar y dirigir el trabajo de los repartidores. Entre las cuales se encuentra la variación del monto por viaje. Dado que es la empresa y no el repartidor, quien determina el monto de los viajes, la empresa suele incluir un aumento en el monto por viaje que cobran los repartidores como un modo de incentivarlos a trabajar en aquellos momentos de mayor demanda (como por ejemplo: los días de lluvia, fines de semana, ventas o promociones como la “Noche de las Heladerías”).

Todo lo anterior nos permite señalar que si bien el repartidor *freelance*, puede decidir sobre ciertos aspectos de su trabajo, en general la mayor parte de las decisiones son tomadas por la empresa. Quién puede incluso “despedir” a un trabajador,

bloqueándole la aplicación, siempre que considere que el servicio brindado no cumple con los parámetros esperados.

De lo anterior se deriva que la gestión algorítmica de los trabajadores es posible, a partir de las calificaciones automáticas que los mismos construyen. Esas calificaciones están basadas en una serie de ponderaciones, tanto de los clientes como de la performance del trabajador (tiempos de entrega, rechazo/aceptación de pedidos, incumplimiento de normativas de la empresa). Todo esto va asignando una calificación al trabajador que determinará su nivel de exposición a la plataforma y, por ende, la cantidad de ofertas de trabajo que el trabajador obtenga en el futuro (Scasserra, 2019). Sin embargo, que los algoritmos sean automáticos no suponen que estén exentos de una lógica. La lógica es la obtención del lucro a bajo costo, en un tiempo reducido y anclada en el uso masivo e intensificado de la mano de obra.

#### 4 – A manera de cierre

Una serie de elementos de análisis se desprenden del trabajo de campo realizado. En primer lugar, el tipo de vínculo laboral de la mayoría de los repartidores a domicilio puede ser enmarcado en lo que denominamos “trabajo independiente-dependiente”, “deslaboralización” o “travestismo laboral” ya que el mismo supone una modalidad de trabajo que en términos formales se presenta como una forma de trabajo autónomo (enmarcada en un contrato civil o comercial) pero que en los hechos se trata de una relación de dependencia. La misma puede ser encuadrada dentro de una de las formas atípicas de empleo: el empleo encubierto. El cual tiene

lugar cuando un trabajador es contratado como un contratista autónomo pero su trabajo está sujeto al control de la empresa. La verdadera naturaleza de la relación laboral está encubierta para eludir la normativa laboral. Así, la organización del trabajo basada en la gestión algorítmica supone muy poco de autonomía y de libertad y mucho de trabajo subordinado, controlado y precarizado.

El léxico empresarial considera a los trabajadores como sus “asociados” por considerar que la plataforma sólo oficia de mediadora para que una persona pueda hacerse de un dinero extra. Sin embargo, esto contrasta con el hecho que esas mismas empresas tienen unos pocos trabajadores asalariados que realizan el mismo tipo de actividad que los trabajadores autónomos.

Otro elemento central a considerar es que en una gestión algorítmica de la mano de obra además de la empresa y el trabajador interviene un tercer agente constituido por una multitud de consumidores que actúan como evaluadores y se convierten en gerentes colectivos del trabajo; sin embargo, desconocen los mecanismos de evaluación. Se produce, así, la incorporación de los clientes como agentes con capacidad para incidir en la determinación de los ritmos y tiempos de la producción, sometiendo las condiciones de trabajo de los repartidores a una triangulación de poder.

De esta forma las ideas de progreso, mérito personal y desarrollo aparecen legitimadas por un nuevo modelo de negocios que opera asentado en la difusión de la inseguridad y la incertidumbre en el acceso a las formas más precarias de subsistencia. En ese esquema se refuerza el control y la subordinación de la mano de obra dando lugar a mecanismos profundos de explotación de los cuerpos.

## Referencias

ABAL MEDINA, P y Morales, K, (2019), “Un nuevo tipo de confrontación laboral frente a las empresas de plataforma”, en *Revista Nuestras Voces*. Disponible en: <http://www.nuestrasvoces.com.ar/otras-voces/un-nuevo-tipo-de-confrontacion-laboral-frente-a-las-empresas-de-plataforma/>.

ABDELNOUR, S. y Bernard, S. (2018), “Vers un capitalisme de plateforme? Mobiliser le travail, contourner les régulations” en *La Nouvelle Revue du Travail*, Nro 13. Disponible en: <https://journals.openedition.org/nrt/3734>.

APELLA, I., ROFMAN, R. y ROVNER, H.a (2020), *Skills and the labor market in a new era*. The World Bank, Washington DC.

ARAGÓN, J. y PABLO, E. (2017), “Notas sobre empleo y precariedad en nuevos entornos laborales” en *Gaceta Sindical: Reflexión y Debate*. Nro. 29/ dic.

BECCARIA, L. y MAURIZIO, R. (2019), “Algunas reflexiones en torno al empleo en plataformas y a los mecanismos de protección”, en *Alquimias Económicas*, febrero. Disponible en: <https://alquimiaseconomicas.com/category/luis-beccaria/>.

BENSUSÁN, G. (2017). Nuevas tendencias en el empleo: retos y opciones para las regulaciones y políticas del mercado de trabajo. En G. BENSUSÁN, W. EICHHORST, J. M. RODRÍGUEZ (ed.). *Las transformaciones tecnológicas y sus desafíos para el empleo, las relaciones laborales y la identificación de la demanda cualificaciones* (p. 81-171). CEPAL: serie Documentos de Proyectos. Disponible en: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/42539-transformaciones-tecnologicas-sus-desafios-empleo-relaciones-laborales-la>.

BERG, J. y de Stefano, V. (2016), “¿Queremos mejorar el trabajo colaborativo online? Entonces hay que regularlo”, en *Nueva Sociedad. Edición digital*. Disponible en: <https://nuso.org/articulo/se-quieme-mejorar-el-crowd-work-entonces-hay-que-regularlo/>.

DEL BONO, A. (2020). Nuevas tecnologías y relaciones laborales: la gestión algorítmica y su impacto sobre los trabajadores de plataformas. *Voces en el fénix* 10 (80). 86-91. Disponible en [https://www.vocesenelfenix.com/sites/default/files/pdf/11\\_53.pdf](https://www.vocesenelfenix.com/sites/default/files/pdf/11_53.pdf).

DELFINO, A. y Kaplan, L. (2019), “Reforma integral vs reforma “por partes”: todos los caminos conducen a la flexibilización. Un análisis de las transformaciones en la institucionalidad laboral durante la gestión de Cambiemos (2015-2018)” en IGLESIAS, ESTEBAN y LUCCA, JUAN Bautista (comps), *La Argentina de Cambiemos*. Editorial Universidad Nacional de Rosario, Rosario. Disponible en: <https://rephip.unr.edu.ar/handle/2133/15433>.

DI STEFANO, V. (2016), “The rise of the just-in-time workforce : on-demand work, crowdwork and labour protection in the gig economy ”. International Labour Office, Inclusive Labour Markets, Labour Relations and Working Conditions Branch. – Geneva: ILO, 2016 Conditions of work and employment series; n. 71.

FILGUEIRAS, V. y ANTUNES, R. (2020), “Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo”, en *Contracampo*, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul.

ISABELLA, F. (2019), “¿Qué hacer? Trabajo, tecnología y regulación social”, en *Nueva Sociedad* n. 279, enero/febrero. Disponible en: <https://nuso.org/articulo/trabajo-tecnologia-regulacion-social/>.

MADARIAGA, J., BUENADICHA, C., MOLINA, E. y ERNST, C. (2019), Economía de plataformas y empleo ¿Cómo es trabajar para una app en Argentina?, CIPPEC-BID - OIT. Buenos Aires.

MÉDA, D. (2016), The Future of Work: The Meaning and Value of Work in Europe. ILO Research PAPER n. 18. GENEVA: INTERNATIONAL LABOUR OFFICE.

RODRÍGUEZ López, R. y BORGES GÓMEZ, E. (2018), “El perfil del emprendedor. Construcción cultural de la subjetividad laboral postfordista”, en *Cuadernos de Relaciones Laborales*, 36 (2), 265-284.

SCASSERRA, S. (2019) “El despotismo de los algoritmos”, en *Nueva Sociedad* Nro. 279, enero/febrero. Disponible en: <https://nuso.org/articulo/el-despotismo-de-los-algoritmos/>.



## Governo dos justos e pastoral das almas: trabalho religioso e não-religioso do/no governo-endireitar bolsonarista

.....  
Emerson Sena<sup>1</sup>

Neste texto, discuto como se realiza, no governo Bolsonaro, uma sintonia entre o trabalho religioso de grupos reacionários-conservadores cristãos e o trabalho não-religioso do *modus operandi* neoliberal. Essa sintonia nasce de diferentes causas, com maior ou menor profundidade e anterioridade histórica, mas seus multifeitos estão em andamento sobre as religiões, a sociedade e a cultura brasileiras. O governo Bolsonaro se equilibra sobre um multifacetado intercâmbio entre determinado tipo de trabalho religioso e não-religioso. O primeiro tenta ressuscitar o corpo

.....  
1 Professor Associado da Universidade Federal de Juíz de For a. Doutor em Ciências da Religião pela UFJF.

de Deus, após sua morte nietzschiana, ou seja, tenta-se reconstituir o ponto fixo absoluto da realidade, sacraliza hierarquias sociais, naturaliza relações sociais e oferece comunitarização e apoio social. O segundo, se direciona à implementação completa do neoliberalismo no ordenamento social e político. Ambos os trabalhos conflitam com grupos e narrativas que se lhe opõem e com a estrutura republicano-constitucional. Esses dois discursos, abrigados na confederação da direita que nos governa, obtêm sucesso à medida em que são dotados de sintagma interno e provêm de sentido, os riscos que as pessoas vivem e estão imersas no Brasil hoje, ainda que produzam abismos e porque à margem esquerda, há miséria imaginativa e pouca radicalidade.

#### A peleja dos justos no Brasil pagão: os frutos do trabalho religioso

O governo dos justos é um mote nos discursos religiosos evangélicos<sup>2</sup> brasileiros e tem uma composição que traz mais elementos do Antigo Testamento, em especial dos Salmos e dos Livros Sapienciais (Provérbios) do que do Novo Testamento, em especial dos evangelhos, cuja mensagem central é a misericórdia, o amor e

.....

2 Quanto à controvérsia sobre o termo “evangélicos”, questionado faz tempo: apesar das variações históricas, denominacionais, teológicas, organizativas, regionais, há um conjunto de denominadores em comum, razoavelmente uniforme, que nos possibilita recorrer a um mínimo denominador comum – os evangélicos ou os crentes. Os estudos de etnografia e antropologia mostram as imensas diversidades presentes em manifestações pentecostais e neopentecostais, mas, por algum motivo, na hora do voto, elas acabaram se afunilando.

o perdão.<sup>3</sup> Não há somente essa ideia religiosa, há outras em jogo no amplo campo – ascetismo, messianismo-milenarismo, êxtase-mágico, militarismo místico e individualismo-soteriológico –<sup>4</sup> mas, desejo comentar a do justo e a da pastoral e, assim, trazer uma interpretação para a hegemonia do poder político-social de direita e cristão no Brasil. A pastoral das almas é um clássico tema cristão, problematizado e ressignificado por Foucault (2014) em seu projeto arqueo-genealógico do poder-saber.

.....

- 3 A fala de Jesus, o que teria dito de fato e de concreto é alvo de polemica. Jesus era um monoglota aramaico, nada escrito deixou e apenas depois de 35 a 40 anos após sua morte, algo foi escrito em grego, o que coloca, além da língua, a questão da memória. O Evangelho de Marcos é considerado um dos mais antigos.
- 4 Uma breve palavra sobre cada um: o ascetismo pode ser, na avaliação weberiana, intramundano ou extramundano, ou seja, o controle e disciplina do comportamento e do corpo numa posição de fuga do mundo ou numa de ação no mundo, dados pelo trabalho enquanto vocação dos santos no mundo ou pelo trabalho realizado em si, na preparação pelo retorno de Jesus (WEBER, 2016). O messianismo-milenarismo envereda pela crença no Reino dos Justos que seria estabelecido antes do retorno definitivo do Messias Jesus em sua segunda vinda ou do seu retorno repentino, ao final dos tempos. O êxtase-magicismo tem a ver com posturas de busca de experiências extáticas, de fruição de dons espirituais concedidos pelo Espírito Santo e o magicismo é decorrente dessa busca expectante: o desejo de intervenção divina nos negócios da vida (doença, vida social, afetiva, familiar, profissional). O militarismo-místico se forma em torno da ideia exército dos santos que marcha pelo mundo proclamando o senhorio de Jesus, nome diante do qual todo joelho se dobrará (um trecho das cartas de Paulo, por exemplo, Filipenses, capítulo 2, versículo 10). São definições provisórias e mediadas por contextos históricos-sociais-culturais.

A governamentalidade,<sup>5</sup> nascida de confluências histórico-sociais, se torna no atual triunfo do fazer-saber neoliberal-financeiro, um elemento discursivo-prático essencial para o poder político emergido das urnas em 2018. A governamentalidade visa a gestão política global da vida dos indivíduos, a biopolítica, e implica em controles e dispositivos específicos sobre os corpos individuais – anátomo-política do corpo – e sobre o corpo social – biopolítica da população, constituindo o biopoder (Foucault, 2014). E, no caso do trabalho religioso e não-religioso, o biopoder se assenta sobre a ideia de nação cristã e de saúde econômica da nação, desconsidera e subordina os corpos das minorias sociais, religiosas e sexuais e evoca um “fascismo subjetivo”<sup>6</sup> que permeia as políticas estatais: os “fracos” morrem e os “fortes” vivem porque é o destino ou é da ordem natural, é parte dos supostos processos naturais, o que salta à vista a partir do impacto da Covid-19 ao matar centena de milhares de mortos, em especial, pobres, negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pobres e desempregados, já que, entre nossas sociedades, não existem doenças biológicas. O presidente coroou uma longa série de posições de fascismo subjetivo-comportamental quando afirmou, em setembro de 2020,

- .....
- 5 Governamentalidade: instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas de poder que tem por alvo, a população.
  - 6 A ideia de fascismo subjetivo nasce inspirada em Félix Guattari (1987), no texto, *Micropolítica do Fascismo*, fala de micropolítica do desejo, planos micromoleculares de investimento do desejo. O fascismo molecular está ao nível dos corpos, dos desejos e é molar, uma máquina de grande estrutura. Entre 1933 e 1945, temos dois fascismos em convergência: o fascismo político-estatal macromolecular e o micromolecular.

que a “Covid-19 é para os fracos”.<sup>7</sup> Quando os vírus entram em nossas histórias, eles são político-sociais-culturais.<sup>8</sup> A resposta só pode ser contrária à naturalização e envolve política pública e Estado (Silveira, Moraes Jr., 2020).

A ideia do corpo da nação e do corpo de Deus (enquanto abstrações), defendidas como se estivessem acima de tudo e de todos, casa-se com o selvagem neoliberalismo, mas sua implementação completa – privatização, reforma administrativa, desregulação do trabalho – significaria ampliar desigualdades, miséria e pobreza. Entendo o poder da pastoral das almas como um feixe de relações que aproxima as microrrelações (cotidiano, molecular) das macrorrelações (estrutura, molar). A pastoral das almas está calcada na ideia de “santidade cristã”, defendida por grupos católicos carismáticos e evangélicos reacionários e envolve uma guerra sem fim contra as pluralidades de vidas e valores e o erótico, em especial contra minorias religiosas, sexuais, étnicas e sociais. Sobre a pastoral das almas se ergue a militância evangélica reacionário-moralista que necessita inventar, sempre, um inimigo, doméstico ou estrangeiro, em função do qual, define sua

- .....
- 7 Segundo reportagem no Portal de Notícias d’O Globo: “Em Mato Grosso, Bolsonaro diz que ficar em casa durante a pandemia de Covid-19 ‘é para os fracos’”. G1 MT. Em Mato Grosso, Bolsonaro diz que ficar em casa durante a pandemia de Covid-19 ‘é para os fracos’ Portal G1; 18 set. 2020. Disponível: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/09/18/em-mato-grosso-bolsonaro-diz-que-ficar-em-casa-durante-a-pandemia-de-covid-19-e-para-os-fracos.ghtml> Acesso em: 21 set. 2020.
- 8 No caso da Covid-19, nasceu entre o mercado da cidade Wuhan, província de Hubei, China.

identidade e se alimenta. É a “guerra cultural”, termo do vocabulário estadunidense que aqui vicejou.<sup>9</sup> E a quem cabe o poder pastoral, senão, no dizer dos segmentos cristãos conservadores e reacionários ao *justo*, ao *enviado de Deus* ou ao seu *profeta*. Por conservador entendo uma formação prático-imagética em que se recorre a um mito do passado áureo para resistir ou limitar o generalizado impacto de mudanças sociais-culturais e políticas do mundo moderno-contemporâneo sobre formações/hierarquias estabelecidas e reacionário, a ação ativa e agressiva de combate às configurações moderno-contemporâneas (familiares, sociais), uma tentativa de colonizar o futuro a partir de uma imagem, em geral distorcida e idealizada, de um passado glorioso de família e sociedade. O justo é perseguido, mas triunfará sobre os ímpios, governará a terra: imagens com semânticas plásticas e adaptáveis aos sentidos e práticas históricas concretas. Ainda que pregado dentro dos púlpitos e templos, não cai do céu e nem é entregue por anjos em bandejas reluzentes ao rebanho divino, ou seja, ao conjunto dos crentes que se acreditam salvos e remidos pelo sangue crístico. No acontecer histórico, as práticas e crenças religiosas nunca estiveram guardadas em gavetas para serem tiradas depois, para, por fim, mudarem seus sentidos e significados. O intercâmbio entre a ambiência interna e a externa, pautou as relações entre os grupos evangélicos, em sua diversidade interna, com a

9 A origem da ideia de guerra cultural localiza-se em círculos evangélicos fundamentalistas dos EUA nos anos 1980/1990, sua propagação no Brasil cresceu e chegou ao auge calcada em três temas, a família e a masculinidade heterossexual, a luta contra o aborto e a crença anticomunista. Sobre este aspecto, ver Silveira (2019).

cultura brasileira e suas variações locais/regionais e estruturais:<sup>10</sup> condições históricas e estruturais permitirem o extravasamento de suas ideias e crenças para toda sociedade.

O mote do Brasil como terra pagã, uma Babilônia dos Trópicos sem Deus, sem fé, nem rei e nem lei, é antiga, data ao menos do século XVIII.<sup>11</sup> Olhares estrangeiros assim definiram quando se aperceberam do que aqui se vivia, as tribos, as missões católicas, a vida bandeirante rasgando fronteiras afora, a violência extrativista e as resistências generalizadas (quilombos e indígenas, revoltas locais, regionais e nacionais) e movimentos de ressignificação (a formação de nossas expressões religiosas, nosso catolicismo, as religiões afro-brasileiras, a importação e adaptação – ou não – de correntes religiosas globais, como o pentecostalismo e kardecismo

.....  
10 Dois exemplos de como as correntes religiosas se transformam ao contato com as culturas e estruturas sociais podem ser citados: a adequação das Assembleias de Deus, corrente pentecostal interamericana que se expande pelo Brasil, às culturas patriarcais, tanto no sentido do controle de poder das associações e convenções nacionais de igrejas, as dinastias assembleianas no dizer de Marina Correa (2020) e o apagamento de um das fundadoras das Assembleias no Brasil, Frida Vingren, esposa de Gunnar Vingren. Essa mulher liderou, fundou jornais, participou da organização da igreja, mas, acabou submergida pela cultura patriarcal, retornou, após conflitos com os homens líderes, a Europa, foi perseguida, censurada e terminou num hospital de doentes mentais. Seu nome e sua história foram esquecidos e, mas, recentemente, foram recuperados por estudos na área de Ciências da Religião.

11 Segundo Sérgio Alcides, no texto *F, L e R: Gândavo e o ABC da colonização*. Para mais, ver: ALCIDES, Sérgio. *F, L e R: Gândavo e o ABC da colonização. Escritos*, Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 3, p. 39-53, 2010. Disponível em [http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero03/FCRB\\_Escritos\\_3\\_3\\_Sergio\\_Alcides.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero03/FCRB_Escritos_3_3_Sergio_Alcides.pdf). Acesso em: 22 de set. 2020.

e esotéricas e *new age*). Os grupos de missão e os grupos pentecostais que aqui aportaram entre meados do século XIX e a primeira década do século XX, oriundos de movimentos globais – dos EUA e Europa – ressignificaram a imagética do Brasil pagão: agora uma terra de missão, que precisa de trabalho religioso, sobre o corpo, os desejos, a fim de canalizar para a glória de Deus, expressa na vocação do trabalho disciplinado nas profissões e dentro de si mesmo. Nesse trabalho, coletivo (a igreja, em modo abstrato) e individualizante, conjugou-se a permanência do antigo imaginário herdeiro do catolicismo, popular e oficial, com um processo de irradiação e transformação semântica. A literatura tratou dos aspectos de divórcio/ruptura entre os diferentes grupos evangélicos e a cultura/culturas do Brasil, mas por outro lado, nos últimos tempos, tem-se enfatizado os aspectos de continuidade/casamento. Mas, sejam grupos protestantes-reformados de imigração-etnia (batistas, presbiterianos, luteranos alemães etc.), grupos missionários (metodistas, batistas, luteranos americanos), sejam pentecostais (assembleianos, quadrangulares) sejam grupos neopentecostais, todos podem ser pensados pela dialética entre continuidade-descontinuidade (esferas internas e externas) e a partir das permanências ou rupturas com linhagens transversais.

A convergência entre essas linhas e os padrões culturais e comunicacionais, mas mais importante, socioeconômicos das últimas quatro décadas, em especial, após o fim da Ditadura Militar (1964-1985), foi a base que permitiu o amplo trabalho ideológico que sustenta o governo Bolsonaro. Os grupos evangélicos e católicos reacionários são o mais forte sustentáculo de poderio e o coração pulsante da nova coalizão de poder. A preeminência dessa

configuração é capaz de abafar vozes evangélicas minoritárias e dissidentes – que existem, são distintas, como as mulheres evangélicas que lutam pela igualdade de gênero, os grupos que estão lançando candidatos às eleições de 2020 ligados às minorias (LGBTQIAs, negros, etc.), ou ao menos, é capaz de isolar as repercussões das dissidências internas pelo tecido religioso-social.<sup>12</sup> Aos quase dois anos de governo, uma divisão religiosa do trabalho de sustentação se desenha: reformados, pentecostais e neopentecostais exercem um forte trabalho ideológico, ancorados na resiliente taxa de aprovação do governo entre os evangélicos.<sup>13</sup> A esse grupo, agrego o

- .....
- 12 Segundo reportagem do jornal *El País*: “Evangélicos progressistas reagem contra homofobia de pastores e ensaiam avanço na política. Ala da igreja evangélica rechaça pregação por “medo do inferno” e uso deturpado de trechos bíblicos para criticar homossexuais. Grupo, também contrário à isenção de tributos a igrejas, prepara candidaturas em várias cidades do país em oposição às bancadas religiosas conservadoras”. Para mais, ver: PIREZ, Breiller. Evangélicos progressistas reagem contra homofobia de pastores e ensaiam avanço na política. *El País*. 20 Set. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-20/evangelicos-progressistas-reagem-contr-homofobia-de-pastores-e-ensaia-avanco-na-politica.html>> . Acesso em: 21 de set. 2020.
- 13 Em abril de 2020, segundo reportagem da *Folha de S. Paulo*: “Evangélicos têm tendência pró-Bolsonaro e relativizam mais coronavírus, indica Datafolha Pesquisa mostra que aprovação a presidente sobe nesse segmento religioso”. Para mais, ver: BÄCHTOLD, Felipe. Evangélicos têm tendência pró-Bolsonaro e relativizam mais coronavírus, indica Datafolha. *Folha de S. Paulo*. 10 de abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/evangelicos-tem-tendencia-pro-bolsonaro-e-relativizam-mais-coronavirus-indica-datafolha.shtml>. Acesso em: 21 de set. 2020. Segundo reportagem do jornal *Estado de São Paulo*: “Se depender de evangélicos, Bolsonaro será reeleito, diz líder da Assembleia de Deus. ROCHA, André Ítalo. Se depender de evangélicos, Bolsonaro será reeleito, diz líder da Assembleia de Deus. *O Estado*

catolicismo intransigente e contrarrevolucionário, que sempre marcou presença defensiva e combativa no espaço público e político, e o kardecismo austero e moralista, de atuação discreta, e eficiente, embebido do conservadorismo brasileiro, entendido como uma disposição histórica de resistência às desnaturalizações de hierarquias e moralidades. Não posso demorar-me na caracterização detalhada dessas forças, mas tomo como ponto de partida a mudança produzida no fim do século XIX e começo do XX pela separação entre Igreja e Estado e a entrada de novos atores religiosos e as reconfigurações de luta e força que se, por um lado, estabeleceram uma mínima formalidade de separação entre poder religioso e poder estatal (legislações, políticas públicas, etc.), mas entremeada de problemas práticos e lutas de reconquista religiosa cristã, basta lembrar da perseguição policial às expressões afro-brasileiras (candomblé, batuque, umbanda, tambor de mina, jurema) ao retorno do ensino religioso e a lentidão de processos de modernização. Temos questões não-resolvidas, pois, nenhum processo de poder é uniforme, sem ambiguidades ou resistências: das alianças e prestação de serviços mágicos afro-brasileiros às elites e autoridades republicanas, que realizavam/consumiam ora em segredo, ora público, às clivagens internas e dissidências políticas presentes nos grandes grupos religiosos (católicos e evangélicos defensores da laicidade estatal, por exemplo).

---

de São Paulo. 10 de mar. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,se-depender-de-evangelicos-bolsonaro-sera-reeleito-diz-lider-da-assembleia-de-deus,70003226970>. Acesso em: 21 de set. 2020.

O catolicismo culturalmente ligado à sociogênese brasileira, carrega tensões e continuidades entre suas distintas vertentes e expressões – populares, oficiais, místicas-extáticas, político-sociais – mas com uma marca: a difícil relação com a modernidade cultural-social, em especial na vertente do desejo e do erótico, e com a perda progressiva da hegemonia. O kardecismo, parido a partir do encontro – e desencontro – entre as correntes religiosas francesa-letrada-positivista e o catolicismo estável e ritualista, tornou-se uma força de grande expressividade no Brasil, influenciando práticas morais e sociais, não raro, em direção conservadora.<sup>14</sup> Apesar da presença de diversidade interna (regionais, simbólicas etc.) e das perspectivas de justiça e igualdade social nessas duas expressões religiosas, desde as práticas de solidariedade social – campanhas sociais, comunidades eclesiais de base e a teologia da libertação – catolicismo e kardecismo também convergiram na busca do justo. Quando o *kairós* – o tempo da graça (ou, no caso, da des-graça) – se assomou ao horizonte e espocou em 2018, uma nova configuração de forças amalgamou-se desde então. A ideia de terra pagã se transformou ao incorporar imaginários políticos, como o anticomunismo das direitas brasileiras, que, nascido desde o retorno da democracia em 1985, foi ressuscitado e se tornou, num crescendo, num imenso rótulo abrigador de toda oposição. A terra pagã é a terra do pecado: corrupção, intoxicação sexual da juventude e da infância; terra sem lei (ou com leis ímpias, como

.....  
 14 Os maiores líderes espíritas, como Bezerra de Menezes e Chico Xavier, provieram de um catolicismo mais social e outro mais agônico-popular e são marcados pelo sentido do sacrifício moral, do controle comportamental.

a do aborto legal, que precisam mudar), nem rei, (que precisa do homem forte, de pulso autoritário, ungido divino), e nem fé (que necessita do reinado dos justos: os cristãos que hegemonizam o poder executivo).

### O trabalho não-religioso: a hegemonia do neoliberalismo

A segunda força que se constituiu durante quarenta anos no mundo e no Brasil, e se misturou à ascensão religiosa evangélica de tom liberal-conservador, é econômica e surgiu após a crise fiscal do Estado de Bem-Estar, na Europa, e do *New Deal*, nos EUA. Há muitos aspectos, mas me prenderei a alguns que julgo essenciais: da queda do padrão-ouro nos anos 1970, que balizava o acordo de Bretton Woods<sup>15</sup> à crise pandêmica que trouxe indeterminação extrema aos caminhos socioeconômicos do neoliberalismo. O capitalismo de base neoliberal imperou: desregulação financeira cada vez mais intensa, globalização absoluta e integração global de cadeias produtivas capitalistas com redivisão geo-político-econômica da divisão do trabalho mundial. Nos 40 anos do império neoliberal, enquanto o mundo jazia sob as regências de Ronald Reagan (1981-1989), Margaret Thatcher (1979-1990) e o Papa João Paulo II (1979-2005), produzimos uma Constituição (1988) com tonalidade social-democrata, ênfase em direitos sociais, além dos liberais e civis, criação de estruturas e políticas públicas (SUS,

.....  
15 O acordo estabilizou o modo de produção capitalista após a Segunda Guerra Mundial, Mas, a perda de espaço dos EUA levou e uma ação unilateral de Richard Nixon e quebrou-se a paridade entre dinheiro e ouro, levando a moeda ao domínio do puramente fictício, sustentada pela fúria.

entre outras), função social da propriedade e mecanismos de contenção do capitalismo financeiro, posteriormente removidos.<sup>16</sup>

Na lição de Karl Marx<sup>17</sup> (2017), o capital é um feixe de relações, que busca sua própria perpetuação, composto de forças e meios de produção e, enfim, atingindo o auge no atual império do capital fictício (do clássico D-M-D' ao D-D-D'). No mundo, essa avalanche neoliberal casou-se, mais ou menos, com expressões quase antagônicas, em termos gerais, o ressurgimento de correntes religiosas conservadoras católicas e a explosão do pentecostalismo, que carrega dentro um dos princípios basilares do mundo moderno, o individualismo, mas em chave dramática e matizada pelos contextos cultural-histórico-sociais.

Implementado no Brasil a partir dos anos Collor de Mello (1990-1992) e de forma mais sistemática a partir dos anos FHC (1994-2001), o neoliberalismo encontrou alguma resistência durante a regência da centro-esquerda (2002-2015), mas seu avanço se deu em linha ascensional e conjugou-se com uma economia subalternizada: avanço das privatizações/concessões estatais e venda do patrimônio público. reformas previdenciárias (FHC-Lula-Bolsonaro), subordinação da economia e sociedade ao mercado financeiro/acionário (derivativos, dívida pública financiada, securitização),<sup>18</sup> câmbio apreciado, crescimento

.....  
16 Por exemplo, a cláusula constitucional que limitava os juros da dívida pública em 12% ao ano retirada no apagar do governo Fernando Henrique Cardoso, o segundo.

17 O livro III d'*O Capital* não foi terminado por Karl Marx. Suas anotações foram reunidas e comentadas por Friedrich Engels, seu amigo.

18 Ver Saad-Filho (2020).

explosivo do setor primário e de serviços, declínio acentuado do setor industrial, recuo e fragilização das políticas públicas de saúde, segurança, educação, legislações trabalhistas e sindicatos, desregulamentação do trabalho (uberização). O setor industrial, que na década de 1970, respondia por quase 28% da economia/sociedade, atualmente possui menos de 10% do PIB brasileiro com apenas 1 em cada 5 trabalhadores.<sup>19</sup> O restante dos trabalhadores está no setor primário (agronegócio, mineração, outros) que convive com avanço tecnológico (maquinaria e robótica), eliminando empregos, por um lado, e, por outro, com extrativismo selvagem, trabalho escravo ou está no setor de serviços, desregulados, precários, com baixa qualificação. A pejetização avança, e com ela, a ideologia do auto-empresendedor. Em paralelo, cresceram as alternativas de sociabilidade e organização social de cunho religioso (igrejas) ou criminal (milícias, tráfico e organizações de presos à moda do PCC). No dizer de Byung-Chul Han (2018, p. 14):

Diferente da suposição de Marx, a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção não pode ser superada através de uma revolução comunista: ela é de fato insuperável. É exatamente por causa dessa contradição intrínseca e permanente que o capitalismo escapa para o *futuro*. Assim, o capitalismo industrial se *mutacionou* em neoliberalismo e em capitalismo financeiro com modos de produção imateriais e pós-industriais [...] O neoliberalismo [...] torna o trabalhador em um *empresendedor*. [...] Hoje cada uma é um *trabalhador que explora a si mesmo* para sua própria empresa. Cada

.....  
19 WENTZEL, Marina. Brasil passa por desindustrialização precoce, aponta pesquisa da ONU. *BBC News Brasil*. 21 de set. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37432485>. Acesso em: 22 de set. 2020.

um é senhor e servo em uma única pessoa. A luta de classes também se transforma em uma *luta interior consigo mesmo* (Grifo do original).

A essa configuração, corresponde a sociedade das redes e bolhas digitais, fruto não-intencional do crescimento da pulverização/atomização que, por sua vez, provoca a necessidade de ancoragem e formação de identidade. Esse mundo está sob influência das gigantescas empresas eletrônicas de mídia e comunicação (Google, Facebook) e a ele se agrega sociedade do espetáculo, ou seja, a sociedade em que o fetiche máximo da mercadoria, o dinheiro fictício ou o capital em movimento de contínua reprodução, comanda como vivo, os mortos, isto é, todos nós e todas as nossas relações sociais. E não há religião mais afinada com esse *novo status quo* do que as religiões mágico-místicas-teatrais, em especial, as que fazem do indivíduo e sua alma, um campo de batalha interior em que o Mal e o Bem: o drama ético interior do burguês europeu do século XVI e XVII se torna, no Brasil, o teatro do exorcismo, o melodrama do amor pessoal de Deus. Em outras palavras, o cristianismo, em especial o de vertente carismático-pentecostal e neopentecostal, está profundamente afinado com a hegemonia da ideologia neoliberal, resultado da transmutação do capitalismo. Em sintonia com essa configuração, há o predomínio e a generalização de ideologias individualistas: do autocuidado, do ame a si, compre para si, ao empreendedor de si; do amor pessoal de deus/Divino no interior de cada um, às infâmicas *selfies* nas redes sociais; dos cursos de como obter dinheiro investindo financeiramente em produtos e serviços “mágicos” às terapias mítico-mágicas, concorrentes da medicina tradicional, baseadas na ideia de (*self*).

O encontro do povo santo com justo escolhido  
por Deus: o governo-endireitar

Na Terceira República (1985-2020), com seus problemas e heranças, como a anistia e a não-punição que abarcou, por exemplo, o perdão dos crimes cometidos pelo regime militarista (assassinatos, torturas, sequestro, desaparecimento de cadáveres), emergiu uma nova ordem social no contrapé do vendaval do neoliberalismo. Foram os anos de crescimento das igrejas neopentecostais e pentecostais e declínio da teologia da libertação e das comunidades eclesiais de base, movimentos com os quais o Partido dos Trabalhadores dialogava e construía uma agenda comum. Um personagem saído dos porões da Ditadura Militar (1964-1985), oficial reformado pelo exército por indisciplina nos anos 1980, acusado de planejar um atentado terrorista, embebido com a doutrina de Segurança Nacional,<sup>20</sup> triunfou nas sombras da democracia representativa, gradualmente restaurada após os anos de chumbo e autoritarismo.

Durante os anos da Terceira República (1985-2018), Bolsonaro ganhou eleições no Rio de Janeiro, integrou o baixo clero do Congresso com pautas corporativistas, aproximou-se dos antigos esquadrões da morte, sucedidos depois pelas milícias, em processo de metástase pelo Rio de Janeiro. Declarou voto em Ciro e em

.....  
20 Em especial a ideia de inimigo interno, e “comunista” ou “subversivo”, que era toda oposição ao regime, a pátria que deve ser amada acima de tudo e todos.

Lula,<sup>21</sup> votou contra a Reforma da Previdência de Michel Temer,<sup>22</sup> elogiou Hugo Chaves<sup>23</sup> e viu-se alçado a uma aliança com o ultraliberal Paulo Guedes.<sup>24</sup> O neoliberalismo, doutrina e prática em crise no mundo todo, em especial com o advento da Covid-19, chegou ao poder no Brasil. Todavia, seu puro desenvolvimento encontra inúmeros obstáculos: a desigualdade social e o racismo estrutural, imensos e atávicos. Amparado pelo direito de imunidade parlamentar, Bolsonaro colecionou polêmicas criadas em múltiplos espaços midiáticos (TV, jornal, redes sociais): do desejo que Fernando Henrique Cardoso e Dilma Rousseff morressem aos 30 mil que a Ditadura deveria ter assassinado; das agressões verbais/empurrão

- .....
- 21 Foi em 2002, assim, “Segundo Bolsonaro, não é estranho um representante histórico da direita trabalhar em favor de um esquerdista. ‘As coisas mudaram. Hoje, comunista toma uísque, mora bem e vai na piscina.’” ZANINI, Fábio. Bolsonaro dá apoio a comunista. *Folha de S. Paulo*. 19 de dez. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1912200206.htm>. Acesso em: 22 de set. 2020.
- 22 MARÉS, Chico. Na Câmara, Bolsonaro votou contra mudanças na Previdência que hoje defende como presidente. *Agência Lupa, Revista Piauí*. 5 fev. 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/02/05/bolsonaro-deputado-previdencia/>. Acesso em: 22 de set. 2020.
- 23 Diz a reportagem, “Bolsonaro defende Hugo Chávez em entrevista de 1999. Deputado afirmou que ex-presidente da Venezuela era ‘esperança para América Latina’ e que gostaria que sua ‘filosofia chegasse ao Brasil’”. REVISTA VEJA, Bolsonaro defende Hugo Chávez em entrevista de 1999. 12 de dez. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-defende-hugo-chavez-em-entrevista-de-1999/><https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-defende-hugo-chavez-em-entrevista-de-1999/>. Acesso em: 22 de set. 2020.
- 24 Ex-assessor de Guilherme Afif Domingos, ex-candidato a presidente da República em 1989.

à deputada federal Maria do Rosário (PT) à confissão de sexo com animais ou à defesa de violência física contra filhos gays, caso tivesse um. Casado três vezes, votou pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT) e elogiou o sádico-cruel torturador, Brilhante Ustra. Pouco depois, quando o processo de impedimento estava no Senado (2016), era batizado pelo Pastor Everaldo,<sup>25</sup> dirigente do PSC (Partido Social Cristão), hoje acusado e preso por ampla corrupção no estado do Rio de Janeiro.<sup>26</sup> Ambos de túnica branca, estavam no Rio Jordão. No mítico rio, marcava-se simbolicamente a adesão do futuro justo revelado e pastor d'almas, ao grupo evangélico político-midiático hegemônico, se diz representante de todo o mundo cristão-evangélico.<sup>27</sup>

O justo oculto, católico de batizado, filiado a um partido nacional de aluguel, depois de tentar entrar em partidos maiores, foi, enfim, encontrado e levado ao Palácio do Planalto nos ombros das classes financistas/rentistas/tecnocratas, dos cristãos reacionários

.....  
25 JORNAL EXTRA, Enquanto votação do impeachment acontecia, Bolsonaro era batizado em Israel. 12 de mai. 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/enquanto-votacao-do-impeachment-acontecia-bolsonaro-era-batizado-em-israel-19287802.html>. Acesso em: 22 de set. 2020.

26 JORNAL EXTRA. STJ prorroga prisão do Pastor Everaldo e defesa trata decisão como 'desnecessária'. 2 de set. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/stj-prorroga-prisao-do-pastor-everaldo-defesa-trata-decisao-como-desnecessaria-24619398.html>. Acesso em: 22 de set. 2020.

27 Um detalhe pouco notado na trajetória de Bolsonaro parece ter impacto positivo entre os evangélicos. O terceiro casamento, com a atual esposa, Michele Bolsonaro, evangélica e ex-assessora de gabinete do presidente, ocorreu em 2007, no civil e em 2013, no religioso, em cerimônia presidida pelo pastor Silas Malafaia.

e dos ruralistas/extrativistas. O justo líder movia-se nos porões do Congresso Nacional, pronunciava discursos anacrônicos em plenário vazio, exaltava a Ditadura Militar e o seu herói, Carlos Brilhante Ustra, notório torturador, desprezado pelas elites militares golpistas, defendia valores familiares e religiosos reacionários, ou seja, os de uma parcela do povo e, ainda assim, inflados. Os analistas confundem-se e atribuem a Bolsonaro, movimentos de golpe de Estado, o que está equivocado por diversos motivos. Destaco o contexto histórico, a estrutura sócio-econômica-cultural e a biografia não são iguais nas épocas da Ditadura e do tempo presente. A história não se repete: as tendências e fatores sociais e econômicos são distintos, evoluem e se redesenham constantemente. Segundo, ao ser expulso do Exército, e depois aposentado, Bolsonaro foi forçado a se mover pelas beiradas da democracia representativa liberal. Durante mais de vinte e cinco anos, ele venceu eleições para deputado, conhece bem o baixo clero parlamentar e o *modus operandi* congressual, a corrupção miúda. Suas ideias se tornaram um oxímoro: por um lado, libertarismo irresponsável (liberdade individual absoluta, por exemplo, não usar cadeirinha de criança no carro,<sup>28</sup> sonegação de impostos,<sup>29</sup> pescar

- 
- 28 BRANT, Danielle. Para Bolsonaro ‘nem precisava de lei’ sobre transporte de criança em cadeirinha. *Folha de S. Paulo*. 6 jun. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/para-bolsonaro-nem-precisava-de-lei-sobre-transporte-de-crianca-em-cadeirinha.shtml>. Acesso em: 22 de set. 2020.
- 29 ESTADO DE MINAS. Bolsonaro defende guerra civil no Brasil e sonegação de impostos em vídeo de 1999. 29 de ago. 2018. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/29/interna\\_politica,984474/](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/29/interna_politica,984474/)

em área proibida<sup>30</sup>) e, por outro lado, ligações com corporações legais e grupos à margem da lei: defensor de pautas das forças de segurança e suas famílias e proximidade com as milícias e seus familiares que, inclusive, trabalharam em seu gabinete.<sup>31</sup>

Terceiro, a confusão entre duas República e Democracia Representativa Liberal (DRL).<sup>32</sup> A primeira, de herança romana, diz respeito à coisa comum (o que é de todos) sob o cuidado das estruturas de poder e de liturgia civil (executivo, legislativo, judiciário) e suas instituições (justiça, polícia, escola, leis constitucionais), está calcada na impessoalidade e imparcialidade e aco- pla-se à Democracia, de origem grega, ampliada com o advento da modernidade ocidental. Dentre os seus significados mais formais, a DRL apela à liberdade de crença e de expressão, de ir e vir, o direito de eleger e ser eleito dentro de um sistema de delegação de poderes aos representantes (partidos, câmaras etc.). Bolsonaro, em seu fazer, não fere a DRL, até porque venceu nela, teve votos,

.....  
bolsonaro-defende-guerra-civil-no-brasil-e-sonegacao-de-impostos-em-vi-  
shtml. Acesso em: 22 de set. 2020.

- 30 NOTÍCIAS STF. 2ª Turma julga improcedente denúncia contra deputado Jair Bolsonaro por crime ambiental. 1 de mar. 2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=311098>. Acesso em: 22 de set. 2020.
- 31 CALIXTO, Larissa. Dez fatos que ligam a família Bolsonaro a milicianos. Congresso em Foco. 23 dez. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/congresso-em-foco/dez-fatos-que-ligam-a-familia-bolsonaro-a-milicianos/>. Acesso em: 22 de set. 2020.
- 32 A saída do impasse e da crise da democracia representativa é a democracia social, participativa, mais densa e mais politizada, ou seja, o controle público do Estado e de suas políticas.

ainda que se possa levantar problemas.<sup>33</sup> Mas ele fere a República ao destruir o sentido do público: nomear o procurador geral da república fora da lista tríplice, manter ministros que vão de encontro aos cargos e funções (o ministro do meio-ambiente que não o protege, por exemplo). O enfraquecimento República afeta a democracia, a liberal-representativas e a social-participativa.

Da campanha ao governo: as linhas gerais do domínio neoliberal-fascista-religioso<sup>34</sup>

A campanha para presidente de 2018 foi cheia de acidentes e problemas: os gabinetes do ódio de *uatsaps*<sup>35</sup> – criados/mantidos com dinheiro público e investimento privado – a divisão das esquerdas, o pânico moral, a rejeição ao Partido dos Trabalhadores por conta do envolvimento com corrupção econômica, o partidarismo político do poder judiciário (Lava-Jato), a famosa campanha anticorrupção.<sup>36</sup> Precisamos considerar que o amplo

.....  
33 Aqui é o problema da DRL: distorções econômicas e sociais, por exemplo, compra de votos, poder de grupos como as milícias e grupos religiosos evangélicos na tentativa de influenciarem os votos.

34 De cunho subjetivo, comportamental e não político-estrutural.

35 Antes que os leitores estranhem, exerço a antropofagia cultural linguística.

36 O ex-presidente Lula da Silva foi impedido de concorrer às eleições em um processo viciado. Pouco depois, o juiz que o julgou aceitou o convite do ex-capitão e se tornou o ministro da justiça. Em maio de 2020, por divergências internas, Sérgio Moro deixou o governo acusando o presidente Jair Bolsonaro de interferir na Polícia Federal para proteger seus filhos das investigações por corrupção e por fomento do ódio à democracia. As investigações avançam sobre Carlos Bolsonaro (políticos e empresários também), por chefiar o gabinete do ódio e atentar contra a democracia ao fomentar ataques a ministros do

senso-comum neoliberal (indivíduo empreendedor de si) e a ideologia de classe média que reduzem a política, o Estado e os problemas sociais aos termos de roubar ou não-roubar (honestidade pessoal), impediram discussões profundas e beneficiaram a imagem de Bolsonaro como alguém que se contrapôs aos corruptos e desonestos, ao *establishment*. Ainda que estivesse dentro dos esquemas miúdos de propina e corrupção, isso não importou, de fato, na campanha. Grande parcela da população, inclusive a evangélica, votou numa miragem e desconhecia os labirintos da tosca figura. Para a formação da miragem, contou a aura de martírio: o real atentado à faca. Fugiu aos debates no curto tempo de exposição eleitoral nas mídias e não se pôde conhecer mais o então candidato. Os memes nos *uatsaps* familiares ou nos *uatsaps* robóticos pagos, faziam circular imagens as mais sincréticas: de cavalo branco com vestes de cruzado e espada em riste; sentado, cabeça baixa, como se psicografasse, e, atrás, a imagem diáfana de Jesus; com anjos, marchando contra uma turba indistinta, ora com cores vermelhas e vagas referências a esquerda, ora contra dinossauros. O trabalho religioso o colocava como porta-voz de Deus, servo escolhido, o que ia implementar a pastoral das almas fortes, deixando perecer as fracas, as incapazes, as indignas. O verde-amarelo se tornou a cor litúrgica do bolsonarismo e o lema da campanha evidencia o amálgama religioso, “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, capaz de galvanizar setores conservadores

.....  
Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Nacional e sobre Flávio Bolsonaro, acusado de se apropriar de parte do salário dos funcionários de seu gabinete parlamentar para embolsar e de estar articulado com grupos criminosos da cidade do Rio Janeiro - as milícias - compostos por ex-policiais e policiais.

das diversas expressões religiosas. Pelo bem ou pelo mal, o justo foi encontrado. Durante a campanha, a imagem de Bolsonaro apareceu ligada a símbolos religiosos. Duas imagens expressam o trabalho religioso e sua ligação com o conservadorismo moral e exaltação religiosa, que provavelmente se estenderão ao próximo horizonte eleitoral majoritária, o de 2022:



Fonte: mensagens de WhatsApp recebidas pelo autor, em novembro de 2018.

Em 2006, quando Lula da Silva (PT) disputou o segundo turno com Geraldo Alckmin (PSDB), sob o impacto do caso da compra de apoio de deputados, conhecido como mensalão,<sup>37</sup> 55% dos evangélicos votaram no ex-presidente. Por outro lado, o tema moral-religioso não foi a tônica central como na eleição de 2010, disputada entre José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) e que trouxe a questão do aborto com força, segundo Pierucci (2011). O que ocorreu, após 12 anos, para ocorrer uma grande inversão, dando ao candidato da extrema-direita, do *status quo* neoliberal/rentista/ruralista, mais de 65% dos votos dos evangélicos, é ainda um fenômeno a se problematizar. A sucessão de eventos que redundou na vitória da aliança liberal-conservadora e do neoliberalismo é imensa, mas gostaria de conectar duas plataformas, a econômica e a político-social a partir de uma leitura delimitada em torno de elementos pouco destacados nas análises em geral. A contínua erosão e subordinação do setor industrial ao setor financeiro-rentista, desmesurado e sem regulação mínima, fragilizou a base social das esquerdas partidárias e esgarçou o antigo pacto classista entre o Partido dos Trabalhadores/esquerdas/sindicatos/movimentos sociais e as classes altas/financistas/rentistas/ruralistas/extrativistas.<sup>38</sup> O sistema presidencial pós-Collor, que tinha como ponto de

- .....
- 37 Antes do caso da Petrobrás, esse caso evidenciou o problema das relações promíscuas entre governo, empresas estatais e políticos: trocas de favores, propinas e indicações que, se não são crime tipificado ou crime com grande punição, integram um procedimento ético duvidoso. A Lava-Jato forçou a barra ao criminalizar essas condutas e cercear de direitos e garantias legais da defesa.
- 38 Alfredo Saad Filho (2020) diz que a principal característica da acumulação de capital no Brasil foi a continuidade do neoliberalismo em duas variedades:

equilíbrio o peemedebismo e o centrão,<sup>39</sup> sustentou o governo das esquerdas institucionais, mas dificultou reformas estruturais que estas desejam implementar. A tentativa de contornar esse sistema comprando apoio, a partir de velhos esquemas de corrupção, desgastou a imagem da esquerda governista.

Em 2013,<sup>40</sup> o solo da representação política tremeu, as multidões tomaram as ruas, a “revolução do indivíduo” se espalhou de São Paulo para o Brasil, questionou o sistema representativo, exigiu a ampliação dos serviços públicos e escancarou a presença de variadas cores políticas sociais-libertárias, como o anarquismo. A esquerda governista oscilou entre apoiar e reprimir.<sup>41</sup> Com as multidões tomando as ruas, temeu perder o controle da representação, ficou ao lado dos parceiros do pacto de classes e lançou mão do aparato repressivo (em nível federal e estadual) com as GLOs

---

inclusiva (2003–2010) e desenvolvimentista (2011-2016). O apego do PT ao neoliberalismo foi mitigado pelo compromisso (inconstante) do partido com resultados de desenvolvimento (moderados), redistribuição de renda (na margem), inclusão social (dentro de limites estreitos) e democratização do estado (limitado pela Constituição de 1988).

- 39 Do antigo PMDB. Centrão: nome dado ao grupo de deputados fisiologistas, com tamanho que varia entre 180 e 230 parlamentares, que barganham votos em troca de poder e influência no Congresso.
- 40 A narrativa brasileira insere na série de vendavais que emergiram um pouco antes e um pouco depois da crise financeira de 2008: *Occupy Wall Street*, Primavera Árabe, entre outros. Ver Saad-Filho (2013).
- 41 Lula da Silva chegou a dizer que a fonte do protesto era o desejo de ampliar os serviços públicos. Dilma recebeu algumas lideranças e a propôs uma reforma política. Todavia, as forças de esquerda governista não quiseram arriscar e deixaram-se cooptar-se pelos parceiros do pacto classista.

(Garantias da Lei e da Ordem).<sup>42</sup> Após anos de marasmo e melancolia política – os grandes movimentos de luta pela democracia estavam muito atrás, em 1984-85, as Diretas-Já e em 1992, com a caída de Collor – o grande movimento de 2013 sofreu uma forte repressão, o que deixou a avenida livre para a extrema-direita e a direita que, apesar de estarem nas ruas também – estavam em números inexpressivos. Segundo Saad Filho (2020, p. 10), “as realizações nessas áreas [social, educacional, política, econômica, midiática] foram ainda mais limitadas pela incapacidade ou falta de vontade do PT em enfrentar a institucionalização do neoliberalismo nos campos da economia, política, ideologia, mídia e relações de classe”.<sup>43</sup>

.....

42 Instrumento aperfeiçoado durante o governo Dilma, sob a batuta do ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso a partir de legislação anterior, uma lei complementar de 1999, no governo FHC, que regulava a organização, preparo e emprego das forças armadas. Foi publicado em março de 2013 e usado nas Jornadas de Junho de 2013. As GLOS estabelecem o primado do Estado de Exceção e perda total dos direitos quando aplicada. É preciso, por isso, circular uma versão, contrária àquelas das esquerdas oficiais que puseram negativamente Junho de 2013. Menciono Camila Jourdan (2018), professora de filosofia da UERJ, ex-coordenadora do programa de pós-graduação em Filosofia, que, junto com outras 22 pessoas, foi presa e processada de forma sumária, sem direitos, com base na GLO dilmista. 2013 teve muito de ventos anarquista e libertário à esquerda.

43 Um dos elementos deixados para trás foi a Lei da Renda Básica da Cidadania, aprovada pelo Congresso e sancionada em 2004 De autoria de Eduardo Suplicy (PT), previa a expansão, gradual e escalonada por faixa de renda um auxílio financeiro, na direção de um auxílio substancial para todos os residentes no país.

A partir de 2014, a campanha moralista da Lava-Jato e os embates religiosos-morais dos evangélicos reacionários tomaram as ruas em confronto com as esquerdas institucionais. Essa eleição marcou uma forte oscilação do PT/Dilma que, assinalou uma direção de esquerda, mas dobrou à direita, dando continuidade ao pacto neoliberal. A perda de capital político se acentuou junto aos movimentos sociais, setores populares, sobreveio o movimento do *impeachment* em 2015/2016 e rompeu-se o pacto de classes, que excluiu os trabalhadores, pulverizados, uberizados, atomizados. Por diversas vezes, desde Fernando Collor, José Serra, Geraldo Alckmin e Aécio Neves, o neoliberalismo, por meio da direita, tentou chegar ao poder sem o pacto com as classes trabalhadoras ou alguma concessão às esquerdas e o candidato que se mostrou viável era o justo oculto, Bolsonaro, uma aposta de vitória por uma rara combinação de fatores. Em 2018, o pacto passou a ser feito por cima, entre tecnocracia, classes altas (financistas, rentistas) e agregados do antigo pacto (ruralistas/extrativistas, carismáticos e evangélicos), inclusive a grande imprensa, embebida da ideologia neoliberal.

Não poderei deter-me na elucidação desse conjunto de fatores, mas, o fato é que, ao final do pleito de 2018, contados aproximadamente 104 milhões e 838 mil votos válidos<sup>44</sup> o pastor

.....

44 Os votos nulos, as abstenções e os brancos, os que não entram na soma dos votos válidos, foram mais de 35 milhões. Cabe observar que somando os votos do segundo colocado, mais os não-válidos, temos mais de 80 milhões de votos que não foram para o presidente Bolsonaro.

das almas fortes e o justo revelado, ganhou a eleição.<sup>45</sup> Os votos católicos para o candidato. <sup>46</sup> Em todos os segmentos religiosos, Jair Bolsonaro obteve, no mínimo, 30%, um terço dos votos, mas distribuídos desproporcionalmente: menor nos setores afro-brasileiros, sem-religião e ateu, maior no segmento evangélico (pentecostal, neopentecostal e histórico, respectivamente). A imagem religiosa de Bolsonaro é marcada por um investimento (trabalho) em atos simbólicos: em 2019, ele compareceu a um dos maiores eventos evangélicos, a Marcha para Jesus da cidade de São Paulo que reuniu entre 2 e 3 milhões de fiéis, se faz presente em cultos, instrumentaliza eventos religiosos, convoca cristãos (católicos e evangélicos) para eventos e confabulações que destroem a laicidade (Consagração ao Imaculado Coração de Maria e Jejum Nacional entre outros, ambos em 2020). Em 2019, observaram-se grupos evangélicos empunharem Bíblias e grupos católicos rezarem diante de imagens da Virgem de Fátima, ambos a pedir benção para o governo, o livramento do “comunismo”, a reforma da previdência, a liberação das armas, a proibição do aborto e do casamento gay, o fechamento do Congresso Nacional e da Suprema Corte. Após a pandemia do coronavírus, a maioria das igrejas e líderes evangélicos repercutiu a postura do presidente que colocou a economia como corpo da nação acima de tudo e de todos: minimização da gravidade, defesa da abertura

45 INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. 01 de nov. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 22 de set. 2020.

46 Idem, ibidem.

de comércio e templos, resistência ao uso de máscaras, apelo ao uso de cloroquina, remédio sem eficácia comprovada. O que se viu em alguns púlpitos evangélicos foi a oferta mágica de cura, a solução “milagrosa”, assim como “milagrosa” é a postura de ser auto-empresendedor, investir na bolsa ou em algum produto ou aplicativo financeiro que, em questão de segundos ou minutos, devolverá prosperidade e riqueza. O presidente participou (e participou) de cultos religiosos cristãos, recebeu de seus líderes, imposição de mãos como símbolo da unção divina, marcou audiências exclusivas com grandes igrejas pentecostais e neopentecostais e é sensível aos seus apelos, inclusive de ajuda financeira.<sup>47</sup> Deus tornou-se uma pirâmide financeira: quem não recebe a “bênção”, foi por falta de fé do investidor-crente-devedor, uma enorme culpabilização individual. Por outro lado, o governo Bolsonaro acabou forçado pelo Congresso e pela sociedade civil organizada – depois de confrontos com governadores, prefeitos e STF – a prover um auxílio emergencial aos setores vulneráveis e isso promoveu uma das maiores distribuições de renda das últimas décadas.<sup>48</sup> O governo, atropelado por constantes conflitos, tenta

.....

47 Segundo reportagem da Revista Piauí: “Quatro igrejas respondem, juntas, por mais de 20% da dívida total das igrejas e associações religiosas. São elas a Igreja Internacional da Graça de Deus (R\$ 145,3 milhões), a Igreja Mundial do Poder de Deus (R\$ 90,5 milhões), a Igreja Apostólica Renascer em Cristo (R\$ 33,4 milhões) e a Associação Vitória em Cristo (R\$ 35,7 milhões).” MAZZA, Luigi; BUONO, Renata. Dízimos e dívidas. *Revista Piauí*. 21 de set. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/dizimos-e-dividas/>. Acesso em: 21 de set. 2020.

48 Não poderei aprofundar a temática da relação entre Covid-19, religião e Bolsonaro. Será a Covid-19 um golpe no neoliberalismo, capaz de pressioná-lo? Ver: Saad-Filho, (2020 b).

conciliar a continuidade do auxílio emergencial com a ordem neoliberal pura. Uma conta que está em aberto.

Sustenta o bloco hegemônico também, o gabinete do ódio, como a grande imprensa denominou – estruturado em torno do filho presidencial, Carlos Bolsonaro – que promoveu durante as eleições e agora, durante a pandemia, ataques a pessoas e instituições, mas foi limitado por ações do STF no inquérito sobre as *fakenews*, autorizado pelo ministro Dias Toffoli e conduzido pelo ministro Alexandre de Moraes. O gabinete do ódio envolve uma rede ampla de financiamento privado e público (verbas governamentais em *sites* e *blogs* de extrema-direita) e contou com a participação de blogueiros religiosos, como os católico-reacionários Bernardo Küster e Allan dos Santos, um é investigado, o outro fugiu do país.<sup>49</sup> Esse trabalho religioso de religiosos-reacionários nas mídias sociais, está *pari passu* à ascensão das bolhas de infor-

.....  
49 Do portal de notícias UOL: “Diretor de site de Olavo de Carvalho sofre buscas da PF”. MILITÃO, Eduardo. Diretor de site de Olavo de Carvalho sofre buscas da PF. *UOL Notícias*. 27 de mai. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/27/bernardo-kupster-diretor-olavo-carvalho-buscas-policia-federal-fake-news.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 22 de dez. 2020. O jornal Valor Econômico diz: “Blogueiro bolsonarista Allan dos Santos diz que saiu do Brasil para se proteger. Alvo de duas operações de busca e apreensão ordenadas pelo STF, ele não afirmou em que país está.” BERGAMO, Mônica. Blogueiro bolsonarista Allan dos Santos diz que saiu do Brasil para se proteger. *Valor Econômico*. 31 de jul. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/07/31/blogueiro-bolsonarista-allan-dos-santos-diz-que-saiu-do-brasil-para-se-proteger.ghtml>. Acesso em: 22 de set. 2020.

mação e consumo dando a impressão de que os extremistas de direita são maioria, embora não sejam.

Existem algumas condições estruturais que permitem a proliferação agônico-midiática que mistura e mistifica imagens. É possível dizer que as redes sociais, capturadas e concentradas em grandes empresas transnacionais, acabaram por se tornar o espaço da pós-verdade, que entendo como a perda ou o abandono do regime de verificação de verdade e de falsidade e a ascensão do regime do absurdo, do caótico, do surreal, do exótico ao extremo. Um dos fatores é a formação de bolhas, nas quais imergimos. O *marketing* e a marca dos produtos transformam-se em identidade, independentemente de seu conteúdo. Os indivíduos atomizados pela ordem liberal e avanço de ideologias religiosas individualistas são reagrupados nas bolhas consumistas-midiáticas. A necessidade de manutenção ou de expansão dessas bolhas, ocorre pelo engajamento emocional promovido porque se busca o inusitado, o absurdo, uma suposta realidade real – a pós-verdade – que parece ser mais real do que tudo, o efeito da intensificação dramática do real (Badiou, 2017).

Pierucci (2006, p. 127) observou o avanço do pentecostalismo e neopentecostalismo nas classes baixas-populares e entre negros e o entendeu a partir de conceitos weberianos:

*A religião universal de salvação individual*, forma religiosa que no desenvolvimento geral da cultura tende a predominar sobre as demais, funciona como um dispositivo de *Vergemeinschaftung*, de comunidade *in fieri*, que entretanto e para tanto *des-liga* as pessoas de sua cultura-mãe, de um contexto cultural que antes lhes parecia natural e, portanto, congenial. Destribaliza o índio e des-terri-

torializa (melhor: des-localiza) o vizinho, fazendo do estranho o verdadeiro próximo, o verdadeiro irmão num laço de fé outro que o protende e projeta numa outra relação com a temporalidade de seus laços sociais, que remove o mais próximo para o passado enquanto projeta no estranho o doravante-próximo. [...] Quer um solvente cultural universal? Pegue uma religião de tipo soteriológico congregacional, receita Weber. “Pegue e pague”, hão de acrescentar nossos neopentecostais.

Uma lição weberiana que Pierucci (2006) não disse no texto: os laços puramente abstratos religiosos tendem a “secularizar-se” e a desenvolverem formas não-intencionais, distantes de suas originais direções. Em ambientes de aceleradas mudanças sociais, culturais, tecnológicas e econômicas, as expressões religiosas que se entendem como estruturas eternas e necessárias, são forçadas movimentar-se em três direções: a fabricação de justificativas para sua própria existência, o ataque a posições contrárias, vistas como não-universais, particulares e o cultivo de um comunitarismo fechado, autorreferente. Grupos sociais frustrados com as crises desenvolvem um sentimento da perda do mundo: expropriados, e sob a ideologia do empreendedorismo neoliberal, não conseguem obter a assistência de políticas públicas, desmontadas e reduzidas em prol do movimento do capital em busca de sua autorreprodução. Ao invés de serem ampliadas e aprofundadas, temos o contrário, o recuo das políticas públicas, a fragmentação, rarefação e apropriação por parte de grupos e oligarquias que os instrumentalizam. Nesse vácuo, sociabilidades religiosas e criminais-desviantes (milícias e narcotráfico), às vezes em associação explícita, crescem, corroem a coesão normativo-laica-republicana.

Faço uma aproximação entre Saad Filho (2020), Han (2018) e Pierucci (2006; 2011) e proponho que duas violentíssimas forças de individualização e expropriação social, a religião universal de salvação individual e o neoliberalismo, religião universal capitalista de salvação individual, são dois trabalhos em andamento, estão em profunda complementação com as correntes reacionárias religiosas e constituem o solo atual do campo religioso, político e socioeconômico. A narrativa cristã religiosa da luta contra o demônio – dentro de si ou contra um inimigo externo, obviamente inventado – sob a forma de ameaça concreta (drogas, crimes, desemprego, fome), faz amplo sentido, sequestra e castra a vontade de mudança de amplos setores que vivem riscos de sobrevivência cotidianamente e as submete ao controle de representantes religiosos e políticos. Há resistências: movimentos provindos do próprio capitalismo que, por exemplo, ampliam o mercado em direção às minorias e entram em choque com o caráter reacionário da sociedade brasileira, movimentos das minorias (LGBTQIAs, negro, feministas) a exigir direitos e reconhecimento, as oposições das esquerdas (partidárias-institucionais e não-institucionais), a ação anarquista-libertária. Mas, por conta do espaço, não poderei debruçar-me como merecem. Por fim, há as complexidades dos pesos e contrapesos do sistema republicano e democrático e as investigações em curso contra a família Bolsonaro. O imenso custo social-econômico de miséria e desamparo dão os limites do governo dos justos e da pastoral das almas. Mas, nada virá se não solicitarmos a libertação do gozo erótico das garras neoliberais e ressignificarmos Maio de 1968, Primavera de Praga e Árabe, *Occupy Wall Street*: é preciso ir às nossas perife-

rias e favelas, é preciso fazer circular os corpos desempregados, negros, camponeses, femininos, jovens, indígenas, LGBTQIAs em todos os espaços. Há esperanças de outro mundo possível e, embora não haja caminho, este só se faz ao misturarmos o gozar, o erótico, à potência de existir. *Se hace camino al andar/Al andar se hace camino/Y al volver la vista atrás/Se ve la senda que nunca/Se ha de volver a pisar* (Joan Manuel Serrat/Cantares).

## Referências

ALCIDES, S. F, L e R: Gândavo e o ABC da colonização. *Escritos*, Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 3, p. 39-53, 2010. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero03/FCRB\\_Escritos\\_3\\_3\\_Sergio\\_Alcides.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero03/FCRB_Escritos_3_3_Sergio_Alcides.pdf). Acesso em: 22 de set. 2020.

BÄCHTOLD, F. Evangélicos têm tendência pró-Bolsonaro e relativizam mais coronavírus, indica Datafolha. *Folha de S. Paulo*. 10 de abr. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/04/evangelicos-tem-tendencia-pro-bolsonaro-e-relativizam-mais-coronavirus-indica-datafolha.shtml>. Acesso em: 21 de set 2020.

BADBIOU, A. *Em busca do real perdido*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BERGAMO, M. Blogueiro bolsonarista Allan dos Santos diz que saiu do Brasil para se proteger. *Valor Econômico*. 31 de jul. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/07/31/blogueiro-bolsonarista-allan-dos-santos-diz-que-saiu-do-brasil-para-se-proteger.ghtml>. Acesso em: 22 de set. 2020.

BERGAMO, Mônica. Bolsonaro diz que novo ministro do STF tem que ‘tomar cerveja’ com ele. *Folha de S. Paulo*. 21 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2020/09/bolsonaro-diz-que-novo-ministro-do-stf-tem-que-tomar-cerveja-com-ele.shtml>. Acesso em: 22 de set. 2020.

CALIXTO, Larissa. Dez fatos que ligam a família Bolsonaro a milicianos. *Congresso em Foco*. 23 de dez. 2019. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/congresso-em-foco/dez-fatos-que-ligam-a-familia-bolsonaro-a-milicianos/>. Acesso em: 22 de set. 2020.

CORREA, M. *Dinastias assembleianas*. Sucessões familiares nas igrejas das Assembleias de Deus no Brasil. São Paulo: Recriar, 2020.

ESTADO DE MINAS. Bolsonaro defende guerra civil no Brasil e sonegação de impostos em vídeo de 1999. 29 de ago. 2018. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/29/interna\\_politica,984474/bolsonaro-defende-guerra-civil-no-brasil-e-sonegacao-de-impostos-em-vi.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/29/interna_politica,984474/bolsonaro-defende-guerra-civil-no-brasil-e-sonegacao-de-impostos-em-vi.shtml). Acesso em: 22 de set. 2020.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I*. A vontade de saber. São Paulo: Paz & Terra, 2014.

G1 MT. Em Mato Grosso, Bolsonaro diz que ficar em casa durante a pandemia de Covid-19 'é para os fracos' *Portal G1*; 18 de set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2020/09/18/em-mato-grosso-bolsonaro-diz-que-ficar-em-casa-durante-a-pandemia-de-covid-19-e-para-os-fracos.ghtml>. Acesso em: 21 de set. 2020.

GUATTARI, F. Micropolítica do fascismo. In: GUATTARI, Félix. *Revolução molecular*. Pulsões políticas do Desejo. São Paulo: Brasiliense, p. 173-189.

HAN, B-C. Psicopolítica. *O neoliberalismo: as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Ayiné, 2018.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. 01 de nov. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 22 de set. 2020.

JORNAL EXTRA, Enquanto votação do *impeachment* acontecia, Bolsonaro era batizado em Israel. 12 de mai. 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/enquanto-votacao-do->

impeachment-acontecia-bolsonaro-era-batizado-em-israel-19287802.html. Acesso em: 22 de set. 2020.

JORNAL EXTRA. STJ prorroga prisão do Pastor Everaldo e defesa trata decisão como 'desnecessária'. 2 de set. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/stj-prorroga-prisao-do-pastor-everaldo-defesa-trata-decisao-como-desnecessaria-24619398.html>. Acesso em: 22 de set. 2020.

JOURDAN, C. 2013. *Memórias e resistências*. São Paulo: HEDRA, 2018.

MARÉS, C. Na Câmara, Bolsonaro votou contra mudanças na Previdência que hoje defende como presidente. *Revista Piauí*. 5 de fev. 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/02/05/bolsonaro-deputado-previdencia/>. Acesso em: 22 de set. 2020.

MARX, K. *O capital*. Crítica da economia política. O processo global da produção capitalista [Livro III]. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAZZA, L.; BUONO, R. Dízimos e dívidas. *Revista Piauí*. 21 de set. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/dizimos-e-dividas/>. Acesso em: 21 de set. 2020.

MILITÃO, E. Diretor de site de Olavo de Carvalho sofre buscas da PF. *UOL Notícias*. 27 de mai. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/27/bernardo-kupster-diretor-olavo-carvalho-buscas-policia-federal-fake-news.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 22 de dez. 2020.

NOTÍCIAS STF. 2ª Turma julga improcedente denúncia contra deputado Jair Bolsonaro por crime ambiental. 01 de mar. 2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=311098>. Acesso em: 22 de set. 2020.

PIERUCCI, A. F. Religião como solvente-uma aula. *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, 75, julho 2006, p. 111-127. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n75/a08n75.pdf>. Acesso em: 22 de set. 2020.

PIERUCCI, A. F. Eleição 2010: desmoralização eleitoral do moralismo religioso. *Novos Estudos*, CEBRAP, São Paulo, n. 89, março 2011, p. 5-15. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n89/01.pdf>. Acesso em: 22 de set. 2020.

PIRES, Breiller. Evangélicos progressistas reagem contra homofobia de pastores e ensaiam avanço na política. *El País*. 20 de set. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-20/evangelicos-progresistas-reagem-contr-homofobia-de-pastores-e-ensaiam-avanco-na-politica.html>. Acesso em: 21 de set. 2020.

REVISTA VEJA, Bolsonaro defende Hugo Chávez em entrevista de 1999. 12 dez. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-defende-hugo-chavez-em-entrevista-de-1999/>. Acesso em: 22 de set. 2020.

ROCHA, André Ítalo. Se depender de evangélicos, Bolsonaro será reeleito, diz líder da Assembleia de Deus. *O Estado de São Paulo*. 10 de mar. 2020. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,se-depender-de-evangelicos-bolsonaro-sera-reeleito-diz-lider-da-assembleia-de-deus,70003226970>. Acesso em: 21 de set. 2020.

SAAD-FILHO, A. Mass Protests under ‘Left Neoliberalism’: Brazil, June-July 2013, *Critical Sociology*, Londres, v. 39, n. 5, p. 657–669.

SAAD-FILHO, A. Varieties of Neoliberalism in Brazil (2003–2019). *Latin American Perspectives*, Issue 230, v. 47 n. 1, January 2020, 9–27. DOI: 10.1177/0094582X19881968. Disponível em: [https://www.academia.edu/43624797/Varieties\\_of\\_Neoliberalism\\_in\\_Brazil\\_2003\\_2019\\_](https://www.academia.edu/43624797/Varieties_of_Neoliberalism_in_Brazil_2003_2019_)

SAAD-FILHO, A. From COVID-19 to the End of Neoliberalism. *Critical Sociology*, 2020 b, v. 46, n. 4-5, p. 477-485. Disponível em: [https://www.academia.edu/43624630/From\\_COVID\\_19\\_to\\_the\\_End\\_of\\_Neoliberalism](https://www.academia.edu/43624630/From_COVID_19_to_the_End_of_Neoliberalism).

SILVEIRA, E. J. S. Padres conservadores em armas: o discurso público da guerra cultural entre católicos. *REFLEXÃO (PUCCAMP)*, v. 43, p. 289-309, 2019.

SILVEIRA, E. S. da; MORAES JR, M. R. Epistemologia e religião. Reflexões em tempos de pós-política, biopoder e pós-verdade. *Relegens Thréskeia: Estudos E Pesquisa Em Religião*, Curitiba, v. 9, p. 1-28, 2020.

WEBER, M. Religiões mundiais – uma consideração intermediária. In: WEBER, Max. *Ética Econômica das religiões mundiais*. Ensaios comparados de sociologia da religião. v. I. Confucionismo e Taoísmo. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 361-407.

WENTZEL, M. Brasil passa por desindustrialização precoce, aponta pesquisa da ONU. *BBC News Brasil*. 21 de set. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37432485>. Acesso em: 22 de set. 2020.

ZANINI, F. Bolsonaro dá apoio a comunista. *Folha de S. Paulo*. 19 de dez. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1912200206.html>. Acesso em: 22 de set. 2020.

# Itinerários, trabalho e ilusões: a mobilidade espacial de imigrantes haitianos para o Brasil<sup>1</sup>

.....  
Andréa Vettorassi<sup>2</sup>

João Pedro Inácio Peleja<sup>3</sup>

Telma Ferreira Nascimento Durães<sup>4</sup>

- .....
- 1 Esse artigo tem como base comunicações apresentadas no XXVI Seminário de Iniciação Científica do 15º CONPEEX – Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão, em outubro de 2018; e no 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, em julho de 2019, na categoria “Sociólogos do Futuro”. O texto foi adaptado e reformulado, considerando as contribuições feitas pelos debatedores e colegas presentes.
  - 2 Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. E-mail: avettorassi@ufg.br.
  - 3 Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília. E-mail: joaopedroipeleja@gmail.com.
  - 4 Doutora em Sociologia e Ciência Política pela Universidad Complutense de Madrid. Docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. E-mail: telmaduraes@ufg.br.

## Introdução

A migração da população haitiana constitui um fenômeno histórico e social multidimensional, engendrada em um processo pela busca por melhores condições de vida em países mais prósperos no aspecto econômico. No desenvolvimento da história das ideias sociológicas, consagrou-se a concepção de o Estado brasileiro possuir tendências de atração imigratória de pessoas oriundas da Europa Ocidental durante os séculos XIX e XX.<sup>5</sup> No entanto, o país vem recebendo trânsitos atípicos nos últimos anos, tais como os próprios haitianos a partir de 2010, os bolivianos, ganeses, senegaleses e venezuelanos, propiciando conexões Sul-Sul no contexto das novas migrações internacionais no século XXI (Patarra, 2012; Fernandes, 2015; Cavalcanti *et al.*, 2017). A presença de haitianos nos países do capitalismo central ou do Norte global, como os Estados Unidos, Canadá e a França, foram os destinos mais comuns até enfrentarem restrições de entrada na última década (Magalhães, 2017; Baeninger; Peres, 2017). Portanto, os haitianos tiveram que mudar suas estratégias migratórias, deslocando para novos países que ainda não haviam sido a primazia dessa população. Desde 2010 o Brasil recebe um grande contingente de imigrantes haitianos que enfrentaram no país caribenho as consequências do terremoto que ocorreu no mesmo ano.

Com a chegada da população haitiana, o Governo Brasileiro teve que se responsabilizar pela quantidade de imigrantes que ha-

.....  
5 Destaca-se também a presença de imigrantes árabes e asiáticos no Brasil, sobretudo, em grandes centros urbanos onde há uma maior concentração de renda e de oferta de postos de trabalho.

viam se deslocado para o país, modificando a legislação migratória brasileira para alterar o *status* migratório irregular, garantindo, assim, os direitos básicos para refugiados previstos nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Fernandes; Faria, 2017). Esse específico movimento migratório suscita uma agenda de pesquisas e debates que pretendem compreender esse trânsito ou elaborar políticas públicas de acolhimento e regulamentação no mercado de trabalho. Nesse sentido, percebe-se uma crescente produção científica que analisa a presença de haitianos nos estados brasileiros das regiões Norte, Sul e Sudeste, como o Acre, Amazonas, Santa Catarina, São Paulo, etc. (e.g., Fernandes, 2015; Magalhães, 2017; Baeninger; Peres, 2017; Silva, 2018). Entretanto, nota-se uma lacuna de estudos empíricos sobre imigrantes haitianos instalados em Goiás. É oportuno, nesse aspecto, analisar o trânsito migratório de haitianos para Goiânia e Aparecida de Goiânia, privilegiando uma perspectiva sociológica.

À vista da apresentação do objeto de estudo a ser investigado ao longo desse capítulo, postula-se que existem problemas que demandam respostas: por que a população haitiana emigra para o Brasil? Quais são as características dos imigrantes haitianos que se instalaram em Goiânia e Aparecida de Goiânia? Quais são as ocupações e os setores da atividade econômica que estão inseridos? Quais são as situações que enfrentam nesses dois municípios goianos? Para o exame de tais questões, há de considerar os desafios metodológicos no estudo sobre o tema, sendo que a migração haitiana para o Brasil tomou uma maior forma após o Censo Demográfico de 2010 (Baeninger; Peres, 2017), o que

impossibilita uma análise quantitativa a partir dessa base de dados realizada a cada década no país.

Desse modo, o objetivo aqui é compreender como se configura a migração haitiana para o Brasil, identificando em seguida o perfil sociodemográfico e as ocupações de imigrantes haitianos instalados nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia.

A metodologia empregada envolveu abordagem qualitativa e quantitativa. Inicialmente foi feita uma revisão da literatura sobre a migração haitiana com base em pesquisa digital em artigos em periódicos *online*, teses e dissertações (Cf. Abbott, 2014), para compor um quadro histórico para fins de compreensão e contextualização geral do trânsito. Em seguida, foi adotado a estratégia metodológica de utilizar os microdados governamentais da Relação Anual de Informações Sociais (doravante RAIS), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE),<sup>6</sup> em uma etapa quantitativa feita com o auxílio do pacote estatístico SPSS, versão 23. Portanto, o estudo empírico aqui apresentado dirigiu-se principalmente a um enfoque estatístico de análise. Os dados analisados são de 2018.

Primeiramente examina-se o contexto histórico da migração haitiana para o Brasil, destacando os principais eventos históricos na formação econômica e social do Haiti, e a política migratória brasileira adotada durante esse processo de chegada dessa população. Em seguida, é identificado o perfil sociodemográfico desses

.....  
6 Durante a pesquisa (2017-2018), o MTE era um ministério do Governo Federal brasileiro, no entanto, foi oficialmente extinto e reduzido à uma secretaria especial na pasta do Ministério da Economia em 2019.

imigrantes nas referidas localidades, nos dados quantitativos extraídos da RAIS, finalmente conduzindo às considerações finais.

### Migração haitiana para o Brasil como um processo sócio-histórico

É de conhecimento comum que a nação haitiana vive uma intensa crise política e econômica há mais de 20 anos, acompanhada de regimes ditatoriais, pobreza, intempéries climáticas, e no caso da última década, o terremoto de 2010 (Fernandes, 2015). Segundo Magalhães (2017), a presença de haitianos no Brasil é fruto de fatores econômicos, políticos e sociais manifestados em três escalas: i) em escala haitiana, referindo-se à instabilidade político-social que o país emergiu após a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide; ii) em escala internacional, considerando a crise econômica internacional de 2008, que atingiu os países centrais do capitalismo, conduzindo os haitianos à reconfiguração das estratégias migratórias nesse novo cenário mundial; iii) em escala brasileira, referindo-se ao período de crescimento econômico (2003-2011) e à atuação do Governo Brasileiro na liderança da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH, sigla em francês) desde 2004, fato que promoveu a imagem de um país quimérico em grandes eventos internacionais, motivando o deslocamento de haitianos para o Brasil. Portanto, torna-se pertinente examinar a migração haitiana para o Brasil como um processo histórico por esses três níveis, começando pela singular formação econômica e social do Haiti desde o sistema escravocrata até a economia capitalista que se encontra em desenvolvimento.

Durante o período colonial o Haiti tornou-se a colônia francesa com a economia mais próspera das Américas devido à produção açucareira no período entre os séculos XVI e XVII (Magalhães, 2017). Segundo Patriota (2010), na transição do século XVIII para o XIX, o país representava 25% do comércio exterior da França, com o Produto Interno Bruto (PIB) superior a treze colônias norte-americanas. Graças à sua notória riqueza, acumulada com trabalho escravo, recebeu a alcunha de “Pérola das Antilhas” (James *apud* Magalhães, 2017, p. 56). Nesse mesmo período, de transição secular, a Independência haitiana foi conquistada no sucesso de uma revolta de escravos que lutaram em prol da abolição do regime, servindo de modelo para muitas sociedades do Novo Mundo no século XIX (Patriota, 2010).

Em decorrência de bloqueios econômicos e comerciais de potências metropolitanas que estavam receosas com o exemplo da Revolução Haitiana (1791-1804), temendo que o país conduzisse revoltas em outras colônias nesse contexto de Independência e de abolição do regime escravocrata, considerando sua estratégica posição geográfica no Caribe, a jovem república negra sofreu o efeito da pauperização, se tornando o país mais pobre das Américas (Patriota, 2010; Fernandes *et al.*, 2014; Magalhães, 2017). Sobre a influência do colapso haitiano no mercado mundial de produtos tropicais da época, em 1789, milhares de escravos que estavam atuando no processo de revolta destruíram uma grande quantidade de bens acumulados no Haiti. Nisso, a economia açucareira do Brasil colonial foi beneficiada com o depauperamento do país caribenho durante a revolta dos escravos, iniciando uma

etapa de prosperidade em âmbito brasileiro, que posteriormente entrou em declínio (Furtado, 2007).

Outro resultado desses bloqueios ao Haiti foi uma dívida externa que acarretou uma importante dependência econômica. Tendo isso em vista, a formação econômica e social desse país pode ser caracterizada pela dependência e pela subalternidade na divisão internacional do trabalho. Sob as condições de uma economia situada abaixo do nível de subsistência, uma “tradição migrante” se emergiu no final do século XIX, passando a ser uma característica intrínseca ao país caribenho (Magalhães, 2017).

Conforme destaca Castor (2008), o desequilíbrio financeiro no sistema pós-colonial haitiano prosseguiu ao século XX, até que o imperialismo norte-americano passou a “considerar toda a América Latina como sua zona de expansão natural e o Caribe como seu quintal”<sup>7</sup> (Castor, 2008, p. 26, tradução dos autores). Inicia-se, portanto, o desembarque e um longo processo de ocupação de tropas da marinha estadunidense nas regiões do Caribe e da América Central (1915-1934). Todavia, após três décadas esse modelo entrou em crise. No que se refere à presença de tropas estrangeiras, é necessário considerar que esse fator foi uma dinâmica econômica e política durável, que “desempenharam um papel importante na evolução do processo histórico do Haiti”<sup>8</sup> (*ibidem*, p. 26).

.....

- 7 “considerar a toda América Latina como su zona de expansión natural y al Caribe como su patio trasero”.
- 8 “desempeñaron un papel importante en la evolución del proceso histórico de Haití”.

Durante a segunda metade do século XX o Haiti passou por um grande período de ditadura militar, ocasionando, ou “formalizando” (Cf. Castor, 2008, p. 27), uma crise econômica e instabilidade política no país, promovida pelo governo de François Duvalier (também reconhecido nacionalmente pela alcunha de Papa Doc), que obteve a presidência vitalícia e hereditária para seu filho Jean-Claude Duvalier (o Baby Doc), no período de 1957 a 1986, sendo uma das ditaduras mais longas da história moderna (Fernandes *et al.*, 2014; Coutinho; Marcelino, 2016; Magalhães, 2017). Nesse período, de exceção democrática, o processo de industrialização dirigido à exportação para os Estados Unidos resultou em um novo ciclo de dependência. Ademais, por efeito da caótica economia e política da ditadura duvalierista, houve um crescimento do deslocamento de imigrantes haitianos com visto permanente de residência no país estadunidense entre 1960 e 1970 (Magalhães, 2017). Em 1980, o polissêmico termo “*diaspora*” se popularizou entre os haitianos residentes em Nova York, sendo utilizado como um recurso político para reivindicar os direitos nos Estados Unidos e protestar contra a ditadura duvalierista no exterior naquela época. Em território haitiano, o termo começou a ser utilizado em 1986, quando habitantes que haviam sido exilados na dinastia Duvalier estavam retornando para o país caribenho, se difundindo entre os haitianos no Haiti e fora dele em 1990 (Handerson, 2015).

Após um longo período de luta da população haitiana através de um movimento anti-ditatorial com intenções em depor Jean Claude Duvalier, o ex-padre Jean-Bertrand Aristide foi democraticamente eleito em dezembro de 1990. No entanto, após

contestações, o Haiti recebeu um Golpe de Estado pelo grupo de militares liderado pelo general Raul Cedras em 1991, que governou o país por cerca de dois anos. Entre os anos de 1991 e 1994 o Haiti passou por uma grave crise econômica acentuada por uma intensa mobilização internacional em prol da recondução de Aristide ao poder (Patriota, 2010).

No início do século atual Aristide foi novamente eleito, acarretando, em meio ao questionamento de sua nova candidatura, um clima de instabilidade político-social que intensificou a delicada situação econômica do país novamente. Com essas eventualidades, o país não recebeu ajuda internacional, passando a ser ocupado por organizações criminosas dedicadas ao narcotráfico e ao contrabando. Em 2004, o então presidente renunciou seu cargo, assim como Bonifácio Alexandre, Presidente da Suprema Corte Haitiana, se tornou o presidente interino, solicitando a intervenção da comunidade internacional em estratégia de obstar uma catástrofe humanitária diante ao estado de violência em Port-au-Prince (Patriota, 2010; Cavalcanti *et al.*, 2017).

Perante tais circunstâncias, foi autorizado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (UNSC, sigla em inglês), a mobilização de uma Força Multilateral Interina de emergência, e após três meses, foi substituída, em 30 de abril de 2004, por uma missão internacional de manutenção da paz – a MINUSTAH (2004-2017), como uma proposta de restauração da segurança e normalidade institucional do Haiti.<sup>9</sup> Naquele momento, a

---

9 Foi encerrada em outubro de 2017, sendo substituída pela Missão da ONU de Apoio à Justiça no Haiti (MINUSJUSTH), envolvendo o apoio ao desenvolvimento sustentável do país (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

MINUSTAH foi liderada pelo Brasil, que estava em assento não permanente em mandato bienal, por meio da Resolução nº 1.542 do UNSC (Patriota, 2010; Cavalcanti *et al.*, 2017). A relação entre os haitianos e as tropas militares brasileiras enviadas em missão ao Haiti foi relatada como positiva, favorecida pelas afinidades étnico-culturais entre as duas populações, que compartilham a descendência de escravos originários do antigo reino do Daomé (atual República do Benim), presente nas semelhanças entre os ritos de religiões de matriz africana, como o candomblé brasileiro e o vodu haitiano (Patriota, 2010).

Concebe-se que a presença econômica e militar brasileira no Haiti através da MINUSTAH contribuiu para a consolidação do Brasil como um espaço estratégico das ondas imigrantistas que se iniciaram apenas em 2010 (Patarra, 2012; Cavalcanti *et al.*, 2017; Magalhães, 2017; Baeninger; Peres, 2017). Esse fenômeno, de acordo com Magalhães (2017), está associado à natureza subimperialista da atuação brasileira na MINUSTAH, que reproduz o fenômeno histórico do imperialismo presente desde o período colonial até o controle político e militar dos Estados Unidos durante o século XX.

Após alguns anos, na situação de perdas econômicas agravadas por intempéries climáticas em 2008 e 2009, o Haiti sofreu outro desastre natural enquanto se recuperava de outras tragédias. Em 12 de janeiro de 2010, ocorreu um terremoto de magnitude 7,3 na escala de Richter que dizimou 80% das construções da capital haitiana, Port-au-Prince, deixando milhares de vítimas (Cavalcanti *et al.*, 2017). Foram registradas mais de 200.000 mortes, 300.000 feridos, e 1,3 milhão de desabrigados, intensificando a fragilidade

da situação humanitária do país (Patriota, 2010; Handerson, 2015; Cavalcanti *et al.*, 2017). Os prejuízos econômicos foram estimados em US\$ 7,9 bilhões, equivalente a 120% do PIB do país caribenho em 2009 (Ministério das Relações Exteriores, 2018). Destarte, esse incidente impulsionou o movimento migratório de haitianos que buscavam melhores condições de vida em outros países. Estima-se que 1.009.400 haitianos, equivalente a 9,9% da população do país, emigraram para outros países, inicialmente para os Estados Unidos, República Dominicana, Canadá, França, Bahamas, Antilhas Holandesas, Bélgica, Venezuela, Suíça e para os Países Baixos (World Bank, 2018). Fernandes (2015) indica que a mobilidade haitiana ultrapassou a quantidade de 3,0 milhões de emigrantes naquele ano, se espalhando principalmente pelos Estados Unidos e para outros países vizinhos do Caribe, como a República Dominicana.

No entanto, uma crise econômica em nível internacional havia se iniciado em 2008, aumentando o desemprego e reduzindo a oferta de trabalho em países do Norte global (Magalhães, 2017). Por consequência, esses fatores contribuíram para a restrição de entrada de imigrantes nos Estados Unidos e em França, “destinos primazes da emigração do Haiti” (Baeninger; Peres, 2017, p. 123) e de outros trânsitos, sobretudo originários do Sul global. Isso levou os haitianos a buscarem novas estratégias de mobilidade espacial. Nesse contexto, o Brasil não foi muito impactado, pois estava em um período de crescimento econômico, assumindo uma posição de destaque no cenário da economia mundial pelo crescimento nas taxas do PIB. Logo, o país brasileiro passou a se tornar um espaço social estratégico da população haitiana (Fernandes, 2015; Baeninger; Peres, 2017).

O Brasil possui tendências históricas<sup>10</sup> em ser um país de forte atração migratória desde a abolição da escravidão no século XIX, causada pelo aumento da demanda de força de trabalho no mercado da época. Nas duas últimas décadas da atualidade, o país vem assumindo uma posição de destaque e liderança na captação de movimentos migratórios entre os países da América Latina, sendo reforçada pela crescente inserção na governabilidade internacional orientada por interesses políticos<sup>11</sup> (Patarra, 2012).

Os primeiros haitianos chegaram no Brasil após o terremoto de 2010, habitualmente utilizando um trajeto que se iniciava em Port-au-Prince ou em São Domingo, capital da República Dominicana. Em seguida, se deslocavam por via aérea até Lima, no Peru, ou até Quito, no Equador, onde não exigiam visto de entrada para haitianos, sendo assim, não encontraram dificuldades na entrada. O restante do itinerário foi por via terrestre ou fluvial, em ônibus e barcos, que podia se estender por mais de um mês (Patarra, 2012; FERNANDES *et al.*, 2014). Os principais pontos que chegavam eram a fronteira do Peru com os Estados do Acre e Amazonas, entrando nos municípios de Tabatinga (AM), Assis Brasil (AC), Brasília (AC), Epitaciolândia (AC), ou em alguns casos, chegavam pela região Centro-Oeste, passando pela Bolívia e entrando no

- .....
- 10 Essas tendências históricas de imigração para o Brasil são desenvolvidas em uma ampla literatura, que se inicia no pensamento social brasileiro do século XX em clássicos como Celso Furtado e em seu contemporâneo Caio Prado Júnior, até autores mais recentes da sociologia das migrações e da economia política.
- 11 Desde 2019 esse cenário pode ser encontrado de maneira diferente. Em decorrência de uma reação conservadora contra minorias sociais, o atual Poder Executivo Federal vem excluindo essas questões da agenda política do país.

município de Corumbá (MS), um trajeto menor do que no Norte (Patarra, 2012; Fernandes *et al.*, 2014; Fernandes; Faria, 2017).

Baeninger e Peres (2017) discutem a migração haitiana sob a perspectiva teórica da “migração de crise”, explorando os desafios que os haitianos de diferentes *status* migratórios (refugiado, imigrantes solicitantes de refúgio, imigrantes com “refúgio humanitário”, etc.) passam ao chegarem no Brasil, país considerado pelas autoras como uma sociedade receptora despreparada e antiquada em sua política migratória. Para além da presença histórica das manifestações de “crise” na origem do trânsito migratório, a precariedade também é refletida no país de destino, “por meio dos regimes de controle migratório e das restrições à imigração e suas formas de regulamentação, como o visto humanitário no Brasil e as precárias condições de vida que aqui se encontram” (Baeninger; Peres, 2017, p. 123).

No tocante à política migratória brasileira refere-se que, até a chegada dos primeiros haitianos no país, se baseava essencialmente no “Estatuto do Estrangeiro”, Lei nº 6.815/1980, um instrumento jurídico formulado durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), portanto, criada antes da Constituição Federal de 1988<sup>12</sup> (Fernandes; Faria, 2017). Segundo Patarra (2012, p. 10), “o Estatuto do Estrangeiro só permite a entrada de mão de obra especializada e de empreendedores”, sendo limitada a regularizar imigrantes com perfil de trabalhador especializa-

.....  
 12 Em novembro de 2017, foi sancionada a nova “Lei de Migração”, Lei n. 13.445/2017, com um enfoque mais voltado aos direitos humanos, substituindo o antigo “Estatuto do Estrangeiro” (Cf. FERNANDES; FARIA, 2017).

do, obscurecendo a lógica das diretrizes dos direitos humanos e reproduzindo a lógica da doutrina de segurança nacional e de crescimento econômico daquele período.

Até dezembro de 2018 existiam três órgãos que tratavam da migração internacional no Brasil: i) o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que atuava por meio do Conselho Nacional de Imigração (CNIg); ii) o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ), atuando em fronteiras, portos e aeroportos via Polícia Federal, aplicando quando necessário penalidades previstas em lei; iii) o Ministério das Relações Exteriores (MRE), que “atua na concessão dos vistos aos estrangeiros nas repartições consulares brasileiras” (Fernandes; Faria, 2017, p. 149).

Ao chegarem em fronteiras brasileiras, os haitianos solicitavam refúgio para as autoridades que registraram e encaminharam para o Comitê Nacional Para Refugiados (Conare), criada através da incorporação do ordenamento jurídico – Lei nº 9.474/1997 ou “Lei do Refúgio”. No início, chegavam grupos dispersos na fronteira norte, que não chamavam a atenção das autoridades brasileiras. No final de 2010, mesmo com a notória presença da chegada de haitianos em Tabatinga e Manaus, as atas de reuniões ordinárias entre os conselheiros do CNIg indicavam que esse trânsito seria episódico e efêmero. O processo de regularização de permanência no país era considerado pelos imigrantes haitianos que chegavam ao Brasil, em alguns casos, como oneroso, podendo variar de R\$ 95,63 a R\$ 500,00 na época, a depender da situação do imigrante. Os valores das taxas exorbitantes se dão pela quantidade de documentos, que pode vir a comprometer a velocidade do burocrático processo de análise (Fernandes; Faria, 2017).

Devido ao acolhimento da sociedade civil, em especial da Pastoral da Mobilidade Humana, e às mobilizações, que atingiram diversos setores organizados da sociedade, em março de 2011 o CNIg concedeu a autorização de permanência por razões humanitárias à um grupo de 199 haitianos, da qual foi anteriormente recusada pelo Conare. Durante todo ano de 2011 a presença de imigrantes haitianos na fronteira e o número de solicitações encaminhadas ao CNIg foram aumentando gradativamente. Diante ao grande contingente de imigrantes ao final de 2011, estimados em 4.000 haitianos, em uma média de 40 pessoas por dia, as ocorrências indicavam a ação de “coiotes” – redes de tráfico humano que atraíam haitianos para o Brasil, facilitando o trajeto. Os “coiotes” dissuadiram sobre um “Eldorado Brasileiro”, pouco afetado pela crise econômica de 2008, apregoando um discurso sobre uma insuficiência de mão de obra e uma empregabilidade instantânea no país, e estipulando salários mensais de até U\$ 1.000. A admissão para esse país quimérico podia variar de U\$ 2.000 até U\$ 4.500. Por essa razão, os imigrantes que buscavam melhores condições de vida para si e para seus familiares que haviam ficado no Haiti, com o desejo de financiarem futuramente a travessia de seus parentes, endividaram-se por meio de “coiotes” (Patarra, 2012; Fernandes; Faria, 2017).

Sobre a regularização da situação migratória no Brasil, os haitianos aguardavam a solicitação de refúgio enquanto recebiam uma carteira provisória de estrangeiro com validade de um ano, prorrogável até a decisão final do processo analisado pelo Conare. A carteira provisória de estrangeiro assegurava os direitos previstos na Constituição Federal de 1988, desse modo, dando ao

imigrante haitiano o direito de obter uma Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e Cadastro de Pessoa Física (CPF) provisórios, que possibilitam a inserção ao mercado de trabalho formal e o envio de remessas para outros países. Esse procedimento se tornou padrão, passando a ser utilizado por imigrantes de outras nacionalidades (Patarra, 2012; Fernandes; Faria, 2017).

Com a necessidade de o governo criar um mecanismo de migração regular que permitisse a entrada direta de haitianos no Brasil, o CNIg anunciou em janeiro de 2012 a Resolução n. 97/2012, uma medida que dispõe sobre a concessão do visto permanente à população haitiana, que passava por negligentes condições de vida no Haiti derivada do terremoto de 2010. A Resolução Normativa previa que o visto seria concedido pela Embaixada do Brasil em Port-au-Prince, podendo ser emitido até 1.200 vistos anualmente. Essa estratégia também tinha o objetivo de coibir a ação de “coiotes” que agenciava a migração irregular. Entretanto, as ações do governo acabaram estimulando a migração de haitianos e os “coiotes” ampliaram sua atuação. Há de se mencionar que ainda haviam imigrantes na fronteira com o Peru que já tinham iniciado seus trajetos antes da medida anunciada pelo CNIg, então, em abril de 2012, o MJ voltou a receber solicitações de refúgio de haitianos, garantindo a entrada regular daquele grupo no Brasil (Fernandes; Faria, 2017).

Outras circunstâncias que contribuíram para a atração de haitianos foram a Copa do Mundo sediada no Brasil em 2014 e os Jogos Olímpicos Rio 2016, que aumentaram as ofertas de trabalho no país, concentradas no setor da construção civil (Coutinho; Marcelino, 2016; Silva, 2017). No entanto, essas eventualidades

que substanciam a imagem de um “país de imigração” se tornaram contraditórias no que tange outras pesquisas sobre o tema. Silva (2017) destaca que os imigrantes construíram um imaginário sobre a nação brasileira, sendo guiados pelas imagens de grandes centros urbanos, o que ocasionou o desapontamento com a ilusão que tinham ao chegarem na fronteira amazônica. Handerson (*apud* Cavalcanti, 2017, p. 195, tradução dos autores) evidencia que “o Governo Brasileiro estava incentivando a migração haitiana para o país, tendo um interesse na mão de obra haitiana para construir os estádios da Copa do Mundo (mesmo que não fosse a verdade)”.<sup>13</sup> Além disto, acentua-se que os meios de comunicação de massa local promoviam um discurso sobre o Brasil como um “paraíso racial”, sem discriminações (*ibidem*, p. 195).

Contudo, compreende-se interpretativamente que a migração haitiana para outros países se configurou em um longo processo histórico, constituído desde o século XIX. Para os interesses desse artigo, percebe-se que o trânsito para o Brasil é um deslocamento particular da última década, como apontam outros autores (e.g., Fernandes, 2015; Cavalcanti *et al.*, 2017; Baeninger; Peres, 2017; etc.), que se consolidou com: i) a presença econômica e militar brasileira no Haiti através da MINUSTAH; ii) os “improvisos” da política migratória brasileira que atraíram haitianos; iii) a ação ilegal de “coiotes”; e por fim, iv) com a publicidade local que auxiliou os imigrantes haitianos à conceberem um imaginário sobre um

.....  
13 “the Brazilian Government was encouraging Haitian migration to the country, having an interest in Haitian labour to build the World Cup stadiums (even if it was not true)”.

país afortunado e acolhedor. Doravante, as próximas seções irão se dedicar em apresentar dados quantitativos e qualitativos sobre imigrantes haitianos instalados no Estado de Goiás.

### O trabalho formal de haitianos em Goiânia e Aparecida de Goiânia

No mundo globalizado a mobilidade espacial de indivíduos de uma região geográfica para outra não se constitui apenas pelos fatores de repulsão e atração, característicos nas áreas de economia e demografia. Há como exemplo as situações de pobreza e desemprego, que podem influenciar um determinado estrato da população a emigrar para outros países que passam por prosperidade econômica mais acentuada, em busca de possibilidades de emprego e melhores salários (Sassen, 2007). Para além dessas perspectivas, que privilegiam a explicação da migração internacional com base nos fatores acima citados, o complexo ato de emigrar nesse contexto globalizante pode ser condicionado pela internacionalização econômica do mercado de trabalho transnacional, pela “admissão direta de trabalhadores imigrantes por empregadores, por governos em nome dos empregadores, ou através da rede de imigrantes”<sup>14</sup> (Sassen, 2017, p. 163, tradução dos autores), ou pelo tráfico humano, principalmente de mulheres para trabalharem na indústria do sexo ou no setor têxtil.

Nesse contexto, considera-se também as transformações ocorridas na economia política capitalista entre as décadas de 1970 e 1980, tais como a ascensão do Estado neoliberal em detrimento

---

14 “direct recruitment of immigrant workers by employers, by governments on behalf of employers, or through the immigrant network”.

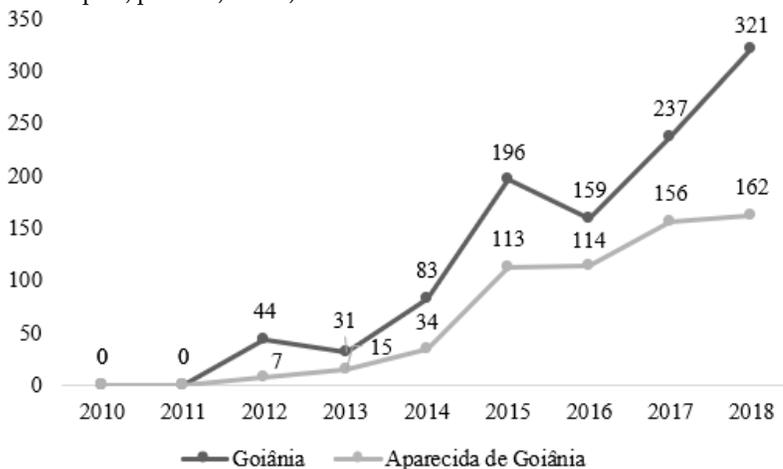
do modelo keynesiano de regulamentação estatal de políticas de renda e emprego, as novas formas de organização do trabalho e o regime de acumulação flexível do capital, que incidem sobre o mundo do trabalho em nível global desde então. Trata-se, mais precisamente, de mudanças e tendências como o desemprego estrutural, o aumento da informalidade e do setor de serviços subalternos, a flexibilidade da jornada laboral e nos contratos de trabalho (Antunes, 2009; Harvey, 2008; Leite, 2003; Nunes, 2011); bem como a decadência de políticas de seguridade social da classe trabalhadora (Castel, 1998), a intensificação das horas laborais (Dal Rosso, 2017), a divisão sexual do trabalho (Hirata; Kergoat, 2007), entre outros aspectos. Em síntese, as consequências dessas transformações podem impactar os percursos de não-migrantes e migrantes internos e internacionais no mundo do trabalho, tanto na região de origem quanto no local de destino.

O fenômeno migratório possui dimensões históricas (diacrônica) e estruturais (sincrônica), em que o indivíduo imigrante, com necessidades socioeconômicas, se desloca para um local de destino em busca de trabalho para ajudar aqueles que permanecem no local de origem. A função do imigrante é ser “essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito” (Sayad, 1998, p. 54), sendo sujeito às atividades laborais ofertadas por um “mercado de trabalho para imigrantes” onde se instala. Alguns desses elementos, pertinentes à sociologia do trabalho, serão abordados com maior profundidade nessa seção, examinando-os em nível empírico no trabalho de imigrantes haitianos em Goiânia e Aparecida de Goiânia.

A breve retrospectiva histórica da migração haitiana para o Brasil demonstrou a constituição e as principais características desse trânsito migratório, evidenciando as dinâmicas históricas, econômicas, políticas, culturais e sociais que motivam a mobilidade de haitianos em busca de melhores condições de vida especificamente no Brasil a partir de 2010. Além disso, foram identificadas as implicações da política migratória brasileira até a concessão do visto humanitário em 2012. Entretanto, quem são imigrantes haitianos que se instalam em Goiânia e Aparecida de Goiânia? Quais são as ocupações e os setores da atividade econômica que estão inseridos? Quais são as adversidades que enfrentam nesses dois municípios goianos? Essas questões conduzem a análise estatística sobre o perfil sociodemográfico dessa população imigrante.

É pertinente empregar os microdados da RAIS, que detém exclusivamente os registros de indivíduos com vínculo formal de trabalho no mercado de trabalho brasileiro, como estratégia metodológica para exploração dos dados sobre o perfil sociodemográfico desses trabalhadores imigrantes. No Gráfico 1, observa-se que não há nenhum haitiano empregado nesses dois municípios nos anos de 2010 e 2011. Ademais, identifica-se nessa mesma série histórica um crescimento gradual da presença de trabalhadores haitianos com vínculos formais no mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2018, especialmente na capital goiana. Em 2018, ano de interesse desse capítulo, foram registrados 483 haitianos com vínculos formais de trabalho nesses dois municípios.

**Gráfico 1** – Imigrantes haitianos com vínculos formais de trabalho segundo municípios, por ano, Goiás, 2010-2018



**Fonte:** Elaborado pelos autores com base nos microdados da RAIS.

Observa-se que nos dois municípios, haitianos do sexo masculino são a maioria – 80,69% na capital goiana e 90,74% no município aparecidense. A maior concentração da variável escolaridade está no ensino médio completo em ambos os municípios – 54,83% em Goiânia e 35,80% em Aparecida de Goiânia. Apenas 1,56% possui ensino superior completo e 0,62% ensino superior incompleto na capital de Goiás e, no município aparecidense apenas 3,70% possuem ensino superior completo, enquanto 3,09% está registrado com superior incompleto. A faixa etária desses imigrantes indica que a maioria tem a idade de 30 a 39 anos, sendo 43,61% concentrado nessa composição em Goiânia e 50,00% em Aparecida de Goiânia.

No que diz respeito ao setor de atividade econômica, segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), a maior concentração dessa população está inserida no setor de serviços no caso da capital goiana (36,45%), e no município aparecidense a maioria está no comércio (37,65%). A Tabela 1 apresenta que os haitianos estão distribuídos em trabalhos com vínculos formais que demandam baixa qualificação (escolaridade), de baixos salários, localizados na ponta precária do mercado de trabalho formal. Percebe-se, ainda, que os homens desempenham funções próprias da esfera produtiva e as mulheres ocupam trabalhos culturalmente desvalorizados, historicamente estigmatizados por uma carga simbólica de sujeição e servidão, típicos da esfera doméstica.

**Tabela 1** – Principais ocupações de trabalhadores haitianos segundo municípios, por sexo, Goiás, 2018

Ocupação	Goiânia						Aparecida de Goiânia					
	Masculino		Feminino		Total		Masculino		Feminino		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
	16	6,18	1	1,61	17	5,30	41	27,89	2	13,33	43	26,54
Faxineiro	17	6,56	30	48,39	47	14,64	3	2,04	5	33,33	8	4,94
Alimentador de linha de produção	20	7,72	1	1,61	21	6,54	24	16,33	2	13,33	26	16,05
Servente de obras	32	12,36	2	3,23	34	10,59	6	4,08	-	-	6	3,70
Repositor de mercadorias	11	4,25	-	-	11	3,43	2	1,36	-	-	2	1,23
Auxiliar nos serviços de alimentação	7	2,70	2	3,23	9	2,80	4	2,72	-	-	4	2,47
Armazenista	12	4,63	-	-	12	3,74	1	0,68	-	-	1	0,62
Carregador (veículos de transportes terrestres)	7	2,70	-	-	7	2,18	3	2,04	-	-	3	1,85
Embalador, a mão	10	3,86	-	-	10	3,12	-	-	-	-	-	-
Trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas	3	1,16	1	1,61	4	1,25	3	2,04	3	20,00	6	3,70
Almoxarife	6	2,32	-	-	6	1,87	3	2,04	-	-	3	1,85
Pedreiro	7	2,70	-	-	7	2,18	2	1,36	-	-	2	1,23
Contínuo	5	1,93	-	-	5	1,56	4	2,72	-	-	4	2,47
Outros (40% restantes)	106	40,93	25	40,32	131	40,81	51	34,69	3	20,00	54	33,33
Total	259	100	62	100	321	100	147	100	15	100	162	100

**Fonte:** Elaborada pelos autores com base nos microdados da RAIS.

Sobre a faixa de renda mensal, então agrupadas em intervalos de salários mínimos (s.m.),<sup>15</sup> percebe-se que os maiores índices estão concentrados em Aparecida de Goiânia, onde a maioria (42,59%) recebe de R\$ 1.577,95 até R\$ 2.090,00. Já no município de Goiânia, 64,49% recebe de R\$ 1.055,45 até R\$ 1.567,50.

A relação entre trabalho e gênero constitui uma perspectiva relevante para compreender esse fenômeno, acima descrito em linhas gerais. Desde os primeiros estudos sobre a condição feminina na estrutura social brasileira, autoras como Saffioti (2013) e Souza-Lobo (2011) evidenciaram a marginalização da mulher no sistema produtivo de bens e serviços, bem como a distinção de tarefas entre homens e mulheres. A partir da década de 1980 e dos anos seguintes, a agenda de pesquisas sobre o tema se acentuou no Brasil e na França. No interior dos estudos mais contemporâneos que abordam a interseccionalidade ou a consubstancialidade entre gênero, raça e classe social, as autoras Hirata e Kergoat (2007) concebem a importante noção de divisão sexual do trabalho.

Trata-se de um aspecto particular da divisão social do trabalho, fundamentada no princípio de separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e no princípio hierárquico (o trabalho de homens “vale” mais do que o de mulheres), que são legitimados por uma espécie de ideologia naturalista que reduz o gênero ao sexo biológico. Também é caracterizada pela destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva (Hirata; Kergoat, 2007).

.....  
15 Para uma melhor leitura desses dados, as faixas de renda mensal foram deflacionadas pelo último Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE, de agosto de 2020. Assim, é possível acompanhar o salário mínimo real.

De volta aos dados da RAIS, postula-se que há uma divisão sexual do trabalho de homens e mulheres haitianos, identificado pela separação de tipos de trabalhos diferentes para ambos os sexos. Percebe-se que as mulheres estão em funções domésticas remuneradas, tanto em Goiânia quanto em Aparecida de Goiânia. São ocupações tipicamente mal remuneradas, associados a um caráter servil e subalterno da mulher trabalhadora, sobretudo negra e imigrante.

### Considerações finais

Buscou-se, ao longo desse capítulo, compreender como se configura a migração haitiana para o Brasil, o que contribuiu para uma maior apreensão do tema proposto, e em seguida, traçar um perfil sociodemográfico e identificar as ocupações desses trabalhadores domiciliados na capital goiana e no município aparecidense em 2018, com base nos microdados da RAIS.

Durante a breve retrospectiva histórica, baseada na revisão da literatura sobre a migração haitiana, apreendeu-se que a inconstante política e economia do Haiti desde sua Independência até o atual século, somada às intempéries climáticas nos últimos anos, motivam a prática de emigrarem para outros países em busca de melhores condições socioeconômicas para sobreviverem e enviarem ajuda financeira e material para seus familiares no Haiti. Assevera-se que o deslocamento para o Brasil se iniciou com o terremoto de 2010, orientando haitianos e haitianas a buscarem um novo espaço em que poderiam se integrar. Desde então, a presença de haitianos no país se intensificou, sob o efeito dos “improvisos”

da política migratória brasileira, das redes de tráfico humano que atuavam nas fronteiras e sob as “ficções e ilusões” (Cf. Sayad, 1998, p. 20) construídas sobre o Brasil, além da presença econômica e militar brasileira no Haiti através da MINUSTAH que aproximou as duas nações em aspectos diplomáticos e culturais.

Traçado o perfil do trânsito em municípios de Goiás, identificou-se que a maioria de imigrantes haitianos, são homens da mesma composição etária que estão inseridos em ocupações que demandam baixa qualificação no mercado de trabalho, o que por conjectura, não contemplam suas necessidades, pois possuem um considerável nível de instrução. Foi demonstrado que não há trabalhadores haitianos com vínculos formais em Goiânia e Aparecida de Goiânia em 2010 e 2011 segundo a RAIS, o que pode ser reflexo dos “improvisos” da política migratória brasileira durante 2011 e 2012 que permitiu a situação regular e o crescimento do contingente desses imigrantes em território brasileiro. Além disso, foi apresentado que nesses dois municípios há uma divisão social do trabalho orientada por gênero.

Finalmente, deve-se atentar que os resultados apresentados aqui são frutos de uma pesquisa exploratória. Portanto, procurou-se adotar estratégias metodológicas para aperfeiçoarem o estudo aqui apresentado. Incentiva-se a utilização de técnicas qualitativas que interpretem a dimensão subjetiva de haitianos em Goiás, buscando responder questões referentes à experiência desses imigrantes com base em seus relatos discursivos.

## Referências

ABBOTT, Andrew. The Preliminary Phase. In: ABBOTT, Andrew. *Digital paper: a manual for research and writing with library and internet materials*. Chicago: University of Chicago Press, 2014. p. 64-90.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 119-143, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00119.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2018.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTOR, Suzy. La transición haitiana: entre los peligros y la esperanza. *Observatorio Social de América Latina*, Buenos Aires, v. 8, n. 23, p. 25-38, abr. 2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal23/04S1Castor.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2018.

CAVALCANTI, Leonardo *et al.* Haitian immigrants in the Brazilian labour market: an overview. *Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 192-203, 2017. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/25452/pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2018.

COUTINHO, Suzana Ramos; MARCELINO, Bernadete Alves de Medeiros. Migração, religião e políticas públicas: o caso dos haitianos. *Reflexão*, Campinas, v. 41, n. 2, p. 225-233, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reflexao/article/view/3633/2383>. Acesso em: 10 de jul. 2018.

DAL ROSSO, Sadi. *O arдил da flexibilidade*: os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017.

FERNANDES, Duval *et al.* Do Haiti para o Brasil: o novo fluxo migratório. *Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)*, Brasília, v. 6, n. 6, p. 73-98, 2014. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/migracoes/migracao-haitiana/do-haitipara-o-brasil-o-novo-fluxo-migratorio>. Acesso em: 20 de ago. 2019.

FERNANDES, Duval. O Brasil e a migração internacional no século XXI – Notas introdutórias. In: PRADO, Erlan José do; COELHO, Renata. (org.). *Migrações e trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015. p. 19-39.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de. O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 145-161, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00145.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2018.

FURTADO, Celso. O Maranhão e a falsa euforia do fim da época colonial. In: FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 137-141.

HANDERSON, Joseph. Diaspora. Sentidos sociais e mobilidades haitianas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 21, n. 43, p. 51-78, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v21n43/0104-7183-ha-21-43-0051.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2018.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 17. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132,

p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2018.

LEITE, Marcia de Paula. *Trabalho e sociedade em transformação: mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. *A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti*. Tese (Doutorado) – Departamento de Demografia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *República do Haiti*. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-br/ficha-pais/5221-republica-do-haiti>. Acesso em: 10 de jul. 2018.

NAÇÕES UNIDAS. *Missão da ONU no Haiti é encerrada oficialmente; Conselho de Segurança discutirá nova atuação*. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/missao-da-onu-no-haiti-e-encerrada-oficialmente-conselho-de-seguranca-discutira-nova-atuacao/>. Acesso em: 10 de jul. 2018.

NUNES, Jordão Horta. “A seu dispor!” – identidade e interação no trabalho em serviços. In: NUNES, Jordão Horta (org.). *A seu dispor: sociologia do trabalho em serviços*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011. p. 15-48.

PATARRA, Neide Lopes. O Brasil: país de imigração? *Revista E-Metropolis*, v. 3, n. 9, p. 6-18, jun. 2012. Disponível em: [http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo\\_pdfs/000/000/008/original/emetropolis\\_n09.pdf?1447896326](http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/008/original/emetropolis_n09.pdf?1447896326). Acesso em: 10 de jul. 2018.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. Haiti: desafios e oportunidades no pós-terremoto. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), n. 2, p. 69-75, abr./jun. 2010. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4727/1/BEPI\\_n2\\_haiti.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4727/1/BEPI_n2_haiti.pdf). Acesso em: 10 de jul. 2018.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SASSEN, Saskia. The making of international migrations. In: SASSEN, Saskia. *A sociology of globalization*. New York: W.W. Norton & Company, 2007. p. 129-163.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, Sidney Antonio da. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, p. 99-117, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n1/0102-3098-rbepop-34-01-00099.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2018.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

VETTORASSI, Andréa; DIAS, Gustavo. “Estudos migratórios e os desafios da pesquisa de campo”. In: *Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 7-28, jul./dez. 2017.

WORLD BANK. *The migration and remittance factbook 2011*. Disponível em: <https://emnbelgium.be/sites/default/files/publications/factbook-2011-ebook.pdf>. Acesso em: 20 de ago. 2019.

## SOBRE O E-BOOK

---

Tipografia: Crimson text  
Publicação: Cegraf UFG  
Câmpus Samambaia, Goiânia-  
Goiás. Brasil. CEP 74690-900  
Fone: (62) 3521-1358  
[www.cegraf.ufg.br](http://www.cegraf.ufg.br)

---